

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**NO COMPUTADOR, NA RUA OU NO SMARTPHONE:  
CONDICIONANTES E COVARIANTES DO ENGAJAMENTO ONLINE**

**JAQUELINE RESMINI HANSEN**

Maringá

2016

**JAQUELINE RESMINI HANSEN**

**NO COMPUTADOR, NA RUA OU NO SMARTPHONE: CONDICIONANTES E  
RELAÇÕES DO ENGAJAMENTO ONLINE**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Linha de Pesquisa: Instituições e Processos Políticos.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Maringá

2016

**JAQUELINE RESMINI HANSEN**

**NO COMPUTADOR, NA RUA OU NO SMARTPHONE:  
CONDICIONANTES E COVARIANTES DO ENGAJAMENTO ONLINE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**COMISSÃO JULGADORA**

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga  
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Zuleika de Paula Bueno  
Universidade Estadual de Maringá

*A Gisele, Jorge e Lourdes.*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos muitas pessoas acompanharam a evolução desta dissertação e contribuíram direta ou indiretamente, com uma conversa descontraída ou com uma avaliação mais séria deste processo. Assim, começo agradecendo a todos que em algum momento me emprestaram seus ouvidos e paciência para ouvir os percalços de minha pesquisa. Entretanto, algumas pessoas foram primordiais neste período em decorrência do apoio, carinho e compreensão que me prestaram e desta forma tornaram este período mais suave e alegre.

Assim, agradeço aos meus pais Lourdes e Jorge pelo amor incondicional, pelo investimento em minha educação, pelo apoio as minhas escolhas e pelo suporte emocional, aos dois a minha eterna gratidão.

A minha irmã Gisele que divide comigo a paixão pelas ciências sociais e sempre me deu o suporte necessário.

Ao meu orientador Ednaldo Aparecido Ribeiro por acreditar e apostar em mim, pela paciência, pelos ensinamentos e trocas ao longo destes dois anos, essa dissertação com certeza é fruto de sua competência profissional.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pelo compartilhamento de sua sabedoria e pela competência com que exercem suas funções, em especial aos professores Carla Cecília Rodrigues Almeida, Celene Tonella e José Antônio Martins, ambos do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, e a professora Zuleika de Paula Bueno pelas contribuições na ocasião da qualificação.

Aos meus colegas de mestrado pela divisão das alegrias e angústias tão intensas neste período, em especial a Adriana, Ana Maria, Francieli, Luciene e Tatiane que tornaram minha passagem por Maringá inesquecível.

As minhas amigas Aletea, Gabriela, Juliana, Kamila, Laysmara e Taisa que já trago no peito a tempos e que sempre me apoiam, me escutam, me divertem e me ajudam a manter o movimento, a vida é mais leve ao lado de vocês.

A todos integrantes do Núcleo de Pesquisa em Participação Política por me receberem e me acolherem ao grupo e pelas contribuições realizadas a esta pesquisa

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiar este projeto.

A todos os meus sinceros agradecimentos e profunda gratidão.

*“Isto é para os loucos. Os desajustados. Os rebeldes. Os criadores de caso. As peças redondas nos buracos quadrados. Os que veem as coisas de forma diferente. Eles não gostam de regras. E eles não têm nenhum respeito pelo status quo. Você pode citá-los, discordá-los, glorificá-los ou difamá-los. Mas a única coisa que você não pode fazer é ignorá-los. Porque eles mudam as coisas. Eles empurram a raça humana para frente. Enquanto alguns os veem como loucos, nós vemos gênios. Porque as pessoas que são loucas o suficiente para achar que podem mudar o mundo, são as que de fato, mudam.”*

(Texto da campanha “Think Different” da Apple Inc)

**No computador, na rua ou no smartphone:**  
Condicionantes e covariantes do engajamento online

RESUMO

Nas últimas décadas, tem se falado em uma crise da democracia representativa que se expressa numa queda nas modalidades tradicionais de participação e na confiança nas instituições políticas, apesar disto, a democracia se consolidou como a melhor configuração governamental. Concomitante a este processo emergem as tecnologias digitais que através da internet criam o ciberespaço, apresentando uma nova via para o ativismo político e social. Instigados por este contexto pesquisadores do comportamento político tem analisado quais características comportamentais, sociais e demográficas influenciam no ciberativismo questionando se são as mesmas que condicionam as ações presenciais. Alguns autores concluíram que indivíduos que já participam são mais propensos ao ciberativismo, bem como, a rede pode fortalecer as modalidades de protesto. Além disso, pesquisas apontam a centralidade do interesse por assuntos políticos, do acesso à informação, educação e em alguns casos da idade na caracterização dos ativistas digitais. Portanto, a presente pesquisa questiona qual o perfil do ciberativista brasileiro, indagando quais são os condicionantes do engajamento online e qual a relação entre as modalidades presenciais e digitais de participação. Diante destes objetivos e dos debates da literatura internacional derivamos duas hipóteses a) os recursos sociais (tempo, dinheiro, habilidades cívicas), as motivações individuais, as redes de recrutamento, bem como a centralidade social incidem positivamente na participação política online; b) existe uma convergência entre as modalidades de participação presencial e digital, refletindo uma “divisão digital” pois os engajados se tornam mais engajados e desengajados menos. Para operacionalizar este debate se utiliza do banco de dados do Latin American Public Opinion – LAPOP do ano de 2012. Os resultados dos testes estatísticos descritivos indicam para um baixo percentual de indivíduos ativos no ciberespaço. Já os modelos multivariados indicam para uma convergência entre as modalidades presenciais e digitais, bem como, para uma importante influência da educação e do interesse por política no ciberativismo. Porém, o caso brasileiro apresenta uma característica instigante, o ativista online é um cidadão que se sente ineficiente politicamente e procura no ciberespaço um local em que possa expressar suas demandas.

**Palavras-chave:** Comportamento Político, Engajamento Online, Internet, Participação Política.

**On your computer, on the street or in smartphone:**  
determinants and covariates of online engagement

ABSTRACT

In recent decades, there has been talk in a crisis of representative democracy that is expressed in a fall in traditional forms of participation and trust in political institutions, in spite of this, democracy has established itself as the best government setting. Concomitant to this process emerging digital technologies over the internet create cyberspace, presenting a new road to political and social activism. Instigated by this context of political behavior researchers have analyzed which behavioral, social and demographic characteristics influence the cyberactivism questioning whether they are the same that affect the offline activities. Some authors concluded that individuals who already participate are more likely to cyberactivism as well, the network can strengthen the protest modalities. In addition, studies point to the centrality of interest in political issues, access to information, education and in some cases of age in the characterization of digital activists. Therefore, the present research questions which the profile of the Brazilian cyberactivist, asking what are the limitations of online engagement and what is the relationship between the presence and digital modes of participation. Given these objectives and the international literature debates derive two hypotheses: a) social resources (time, money, civic skills), individual motivations, recruitment networks and as social centrality have a positive impact on online political participation; b) there is a convergence between the modalities of presence and digital participation, reflecting a "digital divide" for the engaged become more engaged and disengaged less. To operationalize this debate using the database Latin American Public Opinion - LAPOP the year 2012. The results of descriptive statistical tests indicate to a low percentage of active individuals in cyberspace. Already the multivariate models indicate a convergence between the offline and online modes, as well as to a significant influence of education and political interest in cyberactivism. However, the Brazilian case presents a compelling feature, the online activist is a citizen who feels politically inefficient and demand in cyberspace a place where you can express their demands.

**Keywords:** Political Behavior, Online Engagement, Internet, Political Participation.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Quadro explicativo dos resultados da análise fatorial

Figura 2 – Quadro explicativo dos resultados da regressão logística

Gráfico 1 - Porcentagem de indivíduos conectados por tecnologia de conexão e região do mundo

Gráfico 2 – Porcentagem de indivíduos e domicílios conectados por região do mundo

Gráfico 3 – Frequência de uso da internet pelos brasileiros em relação à renda

Gráfico 4 - Frequência de uso da internet pelos brasileiros em relação à escolaridade

Gráfico 5 - Frequência de uso da internet pelos brasileiros em relação à faixa etária

Gráfico 6 – Frequência de uso das redes sociais entre os internautas brasileiros

Quadro 1 – Os atributos da participação política

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Participação política entre brasileiros (%)

Tabela 2 – Análise fatorial com modalidades de participação online e off-line

Tabela 3 – Índice do ativismo online (%)

Tabela 4 – Condicionantes do ativismo online

## **LISTA DE SIGLAS**

ARPA – Advanced Research Projects Agency  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Pessoal  
CEI – Comunidade dos Estados Independentes  
CGI – Comitê Gestor da Internet  
HTML - HyperText Markup Language  
HTTP - HyperText Transfer Protocol  
ITU – International Telecommunication Union  
LAPOP – Latin American Public Opinion Project  
PBM – Pesquisa Brasileira de Mídias  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência República  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
USP – Universidade Federal de São Paulo  
WWW – World Wide Web

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: DEFINIÇÕES, MODALIDADES E CONDICIONANTES.....</b>	<b>15</b>
2.1. TIPOLOGIAS E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO.....	16
2.2. CONDICIONANTES DO ENGAJAMENTO.....	23
2.3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL.....	29
<b>3. INTERNET E PARTICIPAÇÃO: EFEITOS E RELAÇÕES.....</b>	<b>34</b>
3.1. DEFINIÇÕES DE MÍDIA, SURGIMENTO DA WEB E SUAS ESPECIFICIDADES.....	35
3.2. NOVAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO INTERNACIONAL E BRASILEIRO.....	42
3.3. EFEITOS DA INTERNET SOBRE O ENGAJAMENTO CÍVICO.....	49
3.4. INTERNET E POLÍTICA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA.....	63
<b>4. O ENGAJAMENTO ONLINE ENTRE OS BRASILEIROS: CONDICIONANTES E COVARIANTES.....</b>	<b>71</b>
4.1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PRESENCIAL E DIGITAL ENTRE OS BRASILEIROS.....	73
4.2. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DIGITAL E PRESENCIAL: CONVERGÊNCIA OU DIVERGÊNCIA.....	75
4.3. CONDICIONANTES DO ATIVISMO ONLINE.....	78
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>88</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A participação política sempre esteve no centro da agenda de pesquisas sobre a democracia e, mais recentemente, tem ganho acentuado destaque. Alguns pesquisadores afirmam estar em curso uma crise democrática, pois os indivíduos teriam deixado de participar, em função de um descontentamento com as instituições representativas e com os alcances de suas ações (PUTNAM, 2001). No campo oposto, há autores mais otimistas que percebem uma reinvenção da participação, com a combinação de modalidades eleitorais e contestatórias de ação em função dos recursos que estão disponíveis aos cidadãos (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Outros ainda observam um deslocamento dos indivíduos em direção a ações diretas e de protesto em detrimento das convencionais, principalmente relacionado a uma mudança de valores políticos e à emergência de uma cidadania crítica (INGLEHART, 2012; INGLEHART E WETZEL, 2009; NORRIS, 2001;2002).

Para o presente estudo, consideramos a participação como um mecanismo de propagação da voz no espaço público que tem como intuito, a exposição das demandas da população aos governantes e a sociedade. Além disto, as diferentes modalidades participativas podem ser mobilizadas para gerar pressão para que as preferências destes cidadãos sejam consideradas no momento da formulação de políticas públicas. Sabemos que o voto é essencial para legitimação do regime democrático e os partidos políticos são fundamentais para o seu funcionamento, entretanto, o contato com as autoridades, a participação na comunidade, o pertencimento a sindicatos, movimentos sociais, a participação em protestos e manifestações, os boicotes comerciais, entre outras modalidades, são importantes mecanismos de exposição das preferências e demandas (NORRIS, 2002; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Dialogando com este debate, a presente dissertação tem como objetivo principal discutir os condicionantes da participação política em meio digital e seu relacionamento com as modalidades presenciais no contexto brasileiro. Ainda na década de 1980, Benjamin Barber ([1984], 2003) argumentava sobre o potencial democrático e participativo das tecnologias digitais. Mais recentemente, Pippa Norris (2001) e Helen Margetts (2013) também defenderam a tese de que a Internet adquiriu um lugar central em nossa sociedade de modo que as configurações dos espaços de atuação na sociedade estão sendo alteradas, pois as tecnologias digitais podem modificar fronteiras e reconfigurar dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Neste sentido, o objeto de nossa análise é o comportamento político dos cidadãos brasileiros nos espaços online e off-line.

Desde o século XX com o surgimento do rádio e posteriormente da televisão, os meios de comunicação têm se tornado ferramentas que o indivíduo mobiliza para compreender o mundo. Nestas, chamadas modalidades de massa, a relação comunicativa é estabelecida verticalmente e a distribuição da informação é monopolizada por alguns grupos. Em decorrência disto, tais grupos detêm o poder de formação da opinião pública, restando ao cidadão o papel do espectador passivo. A Internet, por sua vez, possui uma estrutura comunicativa interativa na qual o indivíduo tem dupla função: ele é receptor da interação e ao mesmo tempo pode ser emissor, uma vez que é possível o internauta gerar conteúdo online, propiciando a existência de várias perspectivas sobre o mesmo assunto. Essas características da web a tornam, por excelência, a mídia da escolha, pois, mais que pela tecnologia em si, os internautas navegam conduzidos pelos seus gostos e preferências (LIVINGSTONE, 2011; MALINI e AUTON, 2013; NORRIS, 2001).

Uma observação atenta de nossa sociedade nos mostra que a Internet tem ocupado um papel central em nossas vidas. A expansão da tecnologia móvel, acompanhada do preço mais acessível dos smartphones ajudou na popularização do acesso à rede. De acordo com o relatório do Comitê Gestor da Internet, o número de usuários da web no Brasil aumentou de 34% em 2008 para 51% em 2013, já o relatório da International Telecommunication Union mostra que 40,4% da população mundial já tinha acesso à rede mundial de computadores em 2013. Embora exista uma concentração dos indivíduos conectados em áreas urbanas e mais desenvolvidas e dos desconectados em áreas rurais e menos desenvolvidas, ainda assim estes números são expressivos (CGI, 2014; ITU, 2014).

Diante disto, a Internet tem produzido efeitos interessantes em todos os âmbitos da nossa sociedade. Modificou-se o comércio, as relações sociais, a comunicação, o consumo, a produção de informações, como também, surgiram novos métodos de ensino. Esta tecnologia também afetou o campo político. Com as redes digitais emergiram novas abordagens em campanhas políticas e os políticos profissionais passaram a utilizar das potencialidades das redes sociais. De acordo com os dados da pesquisa “Mídia e Política: hábitos de informação e monitoramento político” realizada pela FSB Comunicação (2015) 96% dos parlamentares brasileiros usam o Facebook e 78% o Twitter, 97% destes utilizam o perfil nas redes sociais para divulgar as ações do mandato e para interagir com o eleitor. A própria estrutura governamental tem utilizado das tecnologias digitais para aproximar o Estado e o cidadão, de modo que os internautas podem encontrar na rede um espaço para ecoar sua voz, podem ser

citados como exemplo disto as consultas online realizadas através do Data Senado<sup>1</sup> e o portal Dialoga Brasil<sup>2</sup>, um espaço de participação digital em que os cidadãos podem expor suas demandas ao governo, sugerir mudanças nas políticas públicas, propor novas políticas, neste sentido, o portal se apresenta como um espaço de interação entre o governo federal e a sociedade civil.

Além das iniciativas governamentais, os próprios cidadãos brasileiros têm articulado ações interessantes na web, um exemplo é o Portal Vote na Web<sup>3</sup>, no qual são expostos de maneira simples e compreensível os projetos propostos por deputados, senadores e pelo governo federal e que estejam tramitando pelo Congresso Nacional. O indivíduo pode se posicionar contra ou a favor do projeto, avaliar sua pertinência e comentar, em contrapartida, os organizadores se comprometem a repassar estes dados para os representantes. No ano 2015 a sociedade civil também utilizou das redes para a organização de movimentos sociais e atividades políticas, um exemplo é a página do Facebook “Não fechem minha escola”,<sup>4</sup> a qual auxiliava no processo de ocupação, na comunicação e integração das centenas de escolas ocupadas no Estado de São Paulo num movimento contra a reorganização proposta pelo governo estadual. Outro exemplo são as inserções do movimento feminista por meio do uso de *hashtags* (#) como forma de protesto online e para que suas pautas entrassem na agenda de discussão como foi o caso do #PrimeiroAssédio<sup>5</sup> e #MeuAmigoSecreto<sup>6</sup>, a primeira com intuito de problematizar a naturalização do assédio sexual precoce e a segunda para denunciar atitudes machistas e misóginas de nosso cotidiano. Muitas outras iniciativas poderiam ser apresentadas, entretanto, acredita-se que estes exemplos sinalizam bem para a perspectiva que as redes sociais, Facebook e Twitter, principalmente, “não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando” (SAKAMOTO, 2013, 95).

Diante deste quadro de imersão das tecnologias digitais em nossa vida cotidiana, pesquisadores de diversas áreas têm analisado por várias óticas os impactos da rede, sendo uma delas o viés político, o qual pode ser dividido em duas perspectivas: ciberpolítica e tecnopolítica. A ciberpolítica é o uso de ferramentas digitais para fazer política, portanto é política *na* rede e refere-se aos estudos sobre campanhas online, portais governamentais, uso

---

<sup>1</sup> <http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>

<sup>2</sup> <http://dialoga.gov.br/>

<sup>3</sup> <http://www.votenaweb.com.br/>

<sup>4</sup> <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/?fref=ts>

<sup>5</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917\\_555272.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html)

<sup>6</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683\\_866934.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html)

da rede por partidos e políticos, por ciberativistas. Já a tecnopolítica é a política *da* rede, assim se refere à infraestrutura da web, seus conteúdos, formatos e aplicações. Como estamos interessados em debater os condicionantes e relações do engajamento, online esta pesquisa se insere nos estudos de ciberpolítica (SILVEIRA, 2009; PARRA, 2014).

Para contemplar esta discussão a presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro apresentamos o conceito de participação política, revisamos o debate sobre as tipologias de ação e condicionantes do engajamento e por fim, apresentamos um panorama deste campo de análise na produção brasileira. O segundo capítulo é dedicado à temática internet e política, ele inicia com uma discussão sobre o lugar central das mídias em nossa sociedade, seus impactos em nossos modos de vida, aborda o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação e as particularidades que diferenciam as mídias digitais das outras mídias. Em um segundo momento, demonstra-se os alcances da internet no Brasil e no mundo, trazendo dados acerca do internauta. O texto avança no debate teórico e empírico acerca dos efeitos da web no engajamento, e finaliza com um demonstrativo das discussões efetivadas pela academia brasileira sobre a temática.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão empírica acerca dos condicionantes da participação online e sua relação com as modalidades presenciais. Assim, nesta seção focalizamos os internautas que são ativistas online. Para tanto se utiliza dos dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina – LAPOP na sua edição de 2012 para o Brasil, sendo a única série que contou com perguntas sobre ciberativismo. O capítulo começa com a apresentação da descrição e da inferência estatística como caminho metodológico e segue com condução de dois modelos multivariados, a análise fatorial e a regressão logística, em que os resultados são colocados em diálogo com a literatura revisada nos capítulos anteriores.

## **2.PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: DEFINIÇÕES, MODALIDADES E CONDICIONANTES**

Na atualidade a maioria das nações são democracias representativas, isto é, pessoas são eleitas em processos que devem ocorrer periodicamente, serem livres, limpas e competitivas. Parte da literatura politológica recente tem entendido a participação, nesse contexto, como circunscrita ao momento eleitoral de modo que, ao fim deste, o indivíduo deveria se afastar da arena pública e deixar os representantes atuarem. Deste modo, o incumbente teria independência em relação ao representado e só entraria em contato com ele novamente ao final do mandato, no momento de prestar contas aos eleitores e, muitas vezes, tentar se eleger novamente. Essa visão tem como grande expoente Joseph Schumpeter (1984), defensor de uma democracia minimalista, em que os eleitores escolhem, entre as elites, pessoas para ocuparem o governo, pois sendo o povo um mau juiz de seus valores este não seria capaz de atuar nas arenas de discussão. Assim, a democracia se configuraria como um método de escolha de governantes.

Outras vertentes teóricas defendem que o mandato necessita de uma relação mais constante entre o representante e seu eleitor, deste modo, a representação é construída pelo diálogo entre as forças. Assim, o governante não tem total autonomia sobre os aspectos da representação, que precisa ser construída a partir do contato com a base eleitoral. Neste sentido, representação e participação têm uma relação complementar e a democracia só será realmente representativa se contar com a participação popular. Portanto, para essa perspectiva a tensão entre o representante e o representado é constituinte, já que é necessário o constante contato entre eles para a construção do que é para ser representado. (URBINATI 2006; YOUNG 2006)

Amparados pelo debate normativo, pesquisadores do comportamento político tem analisado diferentes ações no espaço público com a finalidade de significar a participação política, suas modalidades e tipologias, bem como compreender quais fatores internos e externos ao indivíduo influenciam no engajamento cívico. Neste sentido, tendo em mente os objetivos dessa dissertação, faz-se necessário um diálogo com a literatura especializada a fim de descortinar a evolução do conceito de participação política. Para tanto, dividimos o presente capítulo em mais três partes, além desta. Na primeira discutimos o conceito de participação, suas classificações e modalidades. Na sequência procuramos identificar na literatura pertinente os condicionantes do engajamento em diferentes modalidades. Por fim, abordamos rapidamente alguns estudos sobre a participação política no Brasil.

## 2.1 TIPOLOGIAS E MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Nas discussões sobre democracia a ideia de participação ocupa um lugar central, assim falar em participação política é falar em democracia e vice-versa (NORRIS, 2002; VAN DETH, 2001; VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995). Na década de 1940 cientistas políticos começaram a sistematizar o conceito de acordo com teorias normativas e a partir de pesquisas de opinião pública passaram a analisar o comportamento político dos cidadãos com base neste conceito. O trabalho de Milbrath na década de 1960 foi um dos pioneiros nesse empreendimento adotando perspectiva que restringia a ação ao processo eleitoral e as suas atividades correlatas (MILBRATH, 1965). A situação do debate normativo ajuda a compreender a restrição inicial do conceito de participação, já que naquele período as ideias de Joseph Schumpeter sobre a democracia, com seu caráter minimalista e institucional, estavam em voga. De acordo com Schumpeter (1984) a participação política seria necessária à democracia nos momentos e aspectos relacionados a eleição cumprindo a função de legitimar o regime, para além deste contexto os cidadãos deveriam se afastar da arena pública e deixar os representantes eleitos decidirem.

Outro fator que nos ajuda entender a restrição dessa definição pioneira é o contexto destes atos. Na segunda metade do século passado, por volta de 1960, protestos e manifestações começaram a emergir com mais força, e devido à concepção minimalista de democracia, considerava-se que tais atos representavam riscos a democracia. Os estudos da década seguinte trouxeram novos ares para o conceito e alguns autores, reconhecendo o papel do contexto institucional mais amplo, definiram a participação para além do processo eleitoral, porém ainda direcionada ao governo, pois entenderam o engajamento dos cidadãos como mecanismos empregados para influenciar politicamente aqueles que tomam decisões.

As primeiras definições de participação se referem somente a relação do cidadão com as instituições políticas. Portanto, inicialmente a participação é entendida como tentativa de influenciar as instituições representativas, principalmente, no que se refere à distribuição de bens públicos e as ações daqueles que criam políticas públicas. (RIBEIRO E BORBA, 2015; KAASE, 2010; VAN DETH, 2001; VERBA, SHLOZMAN E BRADY, 1995). Com a emergência no debate normativo de uma concepção forte de democracia, a qual enseja uma participação permanente, em que o indivíduo é ativo na vida pública ao invés de relegar as decisões a outros, surge à necessidade de inflar o conceito de participação, pois estas definições unidimensionais e unidirecionais excluía formas que se tornaram recorrentes na década de 1960 e 1970. (NORRIS, 2002; 2007).

Concomitante a discussão da definição do ato participativo muitos autores também se

preocuparam em classificar as suas modalidades. Nos estudos pioneiros essa classificação foi limitada as atividades eleitorais e correlatas, das menos complexas, como votar, às mais complexas, como candidatar-se a um cargo eletivo (BORBA, 2012a; RIBEIRO e BORBA, 2015). Neste contexto, merece destaque o estudo *Political Action* de 1979 conduzido por Samuel H. Barnes, Max Kaase e seus colaboradores, resultando em um livro homônimo, pois foi o primeiro a sistematizar ações de protesto como formas de participação política. Os autores criam uma nova tipologia que distingue modalidades convencionais e não convencionais de participação. (BORBA, 2012a; KAASE, 2010; RIBEIRO e BORBA, 2011; RIBEIRO e BORBA, 2015; VAN DETH, 2001). Por participação convencional se entende os atos que sempre foram considerados como políticos: voto, atividade de campanha, cooperação, contato social, contato personalizado, doação de dinheiro para campanhas, discussão sobre política. Já a modalidade não convencional engloba os atos de protesto como: participar de manifestações, protestos, bloqueio de ruas e tráfego, boicotes, greves, abaixo-assinado. Essas ações, que de acordo com Norris (2002; 2007) no final do século XX ocupavam as margens do espectro participativo, no início do século XXI passam para o *mainstream*, tornando-se muito mais comuns e preferidas por parte da população.

O grande mérito da obra *Political Action* está em demonstrar que ações de protesto também são formas de participação política, além de que estas modalidades não devem ser associadas à ideia de instabilidade democrática, mas sim colocadas entre o rol de formas pelas quais a participação política pode ocorrer. Para os autores, as diferentes modalidades de ação não são excludentes, assim, os indivíduos atuam através de uma relação entre custos, benefícios e habilidades ativando diferentes repertórios, e, portanto, a participação ocorreria em um *continuum*, assumindo um caráter unidimensional que tem como principal receptor da ação o governo. (DALTON e SICKLE, 2005; NORRIS, 2001; RIBEIRO e BORBA 2015; RENNÓ, 2001; VERBA, SCHOLZMAN E BRADY, 1995)

A separação em convencional e não convencional leva em conta a maneira como estes indivíduos desejam influenciar o sistema político e social, bem como, o governo. Neste sentido, a primeira também pode ser chamada de institucional, pois procuram influenciar por dentro das estruturas institucionais e do estado, já as modalidades não convencionais podem ser chamadas de atividades de protesto já que objetivam influenciar as transformações políticas e sociais de fora das instituições tradicionais. (DALTON e SICKLE, 2005)

Após a grande revolução na teoria da participação política causada pela aceitação das modalidades de protesto como formas de ação política, a próxima grande contribuição teórica e metodológica é de Verba, Scholzman e Brady (1995) na obra *Voice and Equality*. Estes

autores quebraram algumas barreiras da Ciência Política ao relacionar a participação política e social, demonstrando que as questões sociais também são questões políticas e vice-versa. A partir disto, criaram o Modelo do Voluntarismo Cívico, considerando que o processo participativo ocorre em função da capacidade e motivação que o indivíduo possui para agir na vida pública. Por conseguinte, tais autores compreendem que a participação é um ato voluntário e, portanto, não precisa, necessariamente, estar direcionada ao governo. Neste sentido, atos que se direcionam a sociedade e aos modos de vida desta, também são considerados formas de ativismo voluntário, considerando que “[...] political participation is activity that is intended to or has the consequence of affecting, either directly or indirectly, government action.” (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, p. 9, 1995) <sup>7</sup>. Deste modo, os autores advogam que a participação política é um fenômeno multidimensional, pois resulta da relação entre os custos da ação e recursos necessários.

Assim, se infere que para Verba, Schlozman e Brady (1995) participar é levar sua voz para arena pública, mesmo que esta não seja alta e clara, embora, quando cumpre estes aspectos, sua influência no jogo político é maior. Neste sentido, a participação política “[...] provides citizens with a means of communicating about their preferences to those who govern and generating pressure to comply” information. (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, p. 275/276, 1995) <sup>8</sup>.

Portanto, para Verba, Schlozman e Brady (1995) a participação pode ser resumida dentro de quatro categorias: voto, campanha, contato e na comunidade; neste sentido, podem-se considerar as três primeiras modalidades como referentes à participação convencional e a última como ligada ao campo não convencional, bem como, podem se referir as atividades não necessariamente políticas, mas sociais que podem impactar na formação de habilidades cívicas e nos processos de engajamento psicológico, itens que serão abordados com maior profundidade na próxima seção.

Entretanto, as diferenciações entre as modalidades ainda são recorrentes. Ronald Inglehart defende que os indivíduos atuam na arena pública de acordo com seus valores, os quais ele divide em materialistas e pós-materialistas. Valores materialistas são aqueles relacionados à segurança física e econômica, já os pós-materialista se referem a questões de autoexpressão e qualidade de vida. Segundo essa perspectiva o desenvolvimento socioeconômico gera, em longo prazo, a emergência de valores democráticos que são os

---

<sup>7</sup> “[...] a participação política é uma atividade que tem a intenção de ou a consequência de afetar, direta ou indiretamente, as ações do governo.” (Tradução livre)

<sup>8</sup> “[...] assegura aos cidadãos os meios de comunicação de informação sobre suas preferências para aqueles que governam e geram pressão para eles cumprirem.” (Tradução livre)

responsáveis pela democratização das instituições políticas. Neste sentido, as instituições não criam a cultura política democrática, elas se tornam democráticas por estarem imersas em uma sociedade regida por esses valores. Portanto, infere-se que a cultura política de uma nação reflete nas modalidades da ação política. Deste modo, a síndrome dos valores pós-materialistas propicia o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa, a qual é congruente com o processo de ampliação e fortalecimento democrático (INGLEHART, 1971; 2012; NORRIS, 2007; RIBEIRO, 2011). Dalton e Sickle (2005) explicitam bem essa situação ao afirmar que:

“[...] In addition to the socioeconomic changes that accompany modernization, modernization also produces a political culture that is more willing to question authority, to emphasize self-expression and participation, and more willing to challenge established political elites (Inglehart 1990, 1997; Inglehart and Welzel 2005; Flanagan 1987). These changing citizen orientations encourage protest activity. Inglehart (1990), for instance, claims that the presence of post-materialist culture (characterized by a questioning of authority and a new emphasis on quality of life and self-actualization) produces higher levels of protest. Advanced industrial societies also experienced the emergence of new social movements and a more active civil society, which advocates protest and other forms of direct action. These processes thus produce a "social movement society" where protest represents a conventional form of action (Meyer and Tarrow 1998).” (DALTON e SICKLE, p. 09, 2005)<sup>9</sup>

Em razão dessa diferenciação de valores Inglehart e Welzel (2009) propõe uma nomenclatura diferente para os grupos de modalidades em função do padrão de relações, entre cidadãos e elites políticas, implícitos nos atos participativos. Assim, as modalidades direcionadas ao governo e que possuem organizações hierárquicas, como o envolvimento partidário, seria chamado de *elite-directed*. Para os autores essas formas estariam em declínio, devido sua associação com os valores materialistas. Em contrapartida, junto com os valores pós-materialistas emergem modalidades de ação direta, como protestos e boicotes, reunidos pelos autores no rótulo *elite-challenging*. (DALTON E VAN SICKLE, 2005; INGLEHART E WEZEL, 2009; RIBEIRO, 2011; RIBEIRO e BORBA, 2015).

Pippa Norris (2002) também traz contribuições relevantes sobre o assunto ao demonstrar em seu trabalho que apesar de nos anos 1990 ter ocorrido uma queda nas formas

---

<sup>9</sup> “[...] Além das mudanças socioeconômicas que acompanham a modernização, a modernização também produz uma cultura política que está mais disposta a questionar a autoridade, para enfatizar a auto-expressão e participação, e mais disposta a desafiar as elites políticas estabelecidas (Inglehart 1990, 1997; Inglehart e Welzel 2005; Flanagan, 1987). Estas mudanças de orientações no cidadão incentivam a atividade de protesto. Inglehart (1990), por exemplo, afirma que a presença da cultura pós-materialista (caracterizada por um questionamento da autoridade e uma nova ênfase na qualidade de vida e na auto-realização) produz níveis mais elevados de protesto. Sociedades industriais avançadas também experimentaram a emergência de novos movimentos sociais e uma sociedade civil mais ativa, que defende protestos e outras formas de ação direta. Estes processos, assim, produziram uma "sociedade de movimento social", onde protesto representa uma forma convencional de ação (Meyer e Tarrow, 1998).” (Tradução livre)

convencionais de participação, o ativismo político não sucumbiu, mas se reinventou de modo que se apresenta um cenário de ação misto que combina modalidades eleitorais de participação com comportamentos de protesto. Nas palavras da autora:

“[...] In short, contrary to popular assumptions, the traditional electoral agencies linking citizens and the state are far from dead. And, like a Phoenix, the reinvention of civic activism allows political energies to flow through diverse alternative avenues as well as conventional channels.” (NORRIS, 2002, p. 222/223)<sup>10</sup>.

Implícita à relação mútua entre as diferentes modalidades de participação está a assumpção da natureza multidimensional da ação política. Neste sentido, as crenças e os valores que o indivíduo carrega conseguem para o espaço público e o contexto institucional – o tempo de democracia, a existência ou não de sufrágio universal, a obrigatoriedade do voto, as estruturas partidárias -, possuem influência na maneira que o cidadão se comporta. Portanto, as distintas modalidades de ação possuem relações diversificadas entre os custos e benefícios que propiciam a análise da participação de acordo com a sua orientação (NORRIS, 2002; 2007, NORRIS e CURTICE, 2006).

Diante deste quadro Norris e Curtice (2006) argumentam que é possível distinguir quatro modalidades de ação: votação, ativismo de campanha, ativismo *cause-oriented* e ativismo *citizen-oriented*. O voto é uma categoria isolada, é uma modalidade onipresente, pois a democracia representativa se torna legítima, não só, mas, principalmente, através das eleições. Os baixos custos e poucos recursos são fatores que tornam a votação menos exigente e atípica em relação às outras modalidades. O ativismo de campanha compreende as atividades ligadas as eleições, que focalizam o sistema político, procurando influenciar diretamente o parlamento e o governo. Possuem os partidos políticos como principal canal de atuação assim, compreende atividades mais complexas que exigem maiores recursos e habilidades.

O ativismo do tipo de *cause-oriented* ativa repertórios para causas específicas como protestos, manifestações, petições e boicotes, bem como, seu alvo não é somente o sistema político, mas também o social e econômico, de modo que o espectro do engajamento é inflado eliminando as fronteiras entre ações políticas e sociais. Por fim, as atividades do tipo *citizen-oriented* são ações voluntárias que não se dão necessariamente da esfera política, mas, “[...] promote interpersonal trust, social tolerance and cooperative behavior. In turn, these norms

---

<sup>10</sup> [...] Em suma, contrariamente às crenças populares, os órgãos eleitorais tradicionais que ligam os cidadãos ao Estado estão longe de estarem mortos. E, como uma Fênix, a reinvenção do ativismo cívico permite que as energias políticas fluam através de diversos caminhos alternativos, bem como pelos canais convencionais.” (Tradução livre)

are regarded as cementing the bonds of social life, creating the foundation for building local communities, civil society, and democratic governance” (Norris e Curtice, p. 6, 2006)<sup>11</sup>. Esta divisão é pertinente porque na atualidade os repertórios tradicionais, apesar de continuarem sendo importantes, não concebem modalidades contestatórias e de ação direta (NORRIS, 2007; RIBEIRO e BORBA, 2015).

Recentemente, novas categorias foram propostas para definir as modalidades participativas. Os cientistas políticos Joakim Eckman e Erik Anma (2012) argumentam que a falta de consenso sobre o que é o engajamento cívico dificulta a compreensão do que realmente está em declínio nas democracias representativas. Segundo os autores, para retirar a noção de *conceito de tudo* empregada ao engajamento cívico, é preciso compreender a diferença entre as atividades pré-políticas denominadas pelos autores de participação política *latente* e as ações políticas adjetivadas de *manifesta*.

Neste sentido, trabalho comunitário e interesse por questões políticas, são consideradas formas latentes de participação. Já voto e outras atividades de campanha, pertencimento a partidos, sindicatos e movimentos sociais, atividades de contato e doação de dinheiro são entendidas como participação política manifesta em um âmbito formal. Contudo, a manifestação política pode ocorrer em espaços extraparlamentares e assumir um caráter legal ou ilegal. O que difere a participação manifesta extraparlamentar é o fato desta não ser hierárquica. Protestos, manifestações, abaixo assinado, boicote e movimentos sociais em rede são exemplos de sua face legal. A desobediência civil se apresenta como a faceta ilegal.

Portanto, para Eckman e Anma (2012) o engajamento cívico deve compreender apenas as modalidades manifestas de participação, as quais se dividem em participação formal e ativismo extraparlamentar, sendo que o último compreende ações nos âmbitos legal e ilegal. Já os comportamentos que não são em si uma ação, como o interesse por questões políticas e sociais, bem como, as ações que são direcionadas a esfera social, como trabalho voluntário e ações caritativas são atividades que não interferem diretamente no governo e suas atitudes. Portanto, não demonstram um engajamento cívico, mas sim um envolvimento social, categoria que compreende as modalidades latentes de participação.

A partir do exposto infere-se que o conceito de participação, suas modalidades e tipologias passaram por modificações ao longo dos anos com o intuito de tentar captar os

---

<sup>11</sup> “[...] promovem a confiança interpessoal, tolerância social e comportamento cooperativo. Por sua vez, essas normas são consideradas como a consolidação dos laços de vida social, criando as bases para a construção de comunidades locais, sociedade civil e governabilidade democrática” (Tradução livre)

diversos aspectos da vida em sociedade que influenciam na vida política. Muitas categorias foram mobilizadas nessa discussão<sup>12</sup>, entretanto, de acordo com Van Deth (2001) voto, atividades de campanha, contato e protesto são as que apresentam maior importância na literatura:

“[...] it is clear that several major types, modes, or dimensions of participation can be discerned in many studies. First, voting is always a mode of political participation on its own; that is, no other activities are systematically related to casting a vote. Second, campaign activities constitute another distinct major type of political participation and the same applies, thirdly, to contacting officials or politicians. Protest activities (and New Social Movements) constitute a fourth major type.” (VAN DETH, p. 8, 2001)<sup>13</sup>.

Neste sentido podem ser elencadas quatro características que são indiscutíveis em relação à participação política, primeiro a participação se refere à cidadania e, portanto, é um ato de pessoas enquanto cidadãos. Segundo, participar é uma atividade, no sentido de ação. Terceiro é um ato voluntário e, assim sendo, os indivíduos não devem ser obrigados a fazê-lo. E, por fim, é um ato político e se reporta, ao sistema político como um todo, sem restrições de fases e níveis (VAN DETH, 2001).

Outro aspecto relevante no debate sobre classificações e modalidades da participação concerne ao quanto as diferentes modalidades se complementam ou não. Existem duas grandes perspectivas, de um lado a teoria da convergência e de outro a da divergência. Os adeptos da primeira acreditam que os indivíduos atuam em função da centralidade de repertórios, e, portanto, existiria uma causalidade expressa na posição social e a magnitude das ações. De acordo com Fábio Wanderley Reis (p. 75, 2009) existe:

“[...] uma relação causal entre a intensidade da participação política experimentada pelas pessoas e o grau de “centralidade” de sua posição social, isto é, o grau em que se mostram, tanto objetiva quanto subjetivamente, próximas ou integradas ao “núcleo” do sistema social geral em decorrência da posição ocupada numa série de variáveis, destacando-se a posição de classe ou o status socioeconômico (a dimensão “vertical” da centralidade) e a experiência urbana (sua dimensão “horizontal”): quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição a informações de todo tipo, tanto maior a participação política.”

Deste modo, para a teoria da convergência, as formas de participação convencional e não convencional não são excludentes, mas complementares e quem atua em uma modalidade

---

<sup>12</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto ver: Van Deth, 2001.

<sup>13</sup> “[...] é claro que vários tipos, modos, ou dimensões de participação que podem ser discernidos em muitos estudos. Em primeiro lugar, o voto é sempre um modo de participação política por conta própria; ou seja, não há outras atividades são sistematicamente relacionadas a um voto. Em segundo lugar, atividades de campanha constituem outro importante tipo distinto de participação política e o mesmo se aplica, em terceiro lugar, para entrar em contato com funcionários públicos ou políticos. Atividades de protesto (e Novos Movimentos Sociais) constituem um quarto tipo principal.” (Tradução livre)

tem grandes chances de atuar na outra também (BORBA e RIBEIRO, 2010; BORBA, 2012a; NORRIS, 2001; 2002; 2007; RIBEIRO e BORBA 2011; 2015). Já as teorias da divergência advogam que a crise na democracia representativa faz com que os indivíduos abandonem os canais formais da participação, preferindo as vias de protesto, neste sentido, as duas modalidades de participação seriam condicionadas por diferentes fatores (BORBA e RIBEIRO, 2010; INGLEHART E WETZEL, 2009; NORRIS, 2001; 2002; 2007; RIBEIRO e BORBA 2012; 2015).

Portanto, percebe-se que no tocante as afinidades entre as modalidades da participação política, bem como sua relação com a democracia, existem duas óticas: uma otimista que vê uma reinvenção do ativismo e um forte relacionamento entre as tipologias indicando que não existe crise democrática porque os cidadãos não deixaram de participar; outra pessimista, pois identifica uma divergência participativa, além de uma queda em ambas as formas, indicando que o único relacionamento possível é o declínio da participação com a crise da democracia (BORBA e RIBEIRO, 2010; NORRIS, 2002).

## **2.2 CONDICIONANTES DO ENGAJAMENTO**

Dentro deste profícuo debate sobre o que é participação, suas modalidades e tipologias, os teóricos do comportamento político também se perguntaram sobre o que faz com que algumas pessoas participem e outras não. De acordo com Pippa Norris (2002) as tentativas de explicação podem ser divididas em três grupos, em razão da natureza dos condicionantes que enfatizam: macro, meso e micro. As abordagens de nível macro focalizam os aspectos estruturais do Estado e da sociedade, como o desenvolvimento sócio econômico e as instituições políticas e sociais. As de nível meso procuram explicar os condicionantes da participação através de organizações e agências de mobilização da sociedade civil. Por fim, as iniciativas de nível micro destacam os recursos e motivações individuais (NORRIS, 2002).

As teorias de nível macro que relacionam participação e modernização da sociedade, advogam uma forte relação entre desenvolvimento socioeconômico e democracia. De acordo com esta teoria a passagem da estrutura social de rural para industrial, impacta positivamente nos condicionantes do engajamento cívico, bem como, na participação eleitoral e em outras formas de ativismo político. Isto acontece porque as relações sociais se estruturam de maneiras distintas nos espaços rurais e urbanos, bem como, faz parte do processo de modernização a urbanização, o aumento dos níveis de alfabetização e acesso à educação superior. A modernidade também traz consigo a emergência dos sindicatos e partidos políticos, bem como a entrada da mulher no mercado de trabalho e conseqüentemente, o

alcance público de suas demandas através de movimentos sociais e atividades de protesto (NORRIS, 2001).

Entretanto, alguns autores reclamam a presença de um efeito teto nos impactos da modernização nas sociedades pós-industriais, gerando uma estabilidade na participação, de modo que as características da modernização já não impactam mais no ativismo. Outra reivindicação vem por parte dos que acreditam estar ocorrendo um efeito de deslocamento, através do qual os indivíduos deixam de participar nos meios convencionais (partidos, sindicatos, igrejas) e passam a atuar em novas formas de engajamento, principalmente na política de protesto (novos movimentos sociais, internet, manifestações, boicotes, petições), como Ronald Inglehart (1971; 2012), que defende a existência de uma mudança nos valores dos indivíduos em decorrência da modernização. Sociedades calcadas em valores materialistas, principalmente na segurança física e econômica, estariam em níveis mais baixos de desenvolvimento socioeconômico e de participação e sociedades com valores pós-materialistas fundamentados em autoexpressão estariam em níveis mais altos. (INGLEHART 1971; 2012; INGLEHART e WEZEL, 2009; NORRIS, 2002; RIBEIRO, 2011).

Outro exemplo de teorias macro são aquelas que se concentram sobre a estrutura do estado como determinante do ativismo político. Para esta vertente, o engajamento cívico é intimamente influenciado pelas normas constitucionais e as instituições políticas de modo que a obrigatoriedade ou não do voto, a idade mínima, e o processo eleitoral ajudam a determinar os níveis de participação, principalmente ao que se refere às modalidades convencionais. Neste sentido, a participação ocorre em função das oportunidades que as instituições oferecem aos indivíduos. Dentre as teorias de nível macro que foram apresentadas percebe-se a existência de um consenso: a modernização das estruturas do estado e da sociedade produziriam impactos na vida política, porém, as consequências do impacto do desenvolvimento humano na participação e, conseqüentemente, na democracia ainda são motivo de controvérsia (NORRIS, 2002; RENNÓ, 2003).

As teorias de nível meso advogam que as associações cívicas e organizações não governamentais tem um papel fundamental na criação de redes sociais, as quais em paralelo com as normas sociais influenciam na participação eleitoral e no ativismo político. Putnam (1993;2001) é expoente desta perspectiva com suas hipóteses das agências mobilizadoras e do capital social. Segundo esse autor, para que as instituições democráticas funcionem, é necessária a presença de uma sociedade civil ativa, pois ela é capaz de fortalecer o regime democrático. Neste sentido o capital social tem uma natureza dupla, sendo um fenômeno estrutural (as redes sociais) e um fenômeno cultural (normas sociais) de modo que este é

capaz de criar nos indivíduos que participam de agências e organizações de mobilização aspectos de cooperação recíproca e confiança social os quais impulsionam os membros a comparecerem nas eleições, bem como de outras formas de ativismo político. Portanto, a noção de confiança interpessoal fundamentada na ideia de reciprocidade, faz com que os indivíduos que são mais confiantes, tolerantes e mais otimistas sejam mais ativos na esfera social. (BAQUERO, 2004; NORRIS, 2002; RENNÓ, 2003)

As teorias de nível micro trazem o enfoque para o indivíduo, suas motivações e recursos. Exponentes dessa categoria são a teoria da escolha racional e o modelo do voluntarismo cívico. A abordagem racional argumenta que os indivíduos participam da vida pública em função de um cálculo racional entre os custos e os benefícios de ação. Neste sentido, dependendo de quais serão os benefícios é que serão analisados os custos, assim, se os benefícios forem altos o suficiente, os custos podem não importar. Por isto, a relação entre as normas sociais e o comportamento que elas orientam, não é reflexo de uma relação causal, mas demonstram o caráter racional, individual e intencional da ação uma vez que o cidadão pode respeitar ou transgredir a norma. Assim, é justamente através da ênfase atribuída a individualidade e a racionalidade que a teoria da escolha racional fundamenta a ideia de que o comportamento humano é dotado de intenções e estratégias (NORRIS, 2002; REIS, 2009).

Verba, Schlozman e Brady (1995), os propositores do modelo do voluntarismo cívico tecem considerações sobre a perspectiva do status socioeconômico e a teoria da escolha racional. Para os autores, essas teorias possuem tanto um lado forte quanto um fraco, o modelo socioeconômico apresenta sua força nos aspectos empíricos e relevância política, porém, teoricamente é um modelo fraco, pois traz tantas variáveis que não consegue explicar como o status socioeconômico implica em participação política, somente que existe essa relação. Já a teoria da escolha racional é inversa, seu poder é teórico, entretanto, sua relevância política e poder preditivo são fracos. (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, p. 280, 1995). Neste sentido, os autores unem em seu modelo aspectos da teoria e modelo anterior, com o intuito de especificar a partir da ideia de recursos o engajamento dos indivíduos na vida pública, não somente nas instituições políticas, mas também nas não políticas.

Verba, Schlozman e Brady (1995) consideram que a participação é uma ação voluntária e, portanto, o indivíduo precisa de alguma motivação para fazê-la, não importa se a participação é política ou não, já que os autores consideram as duas, pois ambas as modalidades possuem consequências, desde desenvolver capacidades cognitivas individuais, construir a noção de comunidade, além de tradicional legitimar o regime, bem como, informar ao governo – e também a sociedade - de suas preferências e pressioná-los para serem ouvidos.

Este processo reafirma o caráter multidimensional da participação política e do engajamento dos indivíduos. Neste sentido, os escritores, optam por fazer a pergunta inversa, “porque as pessoas não participam?”, chegando a seguinte conclusão: “[...] because they can’t; because they don’t want to; because nobody ask” (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 269, 1995) <sup>14</sup>. A partir desta afirmação os autores desenvolvem o Modelo do Voluntarismo Cívico, o qual se baseia em dois fatores que influenciam o processo de participação, motivação e capacidade, e podem ser analisados a partir de três categorias: recursos – tempo, dinheiro e habilidades cívicas -, engajamento psicológico e redes de recrutamento. Assim sendo, os autores demonstram que os indivíduos não podem participar em razão da falta de recursos, não querem participar por falta de engajamento psicológico e não são convidados por estarem fora das redes de recrutamento.

O modelo do voluntarismo cívico combina recursos – tempo, dinheiro e habilidades cívicas -, engajamento e recrutamento. A discussão sobre os recursos é parte central da teoria, pois demonstra como os aspectos estruturais da sociedade, em especial sua estratificação em classes, influencia nos aspectos micro, isto é, os recursos individuais que afetam diretamente as formas de engajamento. Assim, a participação política se torna mais ou menos os autores de acordo com o recurso ativado: quando se precisa de dinheiro, o qual é distribuído de forma mais desigual teremos uma participação política mais estratificada; se o recurso é tempo, que é distribuído de forma mais homogênea, o sistema participativo será mais igualitário. As habilidades cívicas são entendidas pelos autores como “[...] the communications and organizational abilities that allow citizens to use time and money effectively in political life.” (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 304, 1995) <sup>15</sup>. Tais habilidades cívicas começariam a ser desenvolvidas logo na infância, em casa e na escola, e depois na vida adulta no trabalho, igrejas e organizações, isto mostra que o desenvolvimento deste recurso ocorre primordialmente em instituições não políticas da vida em sociedade, entretanto, são muito úteis para a participação política, uma vez que os indivíduos se sentem mais confiantes em fazê-lo. Neste sentido, fica explícita a importância de se articular as instituições não políticas na análise dos fatores que contribuem para o engajamento político, já que além de atuar na criação das habilidades cívicas também funcionam como importantes redes de recrutamento para a ação política.

Outro componente do modelo do voluntarismo cívico diz respeito ao engajamento,

---

<sup>14</sup> “[...] porque eles não querem; porque eles não podem; porque ninguém perguntou.” (Tradução Livre)

<sup>15</sup> “[...] as habilidades comunicacionais e organizacionais que permitem aos cidadãos usar o tempo e dinheiro efetivamente na vida política” (Tradução livre)

aspecto mais subjetivo que os recursos, pois, depende exclusivamente do indivíduo e seu interesse por questões políticas, bem como da sua predisposição para se engajar. Neste sentido, apesar de aspectos como renda e escolaridade terem demonstrado influência, a história de vida e a relação dos pais com a política possuem uma relação de mútua influência com a predisposição psicológica de o indivíduo ser interessado em política e conseqüentemente se tornar engajado. Outro aspecto que apresenta influência direta na predisposição individual ao engajamento está relacionado ao quanto o indivíduo sente-se eficiente e necessário para o sistema político, o quanto ele acredita que as suas crenças e valores são importantes, bem como respeitadas durante a formulação de políticas públicas. Em outras palavras, o quanto subjetivamente o indivíduo sente-se eficaz e confiante de que sua voz é ouvida. De acordo com Verba, Schlozman e Brady (1995) o efeito esperado é que quanto maior o sentimento de eficácia subjetiva maior e mais ampla é a participação.

Já no que diz respeito a redes de recrutamento o modelo sugere que pessoas que participam de instituições e organizações não políticas, são pessoas que estariam mais dispostas a dizer sim a um possível convite à ação política, neste sentido, as redes de recrutamento funcionam para pessoas que já possuem uma predisposição psicológica ao ativismo, bem como, possuam algum dos recursos: tempo, dinheiro e habilidades cívicas.

QUADRO 1. ATRIBUTOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

<b>Atividade</b>	<b>Capacidade para transmitir informação</b>	<b>Variação no volume</b>	<b>Requerimentos</b>
<b>Voto</b>	Baixo	Baixo	Tempo
<b>Trabalho de campanha</b>	Misto	Alto	Tempo e Dinheiro
<b>Contribuição para campanha</b>	Misto	Alto	Dinheiro
<b>Protesto</b>	Alto	Médio	Tempo, Habilidades
<b>Contato com agentes públicos</b>	Alto	Médio	Tempo
<b>Trabalho informal na comunidade</b>	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
<b>Membro de um clube político local</b>	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
<b>Filiação a uma organização partidária</b>	Misto	Alto	Tempo, Habilidades, Dinheiro.
<b>Contribuição a uma causa política</b>	Misto	Muito alto	Dinheiro

Fonte: Verba, Schlozman & Brady (1995, p. 48).

A teoria de Verba, Schlozman e Brady demonstra que a participação política ocorre de forma desigual nas sociedades contemporâneas. O modelo por eles proposto, ao combinar recurso, engajamento e redes de recrutamento, demonstra que existem fatores mutuamente influentes no processo de ativismo e que, portanto, a participação não tem apenas uma causa, bem como, diferentes formas de participação ativam diferentes recursos, possuem diferentes variações no volume da voz que está no espaço público, além de terem capacidades diferentes de levar informações, como demonstra o Quadro 1, produzido pelos autores.

Portanto, pode-se dizer que para o Modelo do Voluntarismo Cívico, os principais aspectos que impactam no engajamento são os recursos sociais e as motivações culturais, enfatizando: (a) aspectos estruturais, isto é, as clivagens sociais como sexo, idade e classe social, os quais estão relacionados com os recursos cívicos de tempo, dinheiro, conhecimentos e habilidade; (b) aspectos culturais, centrados nas atitudes e valores prévios que os indivíduos carregam para a arena pública, tais como, senso de normas cívicas, pertencimento a um partido ou movimento social, interesse político, sentimento de influência e eficácia política; e por fim, (c) agências e organizações que tem um papel mobilizador perante a sociedade. Por conseguinte, esta teoria traz o foco para o plano individual, colocando a educação como um dos principais condicionantes do ativismo, pois ela aumenta as capacidades cognitivas, de modo que cria consciência cívica. Entretanto, o indivíduo necessita de uma motivação para agir politicamente, sendo que a principal é o sentimento de eficácia, ou seja, o sentimento de que se está influenciando no processo.

As discussões sobre os condicionantes do engajamento dos cidadãos demonstram que existem alguns fatores impactantes neste processo. Apesar da importância das instituições em nossa sociedade, o impacto delas no engajamento não é tão forte quanto os atributos individuais, já que a participação é um ato voluntário e as motivações que o indivíduo traz consigo é o que o faz agir na sociedade, assim, o engajamento é influenciado fortemente pelas predisposições individuais. Entretanto, o processo de transformação do engajamento em participação depende dos recursos já citados de tempo, dinheiro e habilidades cívicas, sendo estes fortemente influenciados pelas estruturas econômicas e sociais. É neste sentido que pesquisadores como Verba, Schlozman, Brady (1995) e Norris (2002), defendem que a participação política é uma relação entre recursos e motivações, sendo que estas motivações são internas e externas ao indivíduo. Portanto, fatores sócios demográficos como renda, idade, educação combinados a fatores psicológicos e comportamentais como: interesse por política, confiança nas instituições e eficácia subjetiva, são importantes na efetivação da participação política.

### 2.3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL<sup>16</sup>

A maioria das pesquisas sobre participação na perspectiva comportamentalista foi conduzida no contexto de democracias estabelecidas e consolidadas. Recentemente, entretanto, alguns investigadores têm procurado entender se tais teorias se aplicam a contextos distintos como o da América Latina e do Brasil, em que os países herdaram uma colonização de exploração que gerou inúmeras discrepâncias sociais em termos de distribuição de renda e acesso à educação, bem como um relacionamento patrimonial com a estrutura política, além dos anos de regime ditatorial.

As pesquisas de José Álvaro Moises (2008; 2010) mostram que no Brasil coexistem valores políticos democráticos e autoritários, que nos imprime uma cultura política ambivalente ou híbrida nos termos de Baquero e Gonzalez (2011). Apesar disto, a experiência com a democracia apresenta um aspecto educativo ao passo que auxilia no processo de consolidação dos valores democráticos (Idem, 2011). Neste sentido, ao longo dos anos os brasileiros foram ampliando e sofisticando a qualidade da sua compreensão dos significados da democracia, implicando na diminuição do contingente de indivíduos incapazes de defini-la. De acordo com Moisés (2010), atualmente, os brasileiros a definem nos seus princípios de liberdade, pelo seu conteúdo e pelos seus procedimentos e instituições.

Diante deste quadro nacional, em que o cidadão comum tem uma noção relativamente sofisticada do que é a democracia, bem como, o reconhecimento do lugar central da participação neste regime político, alguns pesquisadores têm se dedicado a procurar compreender porque os brasileiros desconfiam das instituições políticas e quais são os efeitos sob a nossa democracia. De acordo com Baquero (2004) a falta de confiança nas instituições, o pouco otimismo em relação ao regime e a baixa participação política levam a ausência de capital social que por sua vez implica numa apatia política. Ainda nesta perspectiva pessimista, Baquero e Linhares (2011) encontraram características antipartidárias entre os brasileiros. Para os autores:

“[...] a hostilidade das pessoas em relação aos partidos é uma evidência perturbadora do afastamento e indiferença da cidadania em relação à política, o que poderá acarretar a manutenção de vícios políticos tradicionais e atrasados que

---

<sup>16</sup> As pesquisas citadas aqui estão articuladas as teorias expostas ao longo deste capítulo. Portanto, não está entre as pretensões desta sessão abordar toda a produção sobre a participação política no Brasil, mas, somente aqueles relacionados ao comportamento político. A título de curiosidade e partindo de uma seleção arbitrária citamos alguns trabalhos que abordam a participação pela perspectiva social, na sua relação com a democracia e a representação: ALMEIDA, TATAGIBA, 2012; GURZA LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELO, 2006; GURZA LAVALLE, ISUNZA, 2011; LUCHMANN, 2007; 2011; SCHERER-WARREN, 2014; TATAGIBA, 2014. O livro “Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de análise” organizado por Roberto C. R. Pires (2011) sob o selo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA traz uma coletânea de artigos que analisam a temática da participação por diversos ângulos.

comprometem a solidificação da democracia no país.” (BAQUERO e LINHARES, p. 108. 2011)

Ribeiro (2011b) destaca que no contexto latino americano o aumento e concentração dos direitos civis e políticos foi acompanhado do aumento da desconfiança em relação ao regime, os dados analisados pelo autor mostram que os níveis de desconfiança nas principais instituições democráticas são elevados no Brasil, principalmente entre os mais educados. Segundo esta pesquisa, variáveis como satisfação com a vida, participação em modalidades convencionais e de protesto não impactam na confiança política como nos contextos das democracias estabelecidas. Entre os brasileiros os indivíduos mais interessados em assuntos políticos são os mais confiantes indicando que a crescente desconfiança nas instituições no Brasil não pode ser explicada pela ideia de cidadania crítica. Em pesquisa posterior Ribeiro e Borba (2015) encontram uma relação positiva entre os valores pós-materialistas e a participação convencional. Este fato nos confirma que é no mínimo perigosa e questionável a transferência de conceitos para contextos distintos.

Assim sendo, diante deste quadro de compreensão do regime democrático e insatisfação com as suas instituições existem indivíduos que se mobilizam e procuram expor sua voz no espaço público tanto nas modalidades associativas como nas eleitorais e nas contestatórias. Um grupo de pesquisadores tem procurado compreender os fatores que influenciam no comportamento político dos brasileiros, bem como, explicar quem age e como age. Lucio Rennó (2001; 2003) procurou entre os postulados da teoria do capital social e da estrutura de oportunidades qual delas traria os melhores fundamentos para explicar as nuances da participação política na América Latina e no Brasil. O autor encontrou pouca, inversa ou nenhuma relação entre as variáveis centrais para o capital social e a participação em associações locais, nacionais, movimentos em prol do meio ambiente e grupos de protesto. Portanto, de acordo com Rennó (2001), o arcabouço institucional e a percepção individual acerca do funcionamento das instituições e, por conseguinte, as estruturas de oportunidade oferecidas a cada indivíduo tem mais força explicativa no contexto latino e brasileiro que a internalização das normas sociais, confiança interpessoal e otimismo como requer a teoria do capital social.

De acordo com Ribeiro e Borba (2011) a participação política no Brasil em geral apresenta percentuais tímidos, não atingindo 20% da população. Apesar deste baixo percentual ainda assim podemos traçar algumas características do fenômeno e dos indivíduos que participam. Os dados analisados por Castro e Reis (2012) mostram que de 1990 a 2005 as taxas de participação entre os brasileiros cresceram, menos intensamente nas modalidades

eleitorais e mais nas associativas e de protesto. Os dados também mostraram uma queda no interesse por política acompanhada do crescimento da importância atribuída a tal. Neste sentido, os autores concluem que: “[...] a população brasileira não é apática. Ela participa da arena política, no entanto para tal participação ela prioriza as instituições não ligadas ao aparato estatal e ações não inseridas nos contextos institucionais do Estado” (CASTRO e REIS, p. 32, 2012)

As pesquisas de Ribeiro e Borba (2011; 2015) mostram que as modalidades de participação no Brasil se agrupam em três grupos, ações convencionais, associativas e de protesto. Apesar de algumas particularidades como a associação entre participação em partidos e sindicatos com grupos ambientais, ainda podemos afirmar que *no caso brasileiro o fenômeno participativo possui um caráter multidimensional*, expresso na distinção entre as ações diretas e as modalidades associativas e eleitorais. Portanto, neste contexto a participação está mais relacionada às bases individuais do que as bases estruturais da sociedade (IDEM, 2011;2015).

A relação entre as formas tradicionais de participação e em grupos ambientais já indica a fragilidade da teoria do desenvolvimento humano na explicação da participação política entre os brasileiros. Ribeiro (2011a) encontra um pequeno número de indivíduos pós-materialistas, porém, estes são relativamente mais favoráveis a democracia, fato que fica expresso em seus valores e atitudes. Ribeiro e Borba (2010) pensando a América Latina, por intermédio de análises estatísticas, chegam a conclusão que existe uma independência entre a participação convencional e os valores pós-materialistas. Isto indica que no contexto brasileiro e latino quanto mais pós-materialista o indivíduo mais ativo nas modalidades convencionais, contrariando os pressupostos da teoria. Neste sentido, pode se dizer além de serem poucos os indivíduos com valores pós-materialistas no Brasil, estes valores não eram significativos na explicação dos motivos que levam os cidadãos brasileiros a participação não convencional (RIBEIRO e BORBA, 2010; RIBEIRO, 2011a). Dados mais recentes (RIBEIRO e BORBA, 2015) indicam para uma possível mudança uma vez que apresentam um relacionamento positivo entre o pós-materialismo e a participação não convencional<sup>17</sup>.

Ribeiro e Borba (2015) também encontraram uma forte relação entre as modalidades de participação tradicionais e as contestatórias, isto indica que a ideia de centralidade de

---

<sup>17</sup> A teoria do desenvolvimento humano não explica a participação política entre os brasileiros pois, ao contrário do que Inglehart e seus colaboradores tem encontrado para as democracias estabelecidas, no Brasil os valores pós-materialistas incidem positivamente em todas as modalidades de participação. Portanto, aqui possuir valores pós-materialistas indica maior participação convencional e não convencional, nas democracias estabelecidas estes valores estão associados positivamente com as ações de protesto e negativamente com as tradicionais.

repertórios em que os indivíduos ativam todas as formas de participação disponíveis faz bastante sentido no contexto brasileiro. A partir destes dados podemos delinear quais fatores influenciam nos dois grandes grupos de participação. No que tange a participação convencional entre os brasileiros, os valores pós-materialistas têm impacto positivo, assim como a participação nas modalidades não convencionais, o pertencimento ao funcionalismo público e a percepção de pertencimento as classes sociais mais altas. Já nos atos contestatórios a educação de mostrou forte preditor, os mais escolarizados são mais ativos nas modalidades diretas, assim como os trabalhadores liberais e não manuais. Os atos de protesto também se tornam mais comuns à medida que os indivíduos aderem com maior intensidade à democracia em sua dimensão abstrata, e entre aqueles que avaliam melhor o regime. Além disso, a participação nas modalidades tradicionais também incide positivamente nas ações diretas. Esta pesquisa também mostrou que o aumento nos níveis de confiança nas instituições políticas está acompanhado da diminuição das taxas de participação contestatórias.

Outros estudos têm mostrado a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres no contexto participativo, uma vez que ser homem incide positivamente na ação política, isto confirma a tese da centralidade de repertórios, pois, dadas as características patriarcais da nossa sociedade os homens possuem alguns privilégios que os colocam em uma posição central. (BORBA, 2012a; BORBA, GIMENES, RIBEIRO, 2015)

Pesquisas também indicam que os mais velhos tendem a ser mais interessados em política, a simpatizar mais e se envolver mais na participação em partidos e os mais jovens apresentam uma pequena tendência a se envolver mais em ações de protesto, principalmente aquelas em que os custos são mais altos como bloqueio de tráfego (BORBA, 2012a; BORBA, GIMENES, RIBEIRO, 2015; OKADO, RIBEIRO, 2015).

Neste sentido, a partir dos estudos que enfocam a participação política no contexto brasileiro, podemos afirmar a importância dos recursos individuais, principalmente da educação e as habilidades cívicas, nos condicionantes do engajamento, assim, indivíduos bem-educados e que são ativos de alguma maneira na sociedade, tendem a ativar diferentes repertórios de ação com o intuito de colocar sua voz no espaço público (BORBA, 2012a, RIBEIRO e BORBA, 2011; 2015). Portanto, a participação em modalidades distintas demonstra que: “[...] o ativismo político é fruto de determinados atributos individuais (como a forma de socialização, os recursos individuais como renda e escolaridade e as redes de relações) que tornam possível a expressão de uma “identidade militante”” (BORBA, p. 140 grifos do autor, 2012a).

Deste modo, um quadro geral da participação dos brasileiros demonstra que a noção

de recursos é a que sugere caminhos mais interessantes de análise devido ao forte impacto da escolaridade. A convergência das formas de participação convencional e não convencional indica que seus condicionantes são os mesmos, assim, um brasileiro dotado destes recursos ativa diferentes repertórios de ação política de maneira multidimensional direcionando-se a atores políticos, econômicos e sociais.

### **3. INTERNET E PARTICIPAÇÃO: EFEITOS E RELAÇÕES**

A consciência de nossa racionalidade e comunicação é um dos aspectos que potencialmente nos diferem dos outros animais. Mais ou menos no ano 700 a.C surgiram os primeiros alfabetos e junto com eles também aparece a escrita, mudando qualitativamente a comunicação humana, já que “[...] foi o alfabeto no Ocidente que proporcionou a estrutura mental para a comunicação cumulativa baseada em conhecimento” (CASTELLS, 2010, p. 413). Portanto, o uso racional dos nossos cinco sentidos e a consciência de que nos comunicamos passaram a vida em sociedade.

O alfabeto, a escrita, o papel, a imprensa, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, a energia elétrica, entre tantos outros acontecimentos e descobertas foram capazes de modificar e ressignificar o modo de vida em sociedade. Os séculos XIX e XX, em especial, foram palco para o surgimento dos modernos meios de comunicação, definidos por Stig Hjarvard (p. 66, 2012) como “tecnologias que expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade”. Neste contexto merecem destaque: o telefone, uma vez que possibilitou a comunicação imediata entre dois indivíduos que estão em locais distintos. O rádio que nos deu a oportunidade de um indivíduo se comunicar com muitos, servindo tanto como meio de informação, como de diversão. A televisão que potencializou ainda mais essa comunicação coletiva, incorporando imagem e movimento. Mais recentemente, nosso padrão de interação passou por uma nova revolução com o desenvolvimento da internet. Na rede é possível que um fale para muitos, como no rádio e na televisão, mas também possibilita uma comunicação privada, como a do telefone. Além disso, as novas tecnologias de comunicação e informação tornam possível que muitos dialoguem com muitos, fazendo da internet uma mídia de interação (CASTELLS, 2010; HJARVARD, 2012; MALINI, AUTON, 2013; NORRIS, 2001; PARRA, 2014).

Durante as últimas décadas do século XX foram concentrados esforços para criar uma comunicação imediata entre vários pontos através de computadores, tendo a internet como espinha dorsal. Ao ser disponibilizada para a sociedade como um todo e popularizada neste início de século XXI, a web modificou a maneira como nos comunicamos e criou novos espaços para disseminação da informação. Para termos uma noção do impacto da rede, pode-se comparar o tempo que a internet levou para se popularizar com o do telefone e o da televisão. De acordo com o relatório da International Telecommunication Union (ITU) de 1999, citado por Pippa Norris, “[...] the telephone took close to 75 years to reach 50 million users, and the television 13 years, but the Internet took only four years to reach the same number

[...]” (NORRIS, 2001, p 01 cap. 01) <sup>18</sup>.

A partir disto surgiram novas denominações para a sociedade em que vivemos e estas são reflexos destas mudanças. O sociólogo espanhol Manuel Castells denominou de *Sociedade em Rede*, fazendo referência à rede de internet que intermedia tanto a maneira como adquirimos informações e nos comunicamos como as nossas relações. Já os cientistas políticos Pippa Norris e John Curtice optaram por chamar de *Sociedade do Conhecimento* se referindo a facilidade de acesso a diferentes informações, que são a chave para a construção do conhecimento (CASTELLS,2010; NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006).

Diante dessas características da internet, combinado com o intuito de debater o comportamento político do brasileiro no ciberespaço, este capítulo é dedicado a relação entre a política e as novas ferramentas de comunicação. Portanto, para sustentar as futuras discussões sobre os condicionantes e relações da participação online, este capítulo possui quatro sessões, além desta. A primeira aborda o surgimento e definições da internet. A segunda, debate o alcance da web no contexto internacional e no brasileiro. A terceira discute teórica e empiricamente como a internet impacta na democracia, principalmente no engajamento cívico. E por fim, a quarta reflete sobre o estado da arte da discussão sobre internet e política no Brasil.

### **3.1. DEFINIÇÕES DE MÍDIA, SURGIMENTO DA WEB E SUAS ESPECIFICIDADES.**

Até meados do século XIX a escrita tinha um papel central na representação e codificação do mundo. O surgimento da fotografia, do rádio e do cinema modifica esta relação, ao passo que utilizam de meios e linguagem próprias para significar o mundo. Diante disto, podemos inferir que o século XX foi o século que os meios de comunicação tomaram uma dimensão central na vida em sociedade. Por conseguinte, esta seção objetiva apresentar algumas discussões acerca das mídias, bem como o surgimento da internet e suas particularidades em relação aos outros meios de comunicação.

A fim de compreender a centralidade midiática em nosso contexto, é necessário definir quais são as características dos meios de comunicação. O pesquisador Joshua Meyrowitz (1993) propõe uma perspectiva interessante, pois, contrariando as abordagens tradicionais que concentravam esforços em tentar encontrar o elemento que identificasse a mídia, propôs que tratássemos estes elementos midiáticos como complementares e não como

---

<sup>18</sup> “[...]o telefone levou perto de 75 anos para atingir 50 milhões de usuários, e a TV 13 anos, mas a Internet levou apenas quatro anos para atingir o mesmo número [...]” (Tradução Livre)

concorrentes. Portanto, para Meyrowitz os meios de comunicação podem ser compreendidos a partir de três metáforas: canais, linguagens e ambientes.

Neste sentido, os meios de comunicação são canais, porque por intermédio deles as mensagens são transmitidas para uma pessoa ou para muitas. Tratar a mídia como um canal a coloca em uma posição passiva já que o foco está no conteúdo transportado sem alteração. Esta metáfora do canal concentra-se no que os diferentes meios de comunicação têm em comum, isto é, o fato de levarem uma informação de um lugar a outro. O segundo elemento é a linguagem, o pesquisador argumenta que cada mídia possui uma gramática própria e, portanto, essa perspectiva se concentra nas particularidades de cada meio de comunicação porque é das características dessas mídias que derivam sua gramática. Por fim, os meios de comunicação são ambientes que tem suas particularidades, as quais contextualizam nossa vida em sociedade, assim a metáfora do ambiente diz respeito às características dos meios que o usuário da mídia não pode controlar.

Deste modo, infere-se que o uso das mídias envolve essas três dimensões de maneira simultânea e com isto Meyrowitz enseja demonstrar que os meios de comunicação, portanto, também a internet, podem ser pensadas como lugares, não no sentido de espaços físicos, mas como sistemas de informação que fornecem aparatos para o indivíduo decodificar e interagir com o mundo a partir das e nas relações comunicativas. Neste sentido, os meios de comunicação atuam ativamente na construção de identidades – individuais e coletivas - relações sociais, estruturas de poder e do cotidiano de uma forma ampla.

Esta dimensão central das mídias levou muitos pesquisadores a problematizar as relações que os indivíduos estabelecem com os meios de comunicação. Neste diapasão, a pesquisadora Sonia Livingstone (2008) argumenta que o papel central que as tecnologias de comunicação tomaram no final do século XX e início do XXI levou a um processo de mediação da sociedade. A autora compreende que a mediação, como a relação estabelecida entre os meios de comunicação e as instituições sociais em que sua articulação, resulta em novos modelos de interação e novas práticas. É importante ressaltar que a mediação não é um processo unilateral e não implica em um determinismo tecnológico. Apesar da conexão entre práticas institucionais e a mídia exigir uma reorganização de seus conceitos, práticas e ações, essas alterações se estabelecem a partir da forma como os indivíduos utilizam as tecnologias na sua vida cotidiana.

É importante destacar que neste contexto há uma disputa entre os termos mediação e midiaticização. Pesquisadores como Livingstone (2008) optaram por utilizar o primeiro para se referir as mudanças que a articulação com as mídias arquitetou nas instituições sociais.

Entretanto, outros autores, como Stig Hjavard (2012) preferem o termo *mediatização* para se referir aos aspectos das relações entre as mídias e as instituições sociais. Neste sentido, para Hjavard a *mediação* se refere as atividades feitas através da mídia, que são mediadas. Nas palavras do autor:

“[...] A mediação descreve o ato concreto da comunicação através de um meio em um contexto social específico. Por outro lado, a *mediatização* se refere a um processo mais a longo prazo, segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação. [...]” (HJAVARD, p. 66, 2012).

Portanto, a *mediatização* é um processo relacional entre os indivíduos e a mídia, que possui como característica central uma dualidade. O conceito de *mediatização* requer que a mídia possua um status de instituição, sendo uma entidade semiautônoma e com lógica própria. Todavia, a mídia também exerce funções de comunicação coletiva, consequentemente, os meios de comunicação não só influenciam, mas também, intervêm nas relações sociais nos diferentes contextos institucionais. Diante disto, infere-se que a dualidade da *mediatização* se refere à impossibilidade de considerar as instituições separadas da mídia, pois, ao mesmo tempo em que essa última se torna parte integrante de outras instituições por estas aderirem a sua lógica, ela também é uma instituição. Neste sentido, falar em *mediatização* da sociedade é assumir que a ligação entre mídia e sociedade não pode ser desfeita (HJAVARD, 2012).

O advento da web e seus constantes avanços intensificaram a nossa relação com as mídias, bem como as modificaram. De acordo com o pesquisador Lev Manovich (2001) a “revolução do computador” modificou os processos de produção, aquisição, armazenamento e distribuição da comunicação e, por consequência, atingiu, também, todos os tipos de mídia, transformando praticamente tudo em informação digital. Entretanto, como surge a internet?

Essa ferramenta de comunicação “revolucionária” surge do trabalho desenvolvido por uma agência de investigação estadunidense chamada ARPA (Advanced Research Projects Agency), que respondia ao Departamento de Defesa e tinha como função estimular nas universidades pesquisas sobre informática interativa. A ARPA possuía uma divisão de técnicas e processamento da informação denominada ARPANET que foi responsável pela primeira comunicação mediada por computadores em setembro de 1969 (CASTELLS, 2001).

O que começou como tecnologia de guerra, operado apenas por *experts* da informática, tomou novos rumos quando os militares estadunidenses criaram sua própria rede e abandonaram a ARPANET a qual foi apropriada por um grupo de usuários que não trabalhavam nem nas universidades e nem para o governo. Eles ficaram conhecidos como

hackers<sup>19</sup> e foram os responsáveis pela transformação da internet em um dispositivo de conversação e de relações sociais em que todos os pontos podem se comunicar entre si sem mediações. Também foi obra deste grupo a criação do *copyleft*, o responsável pela manutenção da arquitetura colaborativa e liberdade na rede<sup>20</sup>: “O *copyleft* utiliza o mesmo modelo da lei dos direitos autorais, mas invertendo-o em termo do propósito habitual: em vez de ser um meio de privatizar o *software*, se torna um meio de mantê-lo livre” (MALINI, AUTON, p. 44, 2013).

De maneira mais abstrata Lev Manovich (2001) argumenta que a Internet é resultado do encontro de duas histórias até então paralelas, de um lado o desenvolvimento das supermáquinas calculadoras e de outro dos meios de comunicação. O autor aponta que desde meados dos anos 1800 indivíduos vêm concentrando esforços na criação de uma máquina que fosse capaz de realizar os cálculos matemáticos mais complexos de maneira autônoma, em paralelo, neste mesmo século, se desenvolvem os meios de comunicação que ampliam a maneira como as informações são produzidas e armazenadas, fazendo com que a escrita seja apenas mais uma linguagem, acompanhada do som, da imagem e do movimento. O encontro das máquinas calculadoras - e aqui é importante ressaltar que o computador é fundamentalmente uma máquina calculadora, já que processa todas as informações por meio de funções matemáticas- com os meios de comunicação no século XX dá origem as novas mídias.

Olhando para este contexto Malini e Auton (2013) definem 1984 como o ano do surgimento do ciberespaço, já que até então a rede era fechada e usada exclusivamente para as “necessidades” da Guerra Fria. Assim, em uma definição ampla, o ciberespaço é compreendido como “[...] ambientes virtuais, comunitários e participativos dos grupos de discussão” (MALINI, AUTON, p. 20, 2013). Para o filósofo Pierre Lévy (1999a) o ciberespaço, além de computadores interconectados digitalmente, se caracteriza pela sua arquitetura aberta, fluída e pelo constante movimento. Já para Luís Martino (2015) “[...] o ciberespaço (é) formado na interação das pessoas na interface das mídias digitais, (e) tem uma dimensão *pública* considerável visível, sobretudo nos *sites* e páginas da *Web* [...]” (MARTINO, p. 91, *grifos do autor*, 2015).

Junto com o ciberespaço, surgem as noções de cibercultura e ciberativismo. A

---

<sup>19</sup> São denominados de Hackers indivíduos dotados de habilidades técnicas e curiosidade pelo livre conhecimento e livre interação. Aqueles que utilizam suas habilidades para cometer delitos são chamados de Crackers. (Parra, 2014)

<sup>20</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a arquitetura colaborativa da rede e o papel da internet no controle exercido por governos e empresas nos internautas pode ser encontrado em: Parra, 2014; Silveira, 2009;2014.

cibercultura é a cultura, em seu sentido amplo, diverso e complexo que acontece no ciberespaço, podendo ser entendida como as relações e significações humanas elaboradas no e trazidas para o ciberespaço (LÉVY, 1999a). Já o ciberativismo é entendido “[...] como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente, através da comunicação distribuída em rede interativa” (MALINI, AUTON, p. 20, 2013). Devido à internet ter um espaço próprio em que ocorrem atividades culturais, sociais e políticas descentralizadas e colaborativas, alguns pesquisadores defendem que neste contexto emerge um cidadão digital. Não há um consenso sobre o que seria um cidadão digital, Hafner-Fink e Oblak Črnič (2014) definem como os indivíduos que optam somente pela participação política online. Mais exigente, Mossbreger (p. 173, 2009) o define como: “[...] who use the internet every day, because frequent use requires some regular means of access (usually at home), some technical skill and the educational competencies to perform tasks [...]”.<sup>21</sup>

De acordo com Malini e Autoun (2013) é dos primeiros grupos de discussão que surge a preferência pelas articulações online de ações presenciais diretas, a qual se torna marca dos movimentos em rede. Além disto, a internet propicia o surgimento da política de vazamento em que informações escondidas por governos, empresas e pela mídia são “vazadas” no ciberespaço e chegam ao cidadão comum, como exemplo desta prática podemos citar os casos do Wikileaks<sup>22</sup> ou das espionagens estadunidenses relevadas por Edward Snowden<sup>23</sup>.

As simplificações iniciadas em 1984 levaram a criação, no início da década de 1990, dos formatos gráfico (html), espacial (http) e de multimídia (www) que utilizamos até os dias atuais. Estas aplicações facilitaram o uso da rede e, em 1995, esta ferramenta de comunicação tornou-se disponível para a sociedade em geral. Porém, ao passo que a internet logo se popularizou em sociedades com maiores níveis de desenvolvimento, em sociedades emergentes ou pobres o alcance foi em menor escala e em algumas situações, tardio (CASTELLS, 2001; MALINI, AUTON, 2013; NORRIS, 2001).

Apesar de mantermos algumas aplicações, a rede mundial de computadores continuou

---

<sup>21</sup> “[...] aqueles que usam a internet todo dia, porque o uso frequente requer alguns meios regulares de acesso (geralmente em casa) algumas habilidades técnicas e competências educacionais para executar tarefas [...]” (Tradução Livre)

<sup>22</sup> Wikileaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos sediada na Suécia, fundada em 04 de outubro de 2006 por Julian Assange um escritor, jornalista e ciberativista australiano. A organização tem como objetivo divulgar denúncias e vazamento de informações de governos e empresas. Para mais informações consulte: [www.wikileaks.org](http://www.wikileaks.org)

<sup>23</sup> Edward Snowden é um analista de sistemas que trabalhou para a CIA (Central Inteligeney Agency) e prestou serviços para NSA National Security Agency ambas do governo americano. Snowden revelou informações sobre o sistema de vigilância global norte americano através dos jornais The Guardian e The Washington Post em meados de 2013. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Edward\\_Snowden](http://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Snowden)

em transformação. Inicialmente o indivíduo podia encontrar conteúdo online, tendo então o internauta um papel de espectador-passivo no formato que ficou conhecido como Web 1.0, no qual mundo virtual girava em torno do conteúdo. Quando os indivíduos começaram a não apenas buscar as informações, mas a compartilhá-las, inicia-se a “revolução do compartilhamento” que resulta em um internauta que é espectador e ator ao mesmo tempo e em um novo formato que se caracteriza, principalmente, pela estrutura interativa que não só garante a liberdade de expressão como a potencializa. Este novo formato é chamado de Web 2.0 e pode ser entendido como:

“[...] um conjunto de *sites* cujos conteúdos são totalmente produzidos e/ou hospedados *online* diretamente por usuários, sem qualquer exigência ou permissão, baseados numa arquitetura colaborativa. A autonomia da Web 2.0 revela-se porque, mesmo que um usuário hospede “conteúdos ilegais” em um *site*, o gestor deste pode rapidamente excluí-los, contudo, baseado no princípio colaborativo, não pode impedir qualquer usuário de publicá-los novamente no *site*” (MALINI, AUTON, p. 110, *grifos dos autores* 2013).

Por conta de suas particularidades a rede possibilita a autoexpressão e interação entre o interlocutor da notícia e o receptor. Assim, existe uma infinidade de informações e ações que podem ser realizadas no espaço virtual e dependem exclusivamente do usuário. A maneira como cada indivíduo atuará na internet será influenciada pela sua história de vida, seus gostos e preferências. E é neste sentido que Sonia Livingstone (2011) afirma que as experiências online são continuidades dos interesses off-line. Dentro deste contexto de prosseguimentos Pippa Norris (2001) argumenta que a internet se difere substancialmente das outras mídias em decorrência da amplitude da liberdade de escolha. Em virtude destas distinções das mídias digitais é que se pode sustentar a ideia que “[...] De seres gráficos, passamos a seres digitais” (MARTINO, p. 41, 2015).

Lev Manovich (2001), interessado em compreender quais elementos compõem as mídias digitais, elencou cinco princípios da natureza das novas mídias que as diferem substancialmente, sendo eles: representação numérica, modularidade, automatização, variabilidade e transcodificação. Nas mídias digitais, todas as informações são compostas por um código digital, que por sua vez é uma representação numérica, isso implica que qualquer objeto digital pode ser descrito em uma fórmula matemática e como este objeto está sujeito a manipulação dos algoritmos a mídia digital torna-se programável. O princípio de modularidade refere-se à composição das novas mídias em módulos independentes, Manovich trabalha com a metáfora de um fractal, pois assim como o objeto matemático, a estrutura digital é a mesma em diferentes escalas, propiciando que cada elemento da estrutura, ou seja cada módulo, possa ser acessado em si próprio, independente dos outros módulos.

Os três próximos princípios dependem diretamente da representação numérica e da modularidade. O princípio de automatização remete-se à capacidade das novas mídias executarem automaticamente tarefas, sem intervenção da intencionalidade humana. Esta capacidade das mídias digitais de fazer escolhas a partir de um determinado grupo de informações que lhe dá um caráter personalizado. A variabilidade refere-se a potencialidade do objeto digital existir em diferentes versões de modo infinito. Esta é uma das características fundamentais das novas mídias, pois explicita sua capacidade de mudança constante e imediata. Por fim, a transcodificação reporta-se a capacidade das novas mídias em transformar mensagens de mídia em dados de computador. Manovich argumenta que esta é consequência mais substancial da computadorização dos meios de comunicação, pois os objetos de mídias se adaptaram as lógicas digitais. É importante ressaltar que para o autor é combinação destes cinco princípios que evidenciam as particularidades das mídias digitais.

Para Stig Hjavard (2012) o diferencial das mídias digitais é composto por dois aspectos: primeiro, elas exacerbam a centralidade da mídia em nossa sociedade, ao passo que principalmente à internet, integraram-se as rotinas das instituições sociais, culturais e políticas que passaram a utilizar de sua lógica. Segundo, sua estrutura permite que qualquer internauta produza informações online. Neste sentido, para o autor, “[...] O principal serviço das novas mídias é produzir relações sociais entre as pessoas, e os usuários são cada vez mais estimulados a *gerar o conteúdo por si próprio*” (HJAVARD, p. 74, *grifos do autor*, 2012).

Em decorrência das peculiaridades das mídias digitais e da interação na rede e sua horizontalidade, em relação às outras mídias, o ciberespaço acaba tomando uma dimensão pública e apresentando possibilidades para a ação política. De acordo com o Luis Martino, “[...] a política nas mídias digitais relaciona-se com as diversas manifestações e afirmações de identidade, na disputa pela chance de chamar atenção de outras pessoas para problemas sociais diversos, procurando não apenas o engajamento, mas a visibilidade” (MARTINO, p.86, 2015). Diante deste potencial político da web, Peter Dahlgren (2005) argumenta que o advento da internet acentua o caráter amplo da esfera pública, dimensão central nos pressupostos da teoria democrática deliberacionista, e em decorrência disto indica a necessidade de passarmos a pensar em esferas públicas, uma vez que a configuração em rede de nossa sociedade, o status de instituição e o sentido de lugar que os meios de comunicação alcançaram, bem como a interação e convergência entre as mídias digitais e de massa, não faz sentido pensarmos em um espectro off-line separado do online, na atualidade mundo físico e mundo virtual convergem.

Considerando essas características da rede, Hellen Margetts (2013) argumenta que

das inovações tecnológicas, a Internet é a que possui a maior capacidade de fortalecimento democrático. De acordo com a pesquisadora, a web pode intervir e até mesmo modificar as instituições e organizações uma vez que estas se vêm impelidas ao uso do ciberespaço. Além disso, no espaço digital os custos de obtenção de informação política são amplamente reduzidos e deste modo há uma promoção da liberdade de expressão que facilita a participação política uma vez que o indivíduo passa a se sentir mais influente, eficiente e “empoderado”.

Entretanto, apesar desta potencialidade “revolucionária” é preciso ter em mente que o acesso à tecnologia é distribuído desigualmente. Como será demonstrado a seguir, as novas tecnologias de comunicação e informação possuem maior abrangência em países desenvolvidos economicamente e uma penetração tímida em sociedades menos desenvolvidas. Isto implica em uma potencial dívida digital que reflete as clivagens econômicas existentes entre os países do norte e do sul e também entre as áreas rurais e urbanas. Além dos aspectos econômicos, relacionados ao acesso, existem outras barreiras conexas a ideia de literacidade na internet, que para Livingstone (p. 25, 2011), “emerge de uma interação dinâmica entre o usuário e a tecnologia”, portanto, se refere a capacidade do internauta encontrar informações online e transformá-las em conhecimento, e neste sentido, a divisão digital se expressaria nas clivagens relacionadas a educação e a faixa etária (CARDOSO, LANG E LAPA, 2013; HAFNER FINK e OBLAK ČRNIČ, 2014; LIVINGSTONE,2011; MARTINO, 2015; NORRIS, 2001)

Ainda é necessário considerar que existem diferenças entre o usuário e o ativista online. O usuário é aquele que usa a internet, principalmente as mídias sociais, para entretenimento e informação. Já o ativista online utiliza as mesmas mídias sociais com fins políticos, para fomentar debates, disseminar e fortalecer os movimentos sociais, principalmente aqueles denominados *novos* por tratarem de discussões como meio ambiente ou gênero e sexualidade, que há pouco tempo conseguiram um lugar na esfera pública. O ativista online se relaciona com partidos, movimentos sociais e com o Estado, através de seus sites institucionais, mas, além disto ele atua através da rede no processo de compartilhamento de informações e organizações de ação direta (HAFNER FINK e OBLAK ČRNIČ, 2014).

### **3.2. NOVAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO INTERNACIONAL E BRASILEIRO.**

Vinte anos depois de a web estar disponível para toda sociedade, três bilhões de pessoas estão conectadas. O surgimento e crescimento da internet móvel contribuíram muito

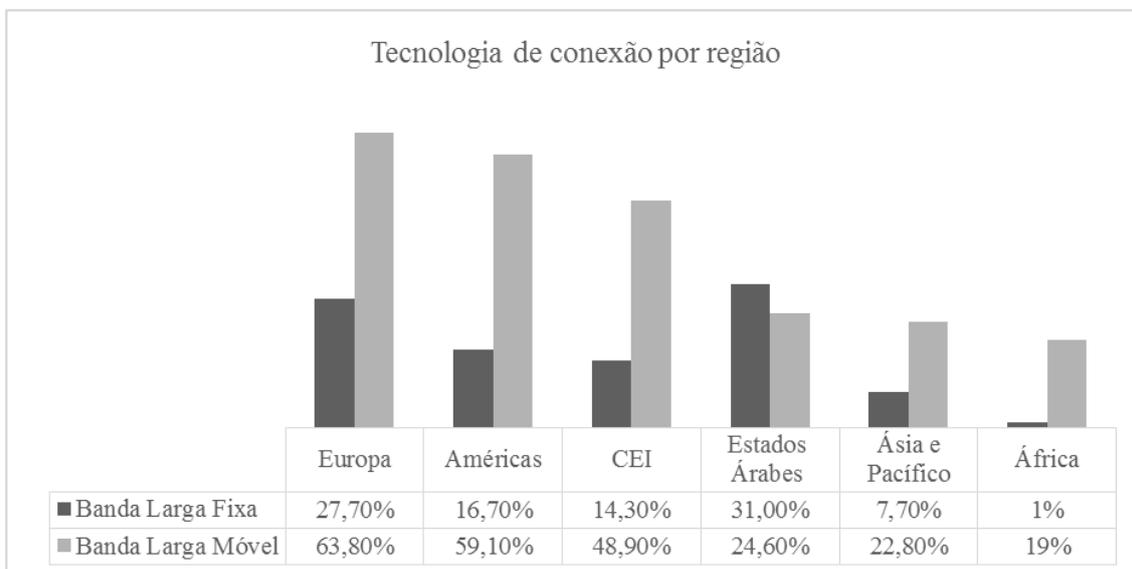
para o aumento de pessoas ativas na sociedade da informação, principalmente nas regiões em desenvolvimento e menos desenvolvidas. Contudo, ainda existem 4,3 bilhões de indivíduos desconectados, sendo que 90% destes, vivem em países em desenvolvimento. Apesar desse quadro desigual, nos últimos anos houve disseminação crescente das tecnologias de informação e comunicação tanto em termos de infraestrutura quanto em número de usuários. Aliás, o aumento das informações disponíveis online deve-se em grande parte ao usuário e sua interação com aplicações de mídia e plataformas sociais como o Twitter, Youtube, Whatsapp (ITU, 2014).

De acordo com o Relatório para Medir a Sociedade da Informação, publicado pela International Telecommunication Union (ITU) em 2014, a média mundial de indivíduos conectados via banda larga fixa corresponde a 9,8%. Porém, quando a tecnologia em questão é a banda larga móvel esta sobe para 32%. Entretanto, se analisarmos a média de conexão pelo nível de desenvolvimento do país, verifica-se uma supremacia dos países desenvolvidos, enquanto a média de conexão nestes locais chega a 27,5% na tecnologia banda larga e a 83,7% na tecnologia móvel, nos países menos desenvolvidos apenas 1% tem acesso à banda larga fixa e 19% a tecnologia móvel. Ainda dentro desta lógica nos países desenvolvidos, 78% dos domicílios e dos indivíduos estão conectados, em comparação, os menos desenvolvidos tem apenas 5% dos domicílios conectados e 8% dos indivíduos. Os gráficos 1 e 2 trazem dados sobre a média de conexões na seguinte divisão de regiões: África, Américas, Ásia e Pacífico, Comunidade dos Estados Independentes (CEI)<sup>24</sup>, Estados Árabes e Europa (ITU, 2014).

---

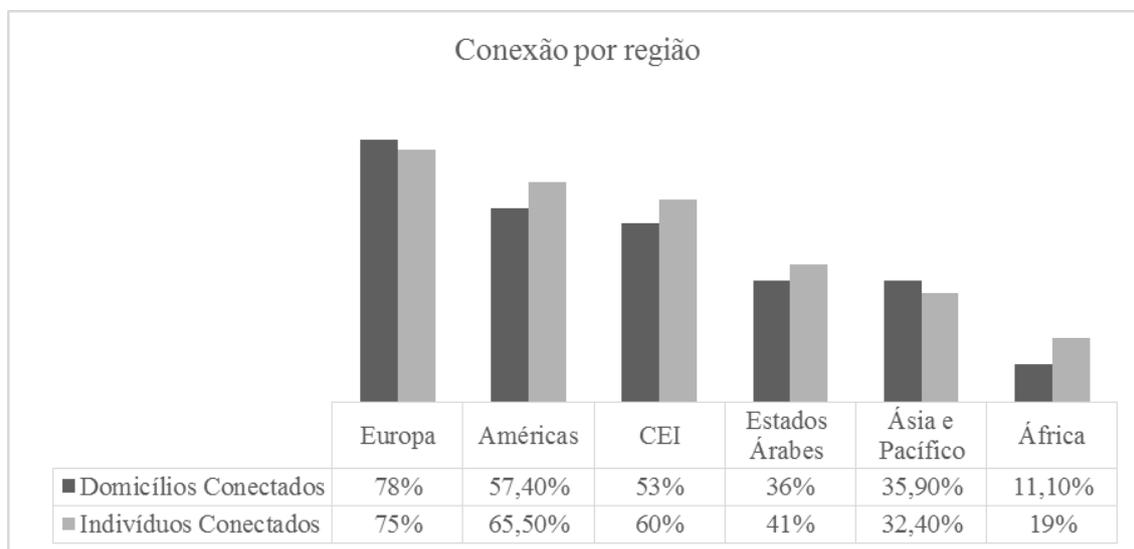
<sup>24</sup> A Comunidade dos Estados Independentes – CEI (Em inglês Commonwealth of Independent States – CIS) foi fundada em 08 de dezembro de 1991 e é composta pelas antigas Repúblicas Soviéticas. Inicialmente contava com Bielorrússia, Ucrânia e Rússia, posteriormente Armênia, Azerbaijão, Kazaquistão, Moldávia, Usbequistão, Kirgistão, Tajikistão e Turcomenistão passaram a integrar a comunidade. Estônia, Lituânia, Letônia e a Geórgia que também eram Repúblicas Soviéticas não aceitaram compor o CEI. Para mais informações: <http://www.infoescola.com/geografia/comunidade-dos-estados-independentes-cei/>

**GRÁFICO 1. PORCENTAGEM DE INDIVÍDUOS CONECTADOS POR TECNOLOGIA DE CONEXÃO E REGIÃO DO MUNDO.**



Fonte: ITU, 2014

**GRÁFICO 2. PORCENTAGEM DE INDIVÍDUOS E DOMICÍLIOS CONECTADOS POR REGIÃO DO MUNDO.**



Fonte: ITU, 2014.

Portanto, no nível individual, dos três bilhões de usuários da internet (40,4% da população mundial) a grande maioria está no mundo desenvolvido, em conformidade com os dados estruturais apresentados anteriormente.

Tendo como foco especificamente a região das Américas, as tecnologias de informação e comunicação têm uma penetração relativamente alta, com média de 57,4% dos

domicílios conectados. Embora essa situação seja causada pela presença do Canadá (83%) e dos Estados Unidos (77%) no grupo, os dados da ITU 2013, apresentados no Relatório de Tecnologias de Informação e Comunicação – Domicílios e Empresas, produzido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI, 2014), mostram uma presença expressiva da Internet na vida dos latino-americanos. No tocante aos domicílios conectados, alguns países apresentam médias significativas de conexão, como Argentina (54%), Uruguai (53%) e Chile (50%). Para além desses destaques, mais de 1/3 dos países latinos apresentam mais de 40% de domicílios com acesso à internet, e mais de 50% com computador em casa. No que concerne aos usuários da rede na região as porcentagens são maiores: Argentina (60%), Uruguai (58%) e Chile (67%). Portanto, existe uma expressiva conexão à web nos países latinos, como também aponta o relatório da International Telecommunication Union de 2014:

“Close to 1 billion people are using the Internet in the Americas region. While the highest proportion of individuals using the Internet is to be found in the United States and Canada, more than half of the population is online in countries such as Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Uruguay and Venezuela” (ITU, 2014, p. 104).<sup>25</sup>

No Brasil são 43% de domicílios conectados e a internet móvel atinge 52% da população devido as 40 milhões de assinaturas novas em 2013. Além disso, apresenta conectividade com a rede internacional de internet (medida em bit/s por usuário) ampla e comparável aos Estados Unidos e Canadá, devido a uma infinidade de cabos submarinos que nos ligam a região e ao mundo pelo Oceano Atlântico. (ITU, 2014)

Apesar disso, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) realizada pela Secretária de Comunicação da Presidência da República (SECOM)<sup>26</sup>, mais da metade da população não utiliza as novas tecnologias de informação e comunicação. Em 2014 tínhamos 53% da população fora dos alcances da rede, 2015 apresentou uma leve queda para 51%. O internauta brasileiro passa em média 04 horas e 59 minutos conectado de segunda a sexta-feira e 04 horas e 24 minutos durante o fim de semana. Em relação à frequência do acesso à internet a maioria utiliza a rede todos os dias, em 2014 eram 26% os internautas conectados diariamente, em 2015 passaram para 37%. Em contrapartida também houve uma queda nos que navegam na web de um a seis dias por semana, em 2014 eram 22% e foram para 12% em 2015. Em relação às plataformas utilizadas para a conexão, a maioria dos brasileiros acessa a

---

<sup>25</sup>“Perto de 1 bilhão de pessoas estão usando a Internet na região das Américas. Enquanto a maior proporção de indivíduos que utilizam a Internet é encontrada nos Estados Unidos e Canadá, mais do que metade da população está online em países tais como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai e Venezuela.” (Tradução Livre)

<sup>26</sup>Estamos trabalhando com os dados da última Pesquisa Brasileira de Mídias referente ao ano de 2015. De acordo com o relatório os dados foram coletados durante o ano de 2014 assim como os dados referentes a 2014 que aparecem em momentos de comparação foram coletados no decorrer de 2013 e dizem respeito a PBM de 2014.

internet via computador, seguido por celular e tablet. Comparando os anos de 2014 e 2015 ocorreu uma queda significativa do uso de computadores, de 84% para 71% acompanhado de um aumento no acesso à web via smartphones, que em 2014 atingia 40% dos conectados e em 2015 chegou a 66%. O uso do tablete diminuiu de 8% para 7% (BRASIL, 2014).

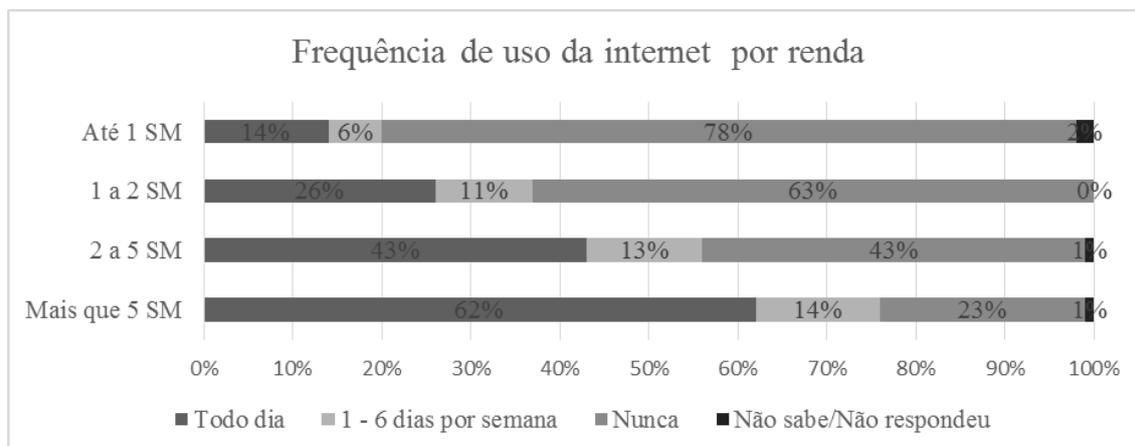
O relatório do CGI também mostra que dos domicílios desconectados<sup>27</sup>, 12% encontra-se nesta condição por estar fora dos alcances da rede. A região norte do país é a mais afetada neste sentido uma vez que concentra 38% dos casos. Na área rural, apesar de toda a tecnologia pensada para o campo e implantada nele, ainda existe uma quantidade expressiva de domicílios desconectados por estarem fora dos alcances da Internet (27%). Ademais, mesmo com uma queda de 2008 (75%) para 2013 (58%) a grande maioria das residências não está conectada devido aos altos custos da tecnologia. O relatório ainda indica que 63% dos brasileiros resistem ao uso dos mecanismos de governo eletrônico por preferirem fazer contato pessoalmente. Em relação ao comércio eletrônico muitos brasileiros se utilizam das potencialidades da web para pesquisar produtos (60%), porém no que diz respeito à compra e venda, os números são bem menos expressivos, 33% e 8% respectivamente. Os dados do CGI ainda mostram que no geral o brasileiro possui as habilidades básicas para utilizar o computador e a internet, entretanto, persistem clivagens relacionadas a escolaridade, renda e idade (CGI, 2014).

Portanto, de acordo com os dados apresentados pela PBM e pelo CGI, o acesso ao ciberespaço entre os brasileiros sofre influência de fatores sociais e econômicos, sendo eles: escolaridade, renda, classe social e idade. Os Gráficos 3, 4 e 5 ilustram esta questão. Renda e escolaridade apresentam uma relação direta com o uso da internet, os Gráficos 3 e 4, respectivamente, demonstram esta particularidade. É interessante notar a inversão entre não acessar a rede e o acesso diário. Conforme a renda e a escolaridade aumentam, diminui a porcentagem dos que não utilizam a internet e aumenta a porcentagem dos usuários diários.

---

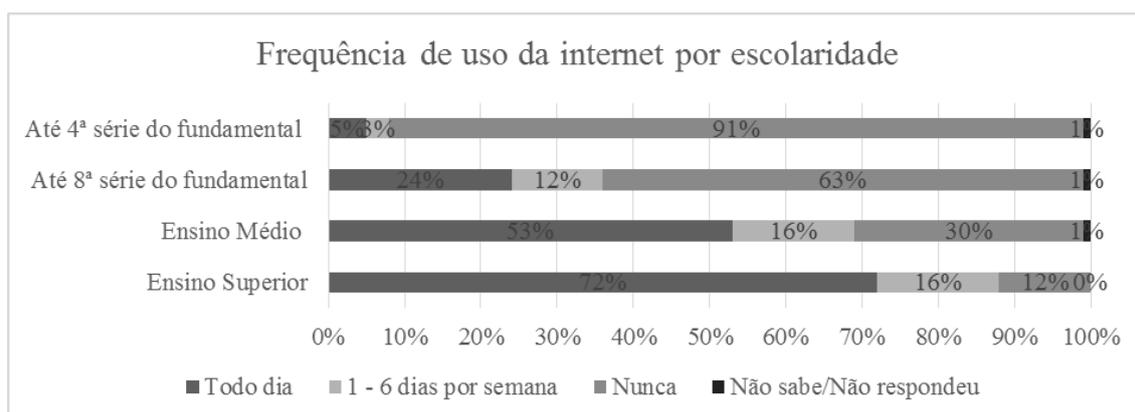
<sup>27</sup> De acordo com o relatório do Comitê Gestor da Internet no Brasil em 2014 57% dos domicílios não possuíam conexão com a Internet.

**GRÁFICO 3. FREQUÊNCIA DE USO DA INTERNET PELOS BRASILEIROS EM RELAÇÃO A RENDA.**



Fonte: BRASIL,2014

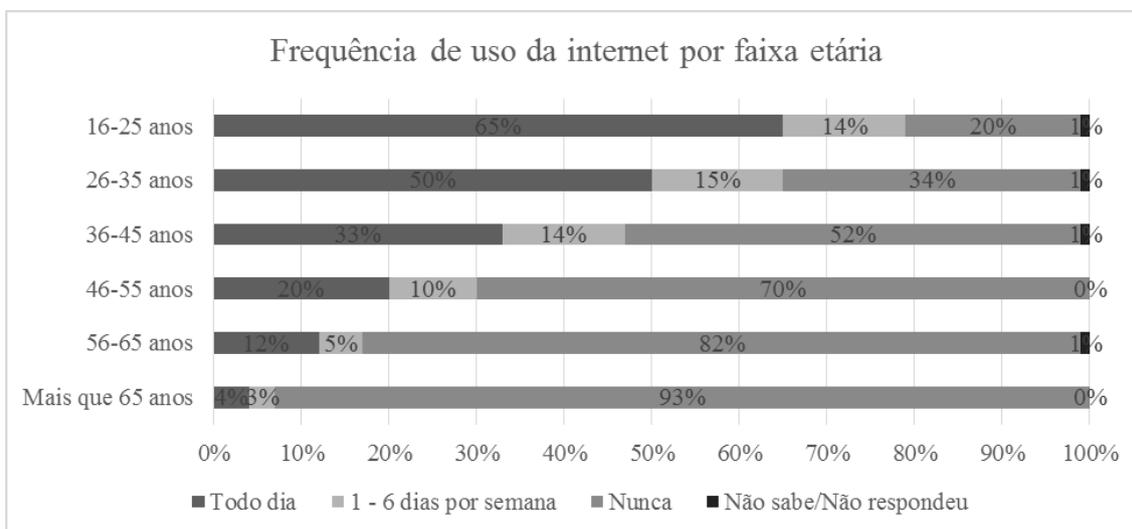
**GRÁFICO 4. FREQUÊNCIA DE USO DA INTERNET PELOS BRASILEIROS EM RELAÇÃO A ESCOLARIDADE.**



Fonte: BRASIL,2014

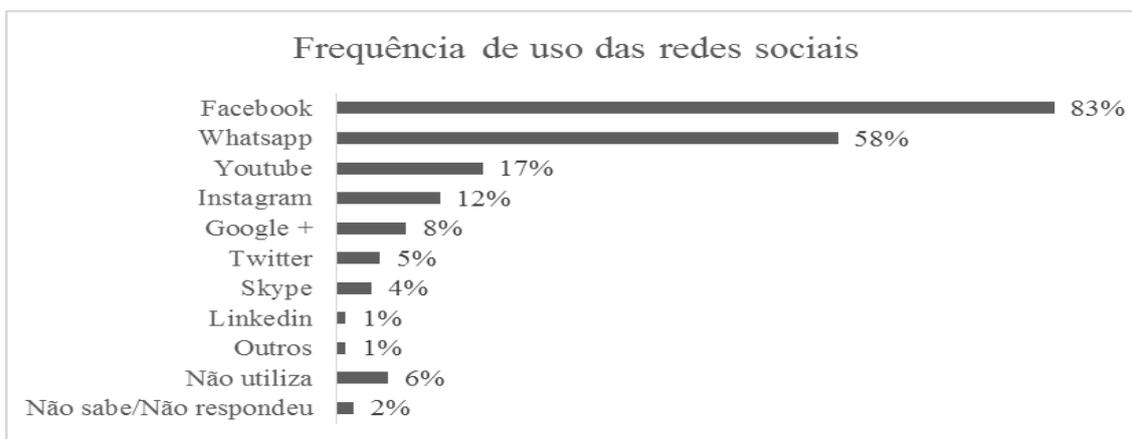
O Gráfico 5 apresenta o relacionamento entre a idade do internauta e a frequência de uso das novas tecnologias de informação em comunicação. Neste quesito a relação é inversa, isto é, conforme um aumenta o outro diminui. Aqui, também, ocorre uma inversão interessante, conforme avança a faixa etária, diminui os usuários diários e aumenta os não usuários. Lembrando que a internet chegou à sociedade civil no início dos anos 1990, portanto, os indivíduos na faixa etária de 16 a 25 anos cresceram com a tecnologia. Assim, quanto mais jovem o sujeito entrou em contato com a rede, mais simples é o desenvolvimento das habilidades técnicas necessárias para o uso efetivo desta rede. Reflexo disto é o uso diário dos indivíduos mais jovens, quase seis vezes maior que o uso na faixa dos 56 aos 65 anos.

GRÁFICO 5. FREQUÊNCIA DE USO DA INTERNET PELOS BRASILEIROS EM RELAÇÃO A FAIXA ETÁRIA.



Fonte: BRASIL, 2014

GRÁFICO 6. FREQUÊNCIA DE USOS DA REDES SOCIAIS ENTRE OS INTERNAUTAS BRASILEIROS.



Fonte: BRASIL, 2014

Em relação ao uso mundial das mídias sociais, no final de 2013 o Google chegou a quase seis milhões de pesquisas diárias e o total de pesquisas realizadas neste mesmo ano excedeu dois trilhões. O Facebook conta com 1,3 bilhões de usuários, que não representam contas únicas, pois a mesma pessoa pode ser dona de várias contas. O mesmo vale para o Twitter, que tem 646 milhões de usuários ativos e no final de 2013 possuía 115 milhões de contas ativas mensalmente, responsáveis pelos aproximadamente 58 milhões de twitters postados diariamente. O Youtube está presente em 61 países que assistem 6 bilhões de horas de vídeos por mês e carregam 100 horas de conteúdo de vídeo a cada minuto, atividades que, no início de 2014, fizeram o Youtube atingir a marca de 1 bilhão de visitantes em um mês.

Entre os brasileiros o Facebook, o Whatsapp e o Youtube são respectivamente as redes sociais mais utilizadas, como demonstra o Gráfico 6 (ITU, 2014; SECOM, 2015).

Os dados mundiais indicam a existência de uma divisão digital, e estes se expressam através dos níveis de modernização e desenvolvimento socioeconômico da sociedade. Apesar dos avanços tecnológicos relacionados às atividades estritamente rurais como plantio e colheita, as clivagens entre o urbano e rural ainda persistem, principalmente, entre os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, uma vez que com exceção dos grandes latifundiários, que em sua grande maioria não residem no campo, os moradores das áreas rurais ainda estão em sua grande maioria excluídos das redes digitais de comunicação. De acordo com os dados do CGI, no Brasil, apenas 15% dos domicílios da área rural estão conectados em comparação a 48% na área urbana. Quando nos referimos a quantidade de usuários da internet em relação ao total da população, na área rural temos 21% de internautas e 56% na área urbana. Diante disto, é visível que existe uma dívida entre as áreas urbanas e rurais apesar dos avanços. Entretanto, a tecnologia móvel ajuda a apaziguá-la já que os smartphones são aparelhos mais acessíveis do que os computadores, cabos e modems da conexão por banda larga fixa. A cobertura móvel se estende por 87% do planeta, contribuindo assim para aumentar o número de usuários em continentes como a África. Ainda assim, no final de 2012, havia 450 milhões de indivíduos fora do alcance da rede móvel. Em relação ao Brasil os dados também indicam para a existência de uma dívida digital expressa na diferença do acesso entre indivíduos mais ricos, estudados e jovens em comparação com os de menor renda, mais velhos e com menores níveis educacionais (BRASIL, 2014; CGI, 2014; ITU, 2014).

### **3.3. EFEITOS DA INTERNET SOBRE O ENGAJAMENTO CÍVICO**

Diante deste quadro, intelectuais tem teorizado sobre a relação entre as novas tecnologias de comunicação e a democracia e proposto explicações que visualizam o ativismo online dentro de duas óticas: unidirecional e multidirecional. As abordagens que adotam essa primeira ótica se diferenciam internamente entre cyber-otimistas, cyber-pessimistas e cyber-céticos<sup>28</sup>. Já as explicações que consideram o fenômeno como multidirecional podem ser desmembradas entre as que procuram aplicar a teoria dos recursos ao ciberespaço, as que defendem a hipótese do efeito psicológico e o modelo do engajamento online combinado à

---

<sup>28</sup> Não há um consenso acerca desta nomenclatura. Pipa Norris (2001) e Karen Mossbregger (2009) usam cyber-otimistas, cyber-pessimista e cyber-céticos para se referirem aos impactos da internet na democracia e no engajamento cívico. Já a pesquisadora Helen Margetts opta por pensar a relação entre internet e participação nos termos de normalização e reforço, neste sentido, a internet poderia tanto tornar a participação política normal quanto reforçar o iato entre os engajados e desengajados.

teoria do círculo virtuoso.

Os cyber-otimistas argumentam que a internet ao criar uma nova estrutura de comunicação, cria também uma nova estrutura de oportunidades que são substancialmente diferentes das bases da participação convencional e não convencional nos espaços off-line. A rede teria este poder por ser capaz de reduzir algumas das barreiras da participação, principalmente em relação ao tempo e ao acesso a informação, o que ampliaria o debate político. Neste sentido, a internet é vista como parte do espaço público e deste modo à agora poderia ser reproduzida virtualmente, trazendo a possibilidade de participação ao cidadão comum, inserindo-o nos processos de deliberação. Assim, no ciberespaço seria possível criar uma “democracia forte” que conta com a participação de todos. Portanto, para os cyber-otimistas a internet é capaz de mobilizar indivíduos que não se mobilizavam, fortalecer a democracia e, desta forma, suavizar as clivagens sociais do mundo off-line. (BOULAINNE, 2009; NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006; XENOS e MOY, 2007)

Como desdobramento desta abordagem, a relação entre a internet e o engajamento pode ser pensada como um *efeito instrumental*. De acordo com essa perspectiva a rede reduz os custos do engajamento, pois aumenta a possibilidade de acesso a diferentes informações. Portanto, a lógica deste argumento é que o aumento e diversidade de informações disponíveis favorece um maior engajamento, mesmo que o indivíduo em questão seja apático às modalidades de participação off-line e não possua, a princípio, interesse por política, já que essa orientação cognitiva pode ser criada no ciberespaço. Assim, percebe-se um otimismo em relação à internet, pois o simples fato do acesso à tecnologia levaria ao engajamento, entretanto, isso implica na suposição que a relação ocorre em apenas uma direção, da tecnologia para o engajamento. (XENOS e MOY, 2007)

Os pesquisadores Xenos e Moy (2007) fizeram um estudo com a população estadunidense no ano de 2004 durante a campanha eleitoral. Os autores procuravam traçar um perfil dos internautas que usaram a rede politicamente, os mais jovens com altos níveis educacionais e de renda se mostraram mais ativos. A pesquisa também procurou evidências que explicassem a participação online dialogando com a hipótese do efeito instrumental. Os resultados mostraram que a ação online é um efeito instrumental, ou seja, a tecnologia leva ao engajamento, visto que, os norte-americanos utilizaram a internet rotineiramente durante as eleições de 2004 com o intuito de reduzir as incertezas em relação aos candidatos funcionando como uma fonte de informação. Neste sentido o efeito instrumental se expressa nos processos de aquisição e uso das informações.

Ainda dentro da lógica otimista, o uso político da internet poderia também ser

explicado como um *efeito de mídia*. Para os defensores dessa hipótese, o uso da internet levaria ao engajamento na medida em que os indivíduos descobrissem que a ferramenta possui recursos políticos, se envolveriam mais em assuntos públicos e, por consequência, se tornariam ativos. Esta perspectiva como a anterior, exige a suposição de que os efeitos da internet sob o engajamento são unidirecionais, neste caso, o acesso à tecnologia levaria ao engajamento. Assim, para as duas visões as novas tecnologias de informação e comunicação poderiam mobilizar os indivíduos apáticos a participação, que estão desiludidos com as modalidades off-line de engajamento. (BOULIANNE, 2009; NORRIS, 2001).

Já os cybers-pessimistas acreditam que a internet reforça as estruturas que já estão postas e, por conseguinte, não é uma ferramenta “revolucionária”. Primeiro porque o acesso à tecnologia é quase exclusividade dos indivíduos e países com altos níveis socioeconômicos. Segundo, a rede não seria capaz por si só de despertar o interesse político, e desta maneira, o ativismo online seria mais uma modalidade de participação para aqueles que já são engajados no mundo off-line. Portanto, para o cyber- pessimista, as novas tecnologias da informação não teriam a capacidade de transformar a sociedade e atuariam no sentido de aprofundar as clivagens sociais já existentes. (NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006)

Elucidativa da visão pessimista e dentro da perspectiva unidirecional é a hipótese que o uso político da internet é um *efeito de seleção*. Para esta interpretação o indivíduo que irá usar os recursos políticos oferecidos pela rede já estava interessado em assuntos políticos antes de usar a ferramenta, enfatizando a importância da motivação no engajamento cívico e das predisposições anteriores como o conhecimento e interesse por política. Assim sendo, a lógica da relação tem um sentido oposto às anteriores, uma vez que o fato do indivíduo já ser engajado nos espaços off-line é que levaria ao uso político da tecnologia. Portanto, para este modelo explicativo as novas tecnologias de informação e comunicação simplesmente trazem novas oportunidades para os cidadãos já ativos. (NORRIS, 2001)

Por fim, os cyber-céticos, na mesma linha dos cyber-pessimistas, não acreditam na possibilidade da rede transformar indivíduos desinteressados politicamente em pessoas interessadas. Porém, vão além ao argumentar que não está entre as habilidades da internet mudar o *status quo* político e social, já que a mesma se adapta aos sistemas políticos e sociais existentes, sem criar outras estruturas de oportunidades ou modificar as mesmas. Portanto, para os cyber-céticos, o ciberespaço apenas reproduz a política como de costume, sem eliminar ou aprofundar as clivagens sociais existentes. (NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006)

As perspectivas apresentadas até o momento procuram explicar a relação entre

internet e engajamento cívico de uma maneira estrutural, portanto, limita-se à tecnologia, o que exige uma concepção unidirecional do fenômeno. Entretanto, existem outras vertentes que enfatizam diferentes causas para o ativismo online sendo necessário olhar por dimensões macro, meso e micro da sociedade a fim de sustentar a suposição de que o fenômeno é multidirecional. Questões estruturais do Estado e da sociedade como o desenvolvimento socioeconômico e instituições políticas e sociais, correspondem à dimensão macro. Os modos de organização e mobilização da sociedade civil seriam reflexos da dimensão meso. Por fim, o nível micro destaca os recursos e motivações individuais. (BEST e KRUGER, 2005; HAFNER FINK e OBLAK ČRNIČ, 2014; NORRIS, 2001)

Em um estudo realizado com os britânicos, Norris e Curtice (2006) analisaram as relações entre o ativismo online e off-line. Os autores partem da premissa que as características políticas e sociais do internauta impactam diretamente no ciberativismo e que este fenômeno participativo possui uma natureza multidimensional. Diante disto, as análises demonstram que os indivíduos com maiores níveis educacionais, os mais jovens e os com amplo acesso a informação são os mais ativos online. A pesquisa conclui que o impacto potencial da Internet na participação democrática reside na promoção das atividades cívicas e nas orientadas para a causa fortalecendo os movimentos sociais, principalmente aqueles chamados de novos, e grupos de interesse. Estes dados apresentam algumas possibilidades e limites dos aspectos normativos elencados anteriormente, de acordo com os autores:

“ [...] the argument developed in this study rejects the view that everything will change as the Internet facilitates radical forms of direct democracy that come to replace the traditional channels of representative governance (as optimists originally hoped). Nor do we accept that the digital divide will inevitably reinforce existing socio-economic and demographic disparities in political activism (as pessimists predicted). The alternative view that nothing will change as the digital world merely replicates “politics as usual” (as the skeptics suggest) also seems implausible. Instead the argument developed here suggests that we need to understand the multidimensional nature of political activism and how this interacts with the characteristics of Internet users. We predict that certain dimensions of activism will probably be strengthened by the rise of the knowledge society, particularly cause-oriented forms of political participation, reflecting the prior social and political characteristics of the online population” (NORRIS e CURTICE, p. 6-7, 2006).<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> “Portanto, o argumento desenvolvido nesse estudo rejeita a ideia de que tudo vai mudar com as facilidades da Internet, formas radicais de democracia direta que vão substituir o canais de governança representativa ( como os otimistas inicialmente esperavam. Também não aceitamos que o fosso digital, inevitavelmente, vai reforçar disparidades socioeconômicas e demográficas do ativismo político ( como os pessimistas previam). A visão alternativa que nada vai mudar com o mundo digital, que simplesmente replica a “política como de costume” (como os cétricos sugerem) também parece implausível. Em vez disso, o argumento aqui desenvolvido sugere que precisamos entender a natureza multidimensional do ativismo político e como este interage com as características de usuários da Internet. Prevemos que certas dimensões do ativismo será reforçado pelo aumento da sociedade do conhecimento, em especial as formas de participação política orientadas pela causa, refletindo as características sociais e políticas anteriores da população online.” (Tradução Livre)

Uma pesquisa semelhante a anterior foi realizada por Hafner-Fink e Oblak Črnič (2014) abordando a população da Eslovênia. Os resultados também mostraram que as modalidades de protesto são as que tendem a ser fortalecidas pela participação no ciberespaço. Entre os eslovenos há um grupo grande de indivíduos ativos somente em modalidades online, ao mesmo tempo existem cidadãos que participam nos dois espaços e aqueles que só atuam nas atividades off-line. Os autores ainda descobriram que os que participam presencialmente são potenciais ciberativistas, assim como os jovens adultos (18-35 anos), os indivíduos com nível superior e os homens.

A *teoria dos recursos* (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995) se mostra útil para a perspectiva multidirecional, pois como já discutido anteriormente, no Modelo do Voluntarismo Cívico os autores demonstram que a participação política é estratificada pelos recursos de tempo, dinheiro e habilidades cívicas, além de ser influenciada pelas motivações individuais. Estes aspectos podem ser combinados indiscriminadamente de acordo com as necessidades da ação política, portanto, também se mostram profícuos para debater o uso político da internet. Entretanto, como argumentam Best e Kruger (2005) é preciso ter em conta que para a participação off-line as habilidades cívicas têm mais impacto que os recursos físicos e que tal característica pode ser invertida para o ativismo online. Primeiro porque a infraestrutura que o país em questão possui, o fato de o indivíduo ter acesso à internet em casa ou no smartphone e a velocidade da conexão, são cruciais para facilitar a participação na internet e segundo porque as capacidades necessárias para atuar na rede são distintas, de modo que para o uso efetivo do ciberespaço são necessárias algumas habilidades técnicas.

Diante disso, Best e Kruger (2005) trabalham com as hipóteses que os recursos ativados para a participação online são distintos dos recursos da participação presencial e que a mobilização off-line não implica em ciberativismo, entretanto, a mobilização online leva a participação off-line. Para tanto os autores utilizam dados sobre o comportamento político da população dos Estados Unidos. As análises demonstram que as habilidades cívicas não têm a mesma relevância para o ativismo online, entretanto, conhecimentos e competências com a Internet se mostraram altamente influentes superando o interesse por política, uma das forças motrizes de qualquer modalidade de ativismo. O recurso de tempo que é central para as modalidades presenciais não apresentou significância para o ativismo online. Portanto, os autores concluem que entre os estadunidenses existe uma distinção entre as ações online e off-line que se expressa nos recursos acionados.

A pesquisa ainda indica que o acesso à internet em casa e conexões mais rápidas não influenciam o ativismo digital, revelando que as motivações individuais continuam

importantes. Outra característica é que o ativismo online tem uma leve influência na probabilidade de entrar em contato com um oficial público, fortalecendo a hipótese que a mobilização online pode gerar uma ação off-line. Os autores também encontraram uma alta correlação entre as habilidades cívicas e as habilidades com a internet, isto evidencia que os indivíduos que possuem os recursos para o ciberativismo também possuem os recursos da participação presencial. A partir disso, os pesquisadores concluíram que o ativismo online atua reforçando as vantagens daqueles que já estão em posição privilegiada na sociedade (BEST e KRUGER, 2005).

Ainda na seara das interpretações multidirecionais, Xenos e Moy (2007) também testaram a hipótese da relação entre internet e engajamento político ocorrer em função de um *efeito psicológico*. De acordo com os autores, é necessário combinar as características psicossociais do indivíduo, levando em consideração seu contexto social e os motivos que o levam a estar online, com a tecnologia em si. Assim, “[...] the psychological approach not only assumes that different kinds of individuals use media for different reasons but also predicts that the effects of such use will differ depending on a number of factors.” (XENOS e MOY, 2007, p.708)<sup>30</sup>. Portanto, para esta perspectiva existe um processo interativo do usuário com a tecnologia, o que demonstra seu caráter multidirecional.

Este estudo de Xenos e Moy (2007) testou as hipóteses do efeito instrumental e do efeito psicológico com a população estadunidense e conclui que entre eles, o ciberativismo tem dupla face, sendo tanto um efeito instrumental quanto psicológico. É instrumental, porque a internet possui uma força positiva para a cidadania democrática, porque ela amplia o acesso a informação e apresenta novos repertórios para ação ao mesmo tempo que os articula com os já ativados. E é um efeito psicológico porque a participação e conversação online dependem das características psicossociais do internauta que revelam a centralidade do interesse para explicar como os indivíduos usam a rede. Os resultados confirmam isso ao evidenciar que o ativismo online é praticado por cidadãos que já estão predispostos a tal comportamento. Neste sentido, a rede mundial de computadores tem potencial para aumentar as lacunas existentes entre engajados e desengajados (XENOS e MOY, 2007).

Neste mesmo diapasão, para o modelo de engajamento na internet, desenvolvido por Pippa Norris (2001) o uso político da rede é um produto da combinação entre a tecnologia de comunicação mediada por computadores e sua particularidade interativa, o meio

---

<sup>30</sup> “[...] a abordagem psicológica não só pressupõe que diferentes tipos de pessoas usam a mídia por razões diferentes, mas também prevê que os efeitos dessa utilização será diferente dependendo de uma série de fatores” (Tradução Livre)

socioeconômico e o sistema político virtual que por se formar como um reflexo do mundo off-line, utilizando o sistema convencional de modelo, é compreendido como a tendência em transferir atividades políticas para plataformas digitais. No meio virtual a sociedade civil expressa suas demandas através de grupos de interesse, novos movimentos sociais e partidos políticos que tem como função levar estas demandas para o espaço público a fim de que estas cheguem ao executivo e legislativo procurando influenciar a agenda política. O Estado, por sua vez, canaliza as informações aos cidadãos com intuito de dar uma resposta. (BOULIANNE, 2009; NORRIS, 2001)

Seguindo o modelo do sistema político off-line, o sistema online poderia ser apenas uma reprodução do “original”. Entretanto, as estruturas de oportunidades se diferem nos dois espaços. Embora os recursos e motivações, centrais no modelo do voluntarismo cívico, também se mostram importantes para o ciberespaço, o fato de a ação ocorrer através de um computador e da tecnologia de comunicação mediada por ele modifica as oportunidades. Deste modo é possível falar do surgimento de uma cibercultura que perpassa o ativismo online, pois “[...] Cyber-society is a place of choice par excellence so that where people go and what they do is likely to be strongly channeled by their prior preferences and interests [...]” (NORRIS, 2001, cap. 10, p. 02).<sup>31</sup>

A autora ainda argumenta que devido ao grande peso da individualidade, o uso político da rede pode ser visto como “revolucionário” ou reforçador. É “revolucionário” à medida que se apresenta como um espaço em que os novos movimentos sociais, aqueles que possuem uma grande simpatia por valores pós-materialistas, podem se fortalecer e influenciar nos valores e atitudes da sociedade. Deste modo, a internet pode contribuir em longo prazo para uma maior transformação da opinião pública. Entretanto, por ser a mídia da escolha, o uso da rede depende diretamente do indivíduo. Neste sentido, no primeiro momento a web é reforçadora, pois serão os gostos e preferências individuais que norteiam o uso. Conseqüentemente, são dois movimentos executados pelo ciberespaço, ele pode reforçar as estruturas e valores consolidados, mas também serve como meio de contestação das estruturas e mudança de valores (NORRIS, 2001).

Portanto, para Pippa Norris os usos políticos da rede seriam mais bem explicados pela teoria do círculo virtuoso, segundo a qual, as mídias em geral são incapazes de envolver novos participantes no processo político, possuindo então o mérito de ativar ainda mais os já engajados, aumentando as suas possibilidades de ação em um processo de mútuo reforço

---

<sup>31</sup> “[...] Cyber-sociedade é por excelencia o lugar da escolha, de modo que o que as pessoas fazem na Internet é profundamente canalizado por suas preferências e interesses anteriores [...]” (Tradução Livre).

gerado pelo círculo virtuoso em que o ativista está imerso. Neste sentido, a internet ainda teria um efeito semelhante sob os desengajados, ao passo que é capaz de mantê-los alheios às suas potencialidades políticas, primeiramente porque estes indivíduos não estão predispostos a procurar informações políticas na rede, mas também porque ao encontrarem essas informações, não daria atenção devido a sua falta de interesse e, se por acaso derem atenção às informações, provavelmente duvidem da credibilidade da mesma. Portanto, a web pode aprofundar as divisões entre os apáticos e os engajados, principalmente porque a internet é considerada, por excelência, a mídia da escolha. (NORRIS, 2001)

Apesar de aparentar um pessimismo e, até certo ponto, um ceticismo inerente em relação à capacidade de mobilização da internet ao nível de massas, propiciando a criação de um abismo entre os mobilizados e os desmobilizados, o modelo de engajamento na internet sugere que a cibercultura tem diferenças em aspectos importantes que podem contribuir para um processo de mudança de valores. Entretanto, não podemos esperar essa mudança de valores entre os cidadãos adultos da sociedade em que vivemos, pois como já foi demonstrado, a cultura e os valores estão intrinsecamente relacionados, bem como são fundamentados nas primeiras relações com a sociedade, portanto, essa possível mudança viria das próximas gerações.

O modelo de Norris (2001) ainda sugere que a rede pode alterar a “política como de costume”, “[...] by altering the balance of resources among the political institutions, reducing the costs of gathering information and communicating messages, with consequences that will mainly serve to benefit minor parties, smaller groups and fringe movement activists.” (NORRIS, 2001, cap. 12, p. 06)<sup>32</sup>. Portanto, o modelo do voluntarismo na internet procura desconstruir as interpretações otimistas, pessimistas e céticas, pois ao tomar o fenômeno como unidirecional não conseguem analisá-lo em sua plenitude.

Na obra *Digital Divide*, Pippa Norris (2001) procura elencar quais são as características sociais, econômicas e comportamentais do internauta europeu no final dos anos 1990. A partir dos dados do Eurobarômetro, a autora demonstra que a população online era mais participativa nas modalidades tradicionais que os desconectados. As pessoas conectadas eram mais jovens, com maiores níveis educacionais e de renda. Os homens e indivíduos com cargos gerenciais também predominavam no ciberespaço. A comunidade europeia online era formada por cidadãos mais informados e conhecedores dos assuntos políticos, eles também

---

<sup>32</sup> “[...] pela alteração do equilíbrio de recursos entre as instituições políticas, reduzindo os custos de coleta de informações e comunicação de mensagens, com consequências que servirá principalmente para beneficiar partidos menores, pequenos grupos e movimentos de ativistas” (Tradução Livre)

apresentavam valores pós-materialistas, confiavam mais nas instituições políticas além de prezarem pela participação democrática e pelo cosmopolitismo.

Assim, dentre as teorias multidimensionais apresentadas, a aplicação da teoria dos recursos ao ciberespaço e o efeito psicológico demonstram certo otimismo com as capacidades de a internet influenciar o ativismo. Já o modelo do engajamento na internet é amparado pela teoria do círculo virtuoso e parece ser mais realista ao combinar focos de interpretação otimistas com pessimistas. Norris (2001) argumenta que pelo fato da internet ser uma tecnologia recente é necessário analisá-la com cautela, já que a rede combina tanto possibilidades que podem influenciar de maneira positiva o engajamento, quanto probabilidades negativas de influência.

O surgimento de formas digitais de ação política perpassa toda discussão apresentada até aqui. Como vimos, existem interpretações unidirecionais que diferem em relação ao otimismo, pessimismo e ceticismo nas explicações acerca das capacidades da internet e há um grupo de pesquisadores que defende a multidimensionalidade do fenômeno e, portanto, que os efeitos da tecnologia poderiam ser múltiplos e dependeriam diretamente das características e predisposições do internauta. Alguns pesquisadores do último grupo ainda argumentam que junto com surgimento da tecnologia emergiram novas formas de ação online, pois, ocorrem em um novo local o ciberespaço (BABBER, 2003; HAFNER FINK e OBLAK ČRNIČ, 2014; NORRIS, 2001).

Hafner-Fink e Oblak Črnič (2014) argumentam que atualmente existem três grandes grupos de ativistas, aqueles que só participam em modalidades presenciais, os que participam em modalidades off-line e online e os ciberativistas que por só atuarem no ciberespaço são denominados pelos autores de cidadãos digitais. Diante deste quadro de múltiplas possibilidades de ação política, pesquisadores se baseiam na classificação das modalidades participativas presenciais propostas por Barnes e Kaase (1979). Neste sentido, os autores defendem que as modalidades de ação na web podem ser divididas em convencionais e não convencionais.

São classificadas como participação política digital convencional as ações que ocorrem no contexto institucional, tais como voto online, acesso a website de partidos, políticos e movimentos sociais ou então seguir um político pelo Facebook, bem como, as formas de comunicação em meios digitais, por exemplo, mandar um e-mail para entrar em contato com um político. Já as atividades políticas digitais não convencionais acontecem no contexto cívico, portanto, protestos e mobilizações online, construção de fóruns de debate, de associações e/ou grupos de interesse online são algumas de suas manifestações. É importante

ressaltar que as ações na rede podem ser exclusivamente online, mas também podem se articular com ações off-line. O facebook tem se tornado um espaço profícuo para a interação das atividades nos dois espaços, pois os internautas o utilizam para organizar manifestações e protestos presenciais.<sup>33</sup>

Diante do debate sobre os possíveis usos políticos das tecnologias digitais e suas potencialidades para fortalecer a democracia, emerge a questão da exclusão digital. Na obra seminal *Digital Divide* (2001), Pippa Norris define a exclusão em termos de acesso, isto é a divisão digital se expressa na distância entre os que estão incluídos no mundo online e os que não têm acesso a ele. Anos depois, Karen Mossbreger (2009) argumenta ser necessário ampliar o conceito, já que, de acordo com a autora, os indivíduos que não utilizam a internet com fins políticos, não o fazem simplesmente por não ter acesso à tecnologia, mas pela ausência de uma cidadania digital que lhes confere as habilidades técnicas necessárias.

Tendo como norte a ideia que existe uma exclusão digital na população dos Estados Unidos que se expressa na diferença entre ter acesso à internet e possuir habilidades técnicas que potencializam o uso diversificado do ciberespaço, inclusive para o engajamento político, a pesquisadora Mossbreger (2009) indaga quais são os fatores que impulsionam esta desigualdade digital. Através da análise bibliográfica ela encontra algumas constantes no comportamento político online do cidadão estadunidense como: a idade, educação, renda, raça e etnia são os principais aspectos que caracterizam o ativista online. Assim, os mais jovens, melhores educados e com maiores rendas e brancos são mais prováveis ciberativistas que indivíduos mais pobres, menos educados e afro-americanos que tem menos oportunidades de aprender sobre a tecnologia e utilizá-la para resolução de problemas diários.

Deste modo entre os norte-americanos, a segregação e concentração da pobreza em determinados grupos, ajudam a compreender a sub-representação destes no ciberespaço. Neste sentido, existem indícios que estas disparidades não irão desaparecer com o tempo e popularização da tecnologia porque, além da acessibilidade, a exclusão de alguns grupos se refere também a ausência de uma cidadania digital que como exposto anteriormente compreende as habilidades de participação na sociedade online. Assim, conforme a autora, as características educacionais, geracionais, raciais, étnicas e de classe “[...] suggest the entanglement of technology inequalities with segregation, concentrated poverty, and unequal

---

<sup>33</sup> Neste ano de 2015 as redes sociais se tornaram um espaço importante para os movimentos contra corrupção e de impeachment da presidenta Dilma, de acordo com pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo durante o ato do dia 15/03/2015 75% dos manifestantes declararam que receberam o convite para participar da manifestação através das redes sociais.

opportunities in education in United States [...]” (MOSSBREGER, p.183, 2009)<sup>34</sup>.

Portanto, para a autora as desigualdades tecnológicas podem ser superadas na combinação entre aumento da acessibilidade e promoção da cidadania digital, a qual ocorrerá necessariamente através da ampliação das oportunidades educacionais. Mossbreger (2009) ainda destaca que o engajamento online de pessoas mais jovens fortalece a ideia que a internet é capaz revitalizar o mundo político que há décadas se encontra em descrédito com a população. Diante destes indícios a pesquisadora ressalta para o papel central da cidadania digital na sociedade do conhecimento, “[...] (the) digital citizenship is crucial for the democratic process and for equality of voice and representation” (MOSSBREGER, p. 184, 2009)<sup>35</sup>.

Cardoso, Lang e Lapa (2013) defendem que a noção de dívida digital toma diferentes significados em função do seu entorno. Neste sentido, os pesquisadores argumentam que as características sócio-demográficas, os meios culturais e o contexto institucional são fundamentais para a experiência digital do indivíduo e também para ponderação do que é a exclusão digital em determinado país. Portanto, os autores também alertam para a importância na relativização da ideia de exclusão digital, uma vez que a combinação dos elementos contextuais expõe mais as particularidades de cada país do que similaridades.

Atentos para o fato das novas tecnologias de comunicação e informação salientarem as conexões entre o Estado democrático e as tecnologias, Brundidge e Rice (2009) indagaram a respeito do efeito da internet sobre a heterogeneidade do discurso político. Os autores elencam duas possibilidades, (1) a internet tem como característica a exposição seletiva. Como na rede existe a necessidade da busca pela informação isso pode levar ao reforço das percepções e atitudes deste indivíduo sem promover a divergência de opiniões e (2) a internet enfraquece fronteiras sociais e políticas, uma vez que, a tecnologia interfere no processo de elaboração e definição da agenda política, retirando o monopólio da relação entre atores políticos dominantes e as agências de notícia. Deste modo a web possibilita que a voz daqueles que não pertencem à elite política influencie na agenda, o que pode potencialmente expor ao desacordo e enriquecer o debate político com novos olhares.

Os pesquisadores analisam a população estadunidense e também encontram relação entre o engajamento online e off-line, o que indica que a internet reforça a atividade daqueles que já estavam envolvidos em ações presenciais; contudo, os ciberativistas têm tendências a

---

<sup>34</sup> “[...]sugerem o entrelaçamento das desigualdades tecnológicas com a segregação, concentração de pobreza e desigualdade nas oportunidades educacionais nos Estados Unidos [...]” (Tradução Livre)

<sup>35</sup> “[...] a cidadania digital é crucial para o processo democrático e para igualdade de voz e representação.” (Tradução Livre)

serem mais jovens, mais educados e mais afluentes. Os autores também procuraram entender quais fatores influenciam na heterogeneidade da discussão política e descobriram que discussão política online, na família e no trabalho, juntamente com outras categorias como idade, conhecimento político, polaridade ideológica e ideologia social (conservadorismo) são estaticamente significativas na explicação da heterogeneidade da discussão (BRUNDIDGE e RICE, 2009).

Portanto, os autores concluem que a internet pode desempenhar um papel importante ao facilitar a discussão política entre indivíduos com percepções distintas, pois o ciberespaço nos expõe a diversidade. Entretanto, a pesquisa confirma a tese de que indivíduos com alto nível socioeconômico, conhecimento político e ativo nas modalidades presenciais, tem maior probabilidade de utilizarem dos recursos da rede, estas características ajudam a entender os pequenos efeitos da web na participação a nível individual. Diante deste quadro, os autores finalizam destacando a importância da contribuição, mesmo que ainda pequena, do debate online para a diversidade da rede de discussão política (BRUNDIDGE e RICE, 2009). Instigados pela diferença entre o uso do ciberespaço para campanhas eleitorais e para ações de democracia direta<sup>36</sup>, Reedy e Wells (2009) procuram entender os impactos da internet na vida política em três domínios: informacional, deliberativo e organizacional. No primeiro discutem o impacto da rede na maneira que os eleitores procuram e encontram informações, haja vista que o ideal normativo se fundamenta na concepção que a tecnologia amplia o conhecimento social e conduz a uma cidadania mais informada. Analisando dados referentes à população dos Estados Unidos e da Europa, os autores concluem que renda e educação influenciam positivamente na procura de informações online, isto implica que estes usuários são aqueles com maiores recursos informacionais. No entanto, entre os estadunidenses os dados sugerem que em situações de democracia direta indivíduos com menores níveis de educação formal podem ser favorecidos pelo uso da internet.

No tocante ao impacto deliberativo do mundo virtual, os autores alertam para o risco em transplantar o conceito de democracia deliberativa pensado para um espaço público físico para o ciberespaço, pois aí incide a possibilidade de ignorar os impactos positivos da internet na deliberação. Na web o indivíduo pode ser mais que um consumidor de informações, já que a tecnologia possibilita que o usuário seja também um produtor. Portanto, a interação online expõe o internauta a muitos pontos de vistas, fazendo com que considere uma ampla gama de

---

<sup>36</sup> Uma das tendências do uso dos recursos da rede mundial de computadores durante campanhas eleitorais é a promoção individual do candidato e/ou do partido. Já as atividades de democracia direta utilizam das potencialidades interativas do ciberespaço (REEDY e WELLS, 2009).

opiniões e argumentos, caracterizando a rede como um caso distinto de deliberação mediada, uma vez que “[...] the internet is continuing a process of destabilization and dispersion of power [...]” (REEDY e WELLS, p. 170, 2009)<sup>37</sup>.

O impacto organizacional da internet reside na ampliação das oportunidades dos cidadãos em apoiarem iniciativas de cunho político e/ou social. Isto seria possível, pois o ambiente virtual reduz os custos dos processos de organização política, principalmente aqueles que envolvem muitas pessoas e locais distintos. Entretanto, estas características implicam que a participação se baseará mais nos eventos políticos que no interesse pela causa. Diante disto, os autores concluem que a rede mundial de computadores pode ser muito útil em processos de democracia direta e ampliação da participação popular (REEDY e WELLS, 2009).

Os estudos apresentados até aqui tratam dos Estados Unidos e de países da Europa, no tocante ao contexto da América Latina, Schlegel (2009) analisa o perfil do internauta argentino, brasileiro e chileno em termos de participação e valores políticos a partir dos dados do Latinobarômetro de 2007. Devido à ausência de variáveis que medissem o ciberativismo o autor se propôs a analisar os impactos de características sócio demográficas, comportamentais, associativistas e exposição à mídia tradicional no acesso regular a internet. Assim, de acordo com os resultados o internauta brasileiro é mais educado, mais jovem, interessado em política, pertence a associações esportivas, de lazer ou cultural e têm por hábito a leitura de jornais. Já no caso da Argentina o usuário da internet possui maior nível educacional, maior renda e são trabalhadores gerenciais. O pertencimento a sindicatos e a exposição à mídia tradicional, rádios e jornais especificamente, também se mostram influente sobre o uso regular da tecnologia. No caso do Chile, indivíduos mais educados, mais ricos, mais jovens, que atuam em cargos gerenciais, brancos e interessados em política são mais prováveis de utilizarem o ciberespaço regularmente, os chilenos são os únicos que a exposição a outras modalidades midiáticas não se mostrou significativa.

Nos três países, viver em cidades com mais de 110 mil habitantes aumenta as chances de uso da tecnologia digital. Outra característica dos internautas argentinos, brasileiros e chilenos é que eles são mais participativos que o restante da população. No que se refere aos valores os internautas dos três países se mostrara um pouco mais críticos em relação à população em geral. No Brasil, o internauta confia menos no congresso, no governo e na igreja e confia mais nas empresas privadas. Estes indivíduos que utilizam a internet são

---

<sup>37</sup> “[...] a Internet é um processo contínuo de desestabilização e dispersão de poder [...]” (Tradução Livre)

mais sensíveis a desigualdades de renda e mais tolerantes em relação ao aborto. Os internautas argentinos são mais democráticos, mais tolerantes ao aborto e também confiam menos na igreja, no congresso e nas forças armadas. Por fim, no Chile os internautas são mais liberais, confiam mais nas empresas privadas, mais tolerantes ao aborto e também confiam menos na igreja (SCHLEGEL, 2009).

Diante desses dados Schlegel (2009) conclui que, nas recentes democracias ao sul da América, apesar das características elencadas e de uma maior criticidade em relação às instituições democráticas, o internauta não se difere substancialmente do restante da população. Neste sentido, a internet se apresenta, em um primeiro momento, como um mecanismo que auxilia no aumento do volume da voz daqueles que já possuíam vantagens no espaço público. Assim, o autor alerta para a necessidade de relativizar a importância do digital, divide em contextos como os apresentados já que não há grandes diferenciações entre os conectados e os desconectados. Contudo, apesar deste fortalecimento dos já ativos existem indícios que internet pode estender a participação a grupos marginalizados, principalmente entre os mais jovens.

A pesquisadora Helen Margetts (2013) ao debater sob a relação entre participação política e internet aponta para existência de duas vertentes teóricas, a da normalização e a do reforço. A primeira afirma que a popularização do acesso à tecnologia levaria a normalização da participação, enquanto a segunda entende que a tecnologia reforçaria os padrões de atuação política existentes, reforçando o hiato entre engajados e desengajados. Entretanto, em suas análises a autora encontra indícios de que a rede tem dois movimentos no contexto democrático: no tocante a igualdade política ela fortalece as clivagens já existentes, porém, no que se refere ao controle popular ela pode fortalecer a democracia, uma vez que plataformas digitais pensadas para ações não políticas têm sido adaptadas para ação política, como por exemplo, os twittaços.<sup>38</sup> Diante destas características, Margetts defende que o ciberespaço contribui para a fragmentação dos grupos políticos baseados nos interesses, tornando o sistema político mais fluído. Deste modo, a autora argumenta que a web retoma os pressupostos do modelo de democracia pluralista, reascendendo este debate.

Portanto, apesar das novas tecnologias de comunicação e informação serem recentes na história da humanidade, elas provocaram mudanças profundas nos nossos modos de vida e na maneira como nos expressamos e agimos politicamente, bem como nas formas de governo.

---

<sup>38</sup> Mobilização online no microblog Twitter em que indivíduos publicam simultaneamente tweets com uma hashtag (#) que simboliza a luta deste coletivo, com objetivo de atingir os assuntos mais comentados.

### **3.4. INTERNET E POLÍTICA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA.**

Esta sessão objetiva ilustrar o estado da arte da produção brasileira sobre a chave temática “Internet e Política”. A realização de um balanço é por si só uma atividade complexa, que para ser bem executada demanda uma pesquisa única, neste sentido, nosso intuito é apenas demonstrar que existe um campo de estudo estruturado e crescente sobre este tema e que este está ancorado na interdisciplinaridade. Inclusive os pesquisadores Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga e Claudio Penteadó (p.06, 2014) afirmam isto na introdução do livro “Cultura política e ativismo nas redes digitais”, uma coletânea que reúne artigos sobre ciberativismo, ciberpolítica e cibercultura.

Recentemente alguns pesquisadores realizaram esforços no sentido de mapear este campo de produção. Pioneira é a pesquisa de Camilo Aggio (2010), que analisa a produção acadêmica sobre as campanhas políticas online.

Amaral e Montardo (2011) analisam artigos que abordam a temática da cibercultura no Congresso da Intercom. Araújo (2011) se dedica aos estudos sobre ciberativismo. Mais amplos são os trabalhos de Bragatto e Nicolás (2011) e Sampaio, Bragatto e Nicolás (2012), pois analisam pesquisas apresentadas em congressos com a temática “Internet e Política”. O primeiro deles se restringe às áreas das Ciências Sociais trabalhando com quatro encontros nacionais de 2006 a 2010. O segundo é mais ambicioso visto que, analisam artigos publicados em onze eventos das áreas de Ciência Política, Comunicação e Sociologia de 2000 a 2011.

Devido ao maior escopo de análise a pesquisa de Sampaio, Bragatto e Nicolás (2012) é a que apresenta dados mais interessantes. De acordo com os autores o nível de interesse por este campo cresceu substancialmente a partir de 2006, demonstrando a existência de uma concentração da produção em alguns autores e por consequência em algumas universidades: UFBA, PUC/SP, UFMG, UFPR, USP, UFRJ e UFRGS<sup>39</sup>. Os pesquisadores também apontam “(...) que o campo da internet e política brasileira estão excessivamente interessados em temas relacionados à democracia digital e instâncias democráticas” (SAMPAIO, BRAGATTO e NICOLÁS, p. 24, 2012).

Os livros recentemente publicados também ilustram o crescimento deste campo de pesquisa. Na obra “A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais” (2013) os pesquisadores Fabio Malini e Henrique Auton apresentam um denso resgate do surgimento da internet e do ciberespaço, demonstrando que estes sempre estiveram ligados ao espectro

---

<sup>39</sup> Universidade Federal da Bahia, Pontifícia Universidade Católica/ São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Paraná, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

político da sociedade. No decorrer do livro os autores discutem a militância online e o ciberativismo com intuito de demonstrar que a internet e a rua comungam do mesmo papel: “expressar o barulho da multidão” (MALINI e AUTON, p. 249, 2013).

Nos últimos anos, publicaram-se três coletâneas que visavam de alguma forma dialogar com a amplitude do campo. A primeira lançada em 2011 por Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes e Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, intitulado “Internet e Participação Política no Brasil” conta com nove capítulos. O intuito dos organizadores é abordar as potencialidades da Internet para o fortalecimento dos processos democráticos. Neste sentido, foram reunidos artigos que abordam a relação entre a participação política e a democracia digital (GOMES, 2011), os potenciais da rede em fortalecer a esfera pública (MAIA, 2011), a interface digital do Estado e, portanto, os usos da web pelas instituições governamentais a fim de se relacionar com a sociedade (MARQUES, 2011; MIOLA, 2011; SILVA, 2011)<sup>40</sup>, as campanhas online (AGGIO, 2011), ressaltamos que, no último artigo, chama atenção a conclusão do autor que o ambiente online potencializa o ativismo coletivo e individual.

Além disto, a coletânea também conta com artigos que analisam a conversação e deliberação online (GARCÊZ, 2011; SAMPAIO, 2011), e os usos da internet pelos movimentos sociais com intuito de chamar atenção para suas pautas (LYRICÃO, 2011). É importante destacar que neste último artigo o autor conclui que web não é necessariamente um meio alternativo de suprimento de informações, mas, pode atuar como um complemento para comunicação em massa. A partir da análise dos artigos publicados nessa coletânea pode-se perceber que os pesquisadores se alinham a perspectiva da ciberdemocracia, mobilizando e estabelecendo interfaces com as discussões do campo da democracia deliberacionista.

Já em 2013, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, Rafael Cardos Sampaio e Camilo Aggio, organizaram o livro “Do clique a urna: a internet, eleições e redes sociais no Brasil”. A obra reúne artigos que abordam especificamente os usos das tecnologias digitais em eleições, sendo que a grande maioria dos artigos analisa por vieses diferentes “a singularidade das eleições de 2010, nas quais foram realizadas campanhas online significativamente maiores e mais inovadoras” (MARQUES, SAMPAIO, AGGIO, p.17, 2013).

O livro se divide em três partes, a primeira aborda questões gerais sobre eleições e

---

<sup>40</sup> Marques analisa os potenciais participativos dos portais da Câmara de Deputados e da Presidência da República; Miola analisa um fórum realizado pela Câmara de Deputados, tendo como norte a perspectiva deliberacionista; Silva analisa os usos da web pelo Estado norteado pelo viés de fortalecimento democrático.

internet, e inicia com a tradução de Camilo Aggio do já clássico artigo de Jennifer Stromer-Galley<sup>41</sup>, nesta seção também se encontram artigos que analisam campanhas políticas online, focalizando na campanha de Barack Obama em 2008 (GOMES, FERNANDES, REIS, SILVA, 2013)<sup>42</sup>, nas eleições brasileiras de 2010 (MARQUES, SAMPAIO, 2013), e na literatura sobre campanhas online produzida no Brasil, Estados Unidos e na Europa (AGGIO, 2013).

A segunda parte do livro é dedicada a discussões sobre Internet e eleições e conta com artigos que analisam o impacto da web nas eleições de 2010 (RESENDE, CHAGAS, 2013), o uso de fóruns de discussão pelos presidentiáveis, Marina Silva e José Serra, também em 2010 (IASULATIS, 2013), os usos da Internet pela sociedade civil como um mecanismo de controle sobre os candidatos (SAMPAIO, AZEVEDO, ALAMADA, 2013), e as campanhas online para governador e senador no mesmo pleito (BRAGA, NICOLÁS, BRECHER). Neste último artigo chama atenção à conclusão dos autores, sobre mudanças importantes como a diminuição do *digital divide* entre os candidatos de regiões distintas, a normalização do uso das tecnologias digitais e ampla difusão das mídias sociais, demonstrando que a rede pode fortalecer os mecanismos de *accountability*.

Já a terceira e última parte, focalizam no uso das mídias sociais nas campanhas de 2010. Conta com artigos que abordam principalmente o uso da plataforma Twitter durante o período de campanha. Marques, Silva e Matos (2013) analisam o uso da ferramenta por José Serra durante o segundo turno, Holanda e Holzabach (2013) discutem a participação da sociedade civil nos debates presidenciais por meio da plataforma, e chegam a interessante conclusão que internet pode propiciar a interação do cidadão com a política, de modo que as redes sociais passam a conceder voz ao eleitor e deste modo os espaços de atuação podem ser reconfigurados. Cervi e Massuchin (2013) analisam o uso do Twitter pelos candidatos a governador do Estado do Paraná, aqui é importante ressaltar que os pesquisadores concluem que estes utilizaram a ferramenta mais intensivamente nos momentos que precisavam de maior ativismo de seus eleitores, e neste sentido, o Twitter amplia os espaços de campanha e por consequência aumenta a visibilidade e a aproximação com os cidadãos. Finalizando a sessão, Silva e Santos (2013) analisam o monitoramento das campanhas digitais.

Mais recente, o já citado “Cultura política e ativismo nas redes digitais,” (2014) organizado por Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga e Claudio Penteadó é dividido em

---

<sup>41</sup> “*On-Line interaction and why candidates Avoid it*” publicado em 2000.

<sup>42</sup> Este artigo “Politics 2.0: a campanha online de Barack Obama em 2008” também foi publicado na Revista de Sociologia e Política volume 17 número 34 ano 2009.

três seções que representam as importantes áreas deste campo investigativo, a primeira delas reúne artigos que trazem discussões acerca do ciberativismo e o poder político (SILVEIRA, 2014), sobre a estrutura de controle da rede (PARRA, 2014), além de interessantes incursões sobre o ciberativismo na região amazônica (MILHOMENS, 2014), sobre o uso da web por movimentos sociais (ALCÂNTARA, D'ANDREA, 2014) e também pelas instituições governamentais (OLIVEIRA, 2014).

A segunda parte trata de questões relativas à ciberpolítica, trazendo artigos que discutem o uso político da internet pela sociedade civil (PENTEADO, ARAÚJO, PIMENTEL, 2014), como os deputados estaduais utilizam a rede (BRAGA, CRUZ, 2014), discussões sobre o perfil dos blogueiros de política e a emergência de uma nova elite (PEREIRA, BRAGA, 2014), análises sobre as experiências de Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte e Recife (FERREIRA, 2014) e por fim, uma discussão sobre a experiência do Gabinete Digital do Governador no Rio Grande do Sul (AGGIO, SAMPAIO, 2014). A última parte do livro trata das questões de cibercultura, abordando temas como o uso de blogs para divulgação do conhecimento científico (EVANGELISTA, FAGUNDES 2014), debatendo a inserção das classes populares na rede mundial de computadores (SCALO, 2014), a relação entre público e privado através da análise da repercussão do suposto aborto de Monica Serra durante a campanha presidencial de 2010 (RAMOS, 2014), e finalizando o livro um debate acerca da interatividade entre a cena da pichação em Fortaleza e o ciberespaço (DIÓGENES, 2014).

Estas três coletâneas nos mostram que existe uma circulação de saberes e debates que envolvem a temática da Internet. No tocante as pesquisas que articulam a rede aos debates políticos, percebem-se alguns movimentos dentro da academia brasileira, por um lado tem um grupo de pesquisadores que mobilizam os pressupostos da teoria democrática deliberacionista para analisar as iniciativas de ciberdemocracia, governo eletrônico, bem como os impactos participativos da web; por outro lado, um grupo de autores se dedica a pensar o uso do ciberespaço pelos representantes, tanto pelas instituições da democracia representativa, por exemplo, as análises sobre os sites das assembleias legislativas, câmara de deputados como individualmente, em suas campanhas eleitorais ou o uso das mídias sociais tanto nas candidaturas como durante os mandatos. Por outro lado alguns pesquisadores discutem o uso da rede pelos movimentos sociais, para aumentar a participação ou como uma criadora de elites políticas. Diante disto, percebe-se que os estudos de Internet são intrinsecamente interdisciplinares, mobilizando as literaturas antropológicas, sociológicas e politológicas, mas também abarcam discussões filosóficas e da grande área da comunicação e do marketing.

Entretanto, como nos filiamos à área da Ciência Política nos limitamos a ela na análise dos periódicos científicos.

Neste sentido, uma rápida pesquisa nas principais revistas científicas brasileiras da área de Ciência Política que são classificadas pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - como qualis A1, A2 e B1, isto é, as três principais categorias também demonstra o crescente interesse pela temática. Foram encontradas 34 revistas, das quais treze tinham publicações relacionadas à internet, gerando um total de 54 artigos, sendo que destes 29 dialogam com temas clássicos da ciência política. Como nosso intuito não é realizar um balanço da produção, mas, sim ilustrar este cenário, escolhemos arbitrariamente, alguns artigos a fim de elucidar historicamente esta diversidade na produção.

Pioneiro nestes estudos Echegaray (2003) discute através de análises estatísticas as diferenças entre os usuários e não usuários da web, naquele período o internauta brasileiro estava mais envolvido em assuntos políticos e deste modo se sentiam mais competentes para se expressarem. As diferenças dos conectados se expressa também nos hábitos, posições político-econômicas e orientações de consumo. Apesar da diferenciação em relação aos desconectados, os internautas não formavam um grupo homogêneo. Já Silva (2005) discute como as prefeituras das capitais brasileiras utilizam seus sítios eletrônicos para melhorar a participação dos cidadãos e fomentar uma democracia digital. Na época as capitais apresentavam sites com um perfil semelhante, predominando o caráter informativo e a deficiência nos mecanismos de interação online, pois se limitavam a ferramentas de críticas, reclamações ou sugestões. Assim, o autor conclui que não havia indícios de uma participação mais sofisticada e, portanto, as potencialidades da internet estariam sendo subutilizadas.

A pesquisa de Marques (2006) demonstra que o conceito habermesiano de esfera pública não pode ser simplesmente transplantado para o ciberespaço, dadas as suas distinções. Contudo, o autor argumenta que existe uma esfera pública virtual que se expressa através da conversação civil, porque o debate online não possui um caráter decisório, mas sim de complemento a formação da opinião pública. Portanto, apesar de não ser deliberativo o ambiente online pode ser um canal alternativo de participação. Silveira (2009) discute a política da rede, ou seja, a sua infraestrutura, seus conteúdos, formatos e aplicações, demonstrando que a internet se configura como uma comunicação distribuída em rede, o que significa que cada usuário pode decidir sobre ele mesmo no ciberespaço, entretanto, não possui poder sobre os outros usuários. Essa arquitetura autônoma e colaborativa garante a neutralidade da rede e a liberdade de expressão, apesar disso, os rastros deixados no

ciberespaço são usados por governos e empresas para pesquisas sobre os internautas e também para o controle e perseguição dos mesmos.

Braga (2007) analisa os websites dos órgãos legislativos da América do Sul e conclui que o ciberespaço propicia uma maior transparência do comportamento dos políticos e dos órgãos parlamentares. Apesar de serem páginas basicamente informativas, que segundo o autor, são reflexo da baixa institucionalização nestes países, as tecnologias digitais se apresentam como um importante instrumento no auxílio da consolidação dessas jovens democracias. Braga e Nicolás (2008) analisam os sites das assembleias legislativas brasileiras na gestão 2003-2007 e concluem que naquele momento os sites não apresentavam informações suficientes e satisfatórias para o estudo das elites parlamentares. A pesquisa de Braga, França e Nicolás (2009), traz um debate sobre os sites dos partidos políticos brasileiros, os dados foram coletados no período imediatamente anterior as eleições de 2008. Naquele momento os partidos tinham sites razoavelmente organizados, e concluíram que no caso Brasil, a internet aumenta a visibilidade dos partidos pequenos e com baixa representação, de modo que atua como um instrumento de fortalecimento da competição democrática pluralista.

Gomes, Fernandes, Reis e Silva (2009) analisam a campanha eleitoral de Barack Obama em 2008 e identificam como diferencial o uso dos recursos da Web 2.0 a seu favor inaugurando um novo modelo de campanha. Ao explorar de maneira eficiente e articulada as possibilidades interativas do ciberespaço, a campanha atingiu mais diretamente os eleitores e deu maior visibilidade ao candidato. Os autores alertam que não é possível afirmar que a campanha online é a causa do sucesso eleitoral, mas, ela faz parte do ambiente social e político que elegeu Obama. Penteadó, Santos e Araújo (2009) discutem como coletar dados em blogs de política, elencando cinco etapas: histórico e descrição do blog, classificação do blog, análise da estrutura, dos conteúdos das mensagens e de interatividade. Os autores aplicam a metodologia para a análise do movimento “Cansei” que ocorreu concomitante as eleições presidenciais de 2006 e concluem que os blogs podem ser ferramentas importantes para a ampliação da participação política, porém, naquele período os debates no ciberespaço eram superficiais, moralistas e opinativos. O artigo de Schlegel (2009) abordado na seção anterior debate as atitudes e valores políticos dos internautas argentinos, brasileiros e chilenos.

Os pesquisadores Coutinho e Saflate (2009) analisaram como o morador da cidade de São Paulo utilizou a internet para se informar durante as eleições municipais de 2008. De acordo com a pesquisa os indivíduos que buscavam informações no ciberespaço eram os

jovens adultos, com renda e escolaridade superior à média da população. Os autores ainda demonstram que os internautas que utilizam os portais de notícia para informarem-se, avaliavam melhor os governos Kassab (municipal) / Serra (estadual), já os cidadãos que procuravam canais alternativos de notícia, como blogs, simpatizavam mais com o lulismo.

Aggio (2010) faz uma análise bibliográfica sobre os estudos de campanhas online e conclui que a mobilização dos eleitores nas campanhas foi fortalecida com o desenvolvimento de ferramentas e recursos da web 2.0, os quais propiciam maior interação entre candidato e eleitos. Marques (2010) analisa quanto os sites da Presidência da República e da Câmara de Deputados (gestão 2007-2011) fomentam a participação digital e conclui que a página da presidência era utilizada basicamente para promoção da imagem pública e o portal Câmara inovava ao incentivar a fiscalização do trabalho dos parlamentares.

Já o estudo de Sampaio, Barros e Morais, (2012) mapeia quais critérios são relevantes para avaliar processos de deliberação online. Através da análise bibliográfica, os autores elencam oito categorias que se apresentam relevantes: (a) justificação: argumentação racional; (b) reciprocidade: capacidade de ouvir e responder ao outro; (c) pluralidade: inclusão de todos os grupos no debate; (d) reflexividade: considerar o outro, capacidade de se colocar no lugar dele; (e) respeito: aceitar a condição alheia para que o consenso se estabeleça apesar das diferenças; (f) igualdade: refere-se a condições iguais entre os indivíduos para emitirem suas opiniões e juízos; (g) informação: serve como base da argumentação lógica e racional; (h) tópico: único critério que considera o ambiente online e se refere ao assunto a ser deliberado (SAMPAIO, BARROS, MORAIS, p. 10, 11, 12 e 13, 2012).

Braga, Nicolás, Brecher (2013) analisam as campanhas online para vereador nas eleições de 2008 nas capitais dos estados do Sul: Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Naquele período os usos dos recursos digitais ainda eram escassos, a maioria dos partidos não tinham 30% dos candidatos com websites, PT e PRB foram exceções em que mais de 50% dos candidatos possuíam sites. As páginas digitais eram semelhantes, a maioria assumia um caráter de outdoor personalizado exaltando o candidato e assim fortalecendo vínculos personalistas. Os pesquisadores encontraram associação entre este tipo de site e ser eleito o que indica que as características clientelistas auxiliaram na eleição de modo que a tecnologia não ampliou a participação, mas reforçou os vínculos com a pessoa do candidato.

A pesquisa de Marques, Aquino e Miola (2014) aborda o uso de uma rede social, o micro blog twitter, por 457 deputados federais brasileiros de 2011 a 2013. Os autores ponderam que os parlamentares que utilizam dos espaços disponibilizados nas redes sociais digitais, alcançam uma maior parcela de eleitores e também ganham maior visibilidade.

Através de análise estatística, os autores concluem que os deputados mais jovens, com alta votação, que adotaram a mídias digitais há mais tempo e são integrantes de partidos de esquerda, são os mais ativos no twitter. Penteado, Santos, Araújo (2014) analisam as estratégias de articulação digital da Rede Nossa São Paulo, que utiliza o ciberespaço para divulgar informações e articular ações coletivas e deste modo auxilia na criação de condições para a participação cidadã no debate público.

Reiteramos que não queremos dar conta de toda a produção acadêmica brasileira sobre o assunto, mas, objetivamos mostrar que existem pesquisadores interessados na relação entre política e internet, suas potencialidades para fortalecer a democracia, aumentar a participação, além das importantes discussões sobre a ciberpolítica (política na rede) e tecnopolítica (a política da rede). Estas pesquisas utilizam de metodologias qualitativas e quantitativas e utilizam abordagens teóricas distintas na análise de seus dados. Este breve regaste bibliográfico, também sugere que não são muitos os trabalhos que questionam o comportamento político online dos brasileiros indicando a pertinência desta pesquisa.

#### **4. O ENGAJAMENTO ONLINE ENTRE OS BRASILEIROS: CONDICIONANTES E COVARIANTES.**

Com base na literatura apresentada nos capítulos anteriores, levando em consideração a expansão do acesso à internet tanto no Brasil como no mundo e dada ausência de estudos sobre o comportamento político dos brasileiros no ambiente digital, a presente pesquisa procura saber quais são os condicionantes desta modalidade de ação, bem como, sua relação com as atividades presenciais. Os indivíduos que ativam os repertórios off-line ativam também o online?

Neste sentido, como estamos interessados no suposto impacto mobilizador da rede mundial de computadores, o desenho da pesquisa está amparado no Modelo do Voluntarismo Cívico (VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995) acredita-se que os recursos sociais (tempo, dinheiro e habilidades cívicas), as motivações individuais e as redes de recrutamento incidem positivamente na participação digital, assim como são importantes na explicação das ações presenciais. Esse impacto seria operado principalmente em razão da redução dos custos da informação e também pela possibilidade da multiplicação das redes de recrutamento com a conectividade proporcionada pelas novas plataformas de comunicação. Nos termos do modelo do voluntarismo cívico, a Internet poderia favorecer o engajamento pela redução dos custos da participação, em termos de tempo e dinheiro, além de multiplicar os possíveis recrutadores, principalmente em razão da expansão das redes sociais digitais.

Outras perspectivas também foram importantes para a consolidação do desenho da pesquisa. Conforme apresentado no primeiro capítulo, no Brasil a participação presencial está relacionada à centralidade do indivíduo na sociedade, assim, acredita-se que o ativismo digital reflete esta característica. Estudos apresentados neste mesmo capítulo mostram uma forte convergência entre as modalidades eleitorais, partidárias, comunitárias e contestatórias indicando que o cidadão brasileiro busca ativar todos os repertórios que lhe estão disponíveis. Esperamos que esta convergência se repita quando comparamos o ambiente físico com o digital, procurando indícios de uma “dívida digital” que, de acordo com o debate realizado no segundo capítulo, pode se expressar de dois modos: 1) na ampliação do fosso entre os engajados e os desengajados e 2) na ausência de habilidades e conhecimentos técnicos que permitem uma interação efetiva do usuário com a tecnologia, transformando em conhecimento as informações que recebe. (CARDOSO, LAPA E LANG, 2013; MOSSBREGER, 2009; NORRIS, 2001; RIBEIRO, BORBA, 2015).

Para a análise dos condicionantes do comportamento online e das possíveis relações entre o ativismo político na rede e o que ocorre presencialmente nas instituições e espaços

públicos, a pesquisa se utiliza do banco de dados do Projeto de Opinião Pública da América Latina – LAPOP, também conhecido como o Barômetro das Américas, na sua edição de 2012 para o Brasil. O LAPOP é um projeto que tem mais de duas décadas, criado pelo professor de sociologia Mitchell A. Seligson do departamento de Ciência Política da Vanderbilt University localizada em Nashville, Tennessee, Estados Unidos da América, com o intuito de mensurar estatisticamente as relações dos cidadãos latino-americanos com a democracia. Para isso, o projeto realiza pesquisas de levantamento ou *survey*, de dois em dois anos e disponibiliza os dados destas aos professores, pesquisadores e estudantes para que possam efetivar análises acerca da realidade democrática na América Latina.

Neste sentido, as pesquisas do projeto contam com amostras de 1.500 indivíduos, a partir dos quais é possível por meio da inferência estatística criar padrões para a população de cada país e, também da América Latina como um todo. Portanto, para a presente pesquisa a população-alvo, ou seja, o conjunto de elementos para os quais se deseja que as conclusões sejam válidas (BARBETTA, 2006), refere-se ao total de brasileiros, acima de 18 anos, residentes no Brasil no ano de 2012. Já a população acessível, isto é, os elementos que o presente estudo visa abranger, (IDEM, 2006) diz respeito ao conjunto de indivíduos que respondeu positivamente a qualquer uma das variáveis referentes à participação política.

A edição de 2012 do Barômetro das Américas foi a única que contou com um conjunto de três questões que tratavam especificamente sobre o engajamento online dos brasileiros. As perguntas indagavam sobre o compartilhamento de informações políticas em redes sociais (1), sobre o acesso a site de partidos, movimentos sociais e personalidades políticas (2) e sobre a participação de discussões em listas de e-mail (3).<sup>43</sup> Tradicionalmente o LAPOP possui uma bateria de questões que indagam sobre modalidades de ação políticas convencionais e contestatórias. Destas selecionamos as que representam as modalidades de participação comunitária, eleitoral, partidária e de protesto<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Variáveis de Participação Online: Compartilhar informações políticas em redes sociais: (PROT8). Nos últimos doze meses, o(a) sr. /sra. leu ou compartilhou informações políticas em alguma rede social na Internet como Twitter, Facebook ou Orkut? (1) Sim (2) Não / Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos: (BRAWWW2). Nos últimos doze meses o sr. /sra. visitou o sítio na internet de algum partido político, algum político ou alguma organização política? (1) Sim (2) Não / Participação em lista de e-mails: (BRAWWW3). Nos últimos doze meses o sr. /sra. participou em alguma lista de e-mails que discutiu algum tema político? (1) Sim (2) Não. Todas as variáveis tiveram sua codificação original alterada para (0) Não e (1) Sim.

<sup>44</sup> Variáveis de Participação Presencial: Contato com autoridades locais: (NP2). O(A) sr. /sra solicitou ajuda ou enviou pedido a algum vereador, funcionário ou órgão da prefeitura nos últimos doze meses? (1) Sim (2) Não / Participação em Partidos ou Movimentos Políticos: (CP13). Reuniões de um partido ou movimento político? Assiste às reuniões dessas organizações: (1) pelo menos uma vez por semana, (2) uma ou duas vezes ao mês, (3) uma ou duas vezes ao ano, ou (4) nunca? / Participação em Protesto ou Manifestação: (PROT3). Nos últimos doze meses, o(a) sr. /sra. participou de alguma manifestação ou protesto público? (1) Sim (2) Não/ Participação

Para solucionar nosso problema de pesquisa e testar a validade de nossas hipóteses, submetemos o material empírico a diferentes modelos estatísticos. Iniciamos a análise a partir da identificação das frequências percentuais das modalidades a fim descrever o engajamento online e presencial no Brasil. Posteriormente avançamos para a inferência estatística através das análises multivariadas. Assim, o segundo passo será diagnosticar a possível convergência entre o ativismo online e o engajamento presencial por intermédio da técnica de Análise Fatorial a qual analisa o inter-relacionamento entre um número grande de variáveis em termos de seus fatores comuns, de modo que todas as variáveis sejam consideradas simultaneamente. Neste sentido, a Análise Fatorial procura uma maneira de condensar o maior número de informações em poucos conjuntos de fatores. Em seguida, realizamos o teste de confiabilidade Alfa de Crombach, com intuito de justificar a construção de um Índice de Ativismo Online, por meio de um procedimento somatório, sem pesos diferentes para cada variável (HAIR *et all*, 1987).

Ainda na seara das análises multivariadas, propomos a construção de um modelo de regressão logística multinomial dado à característica qualitativa do Índice de Ativismo Online, o qual é tomado como variável independente. A regressão logística estima quais são as razões de chances de as variáveis independentes selecionadas impactarem na variável dependente. Com este modelo, pretendemos descortinar os fatores sociais e demográficos, os recursos cognitivos e as atitudes dos cidadãos que possuem algum impacto no ativismo online. É a partir dos resultados da regressão logística multinomial que poderemos então discutir quais são os condicionantes do ativismo online entre os brasileiros, colocando-os em perspectiva com os condicionantes da participação presencial (HAIR *et all*, 1987).

#### **4.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PRESENCIAL E DIGITAL ENTRE OS BRASILEIROS**

O primeiro passo para compreender as modalidades de participação política entre os brasileiros, consiste na identificação das frequências percentuais das mesmas. Foram incluídas as três variáveis que se referem ao ambiente digital e também modalidades de ação presencial: contato com lideranças políticas locais, participação em partidos e movimentos sociais, em associações comunitárias, em protesto ou manifestações e trabalho em campanhas

---

na Comunidade: (CP8). Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade? Assiste às reuniões dessas organizações: (1) pelo menos uma vez por semana, (2) uma ou duas vezes ao mês, (3) uma ou duas vezes ao ano, ou (4) nunca? / Trabalho em campanha: (PP2). Existem pessoas que trabalham para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais. O(A) sr. /sra. trabalhou para algum partido ou candidato nas eleições presidenciais de 2010? (1) Sim (2) Não. Todas as variáveis tiveram sua codificação original alterada para (0) Não e (1) Sim.

eleitorais. Algumas modalidades contestatórias como boicotes e bloqueio de tráfego foram suprimidas devido sua baixa frequência entre os brasileiros, pois inviabilizariam as análises multivariadas que apresentamos na sequência. Os dados da Tabela 1 mostram que os brasileiros ativam os diferentes repertórios em frequências semelhantes em nenhum dos casos atingindo 15% da população.

TABELA 1. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE BRASILEIROS (%)

Online	Sim
Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos	8,7
Compartilhar informações políticas em redes sociais	10,8
Participação em lista de e-mails	6,8
Off-line	Sim
Contato com autoridades locais	11,2
Participação na comunidade	13
Participação em partidos ou movimentos sociais	3,3
Participação em protestos ou manifestações	4,7
Trabalho em Campanha	11,8

Fonte: LAPOP -2012.

A modalidade de ação online mais frequente é o compartilhamento de informações políticas em redes sociais (10,8%), tal característica pode ser reflexo da popularidade das redes sociais entre os brasileiros, especialmente o Facebook que segundo a Pesquisa Brasileira de Mídias – PBM 2015 – é utilizado por 83% dos internautas. Outro aspecto interessante evidenciado através das frequências, é que as atividades que demandam a combinação dos três recursos tempo, dinheiro e habilidades cívicas se tornam mais custosas ao brasileiro e por consequência menos frequentes, como é o caso da participação em partidos ou movimentos e em protestos ou manifestações. Já as atividades que demandam mais tempo que os outros recursos são mais comuns, o que era de se esperar, visto que este recurso é o mais igualmente distribuído, já que todos temos 24 horas diárias. O mesmo não ocorre com o dinheiro e as habilidades cívicas. Estes são recursos que distribuídos de forma desigual, principalmente o primeiro devido à concentração de renda, o que implica na baixa frequência nas modalidades que o exigem (VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995).

Diante disto, o baixo uso político da internet entre os brasileiros, evidenciado na Tabela 1, está relacionado primeiramente à reduzida participação presencial. O pequeno número de ativistas online também é consequência de 48% dos indivíduos e 58% dos domicílios estarem desconectados, entretanto, além disso, acredita-se que a ausência de

habilidades técnicas e de literacia na internet também influam positivamente neste aspecto principalmente entre os mais velhos e os com menores níveis educacionais.

#### 4.2 ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DIGITAL E PRESENCIAL: CONVERGÊNCIA OU DIVERGÊNCIA?

Para identificar as possíveis convergências ou divergências entre as modalidades, utilizamos do primeiro modelo multivariado. Por meio da técnica de análise fatorial (HAIR *et al*, 1987) identificamos as variações conjuntas entre as diferentes modalidades. Como todas as variáveis apresentam codificação dicotômica (0 e 1, sendo esse último igual à participação), a análise foi conduzida à partir de matriz de correlação tetracórica (DIGBY, 1983).

TABELA 2. ANÁLISE FATORIAL COM MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO ONLINE E PRESENCIAL

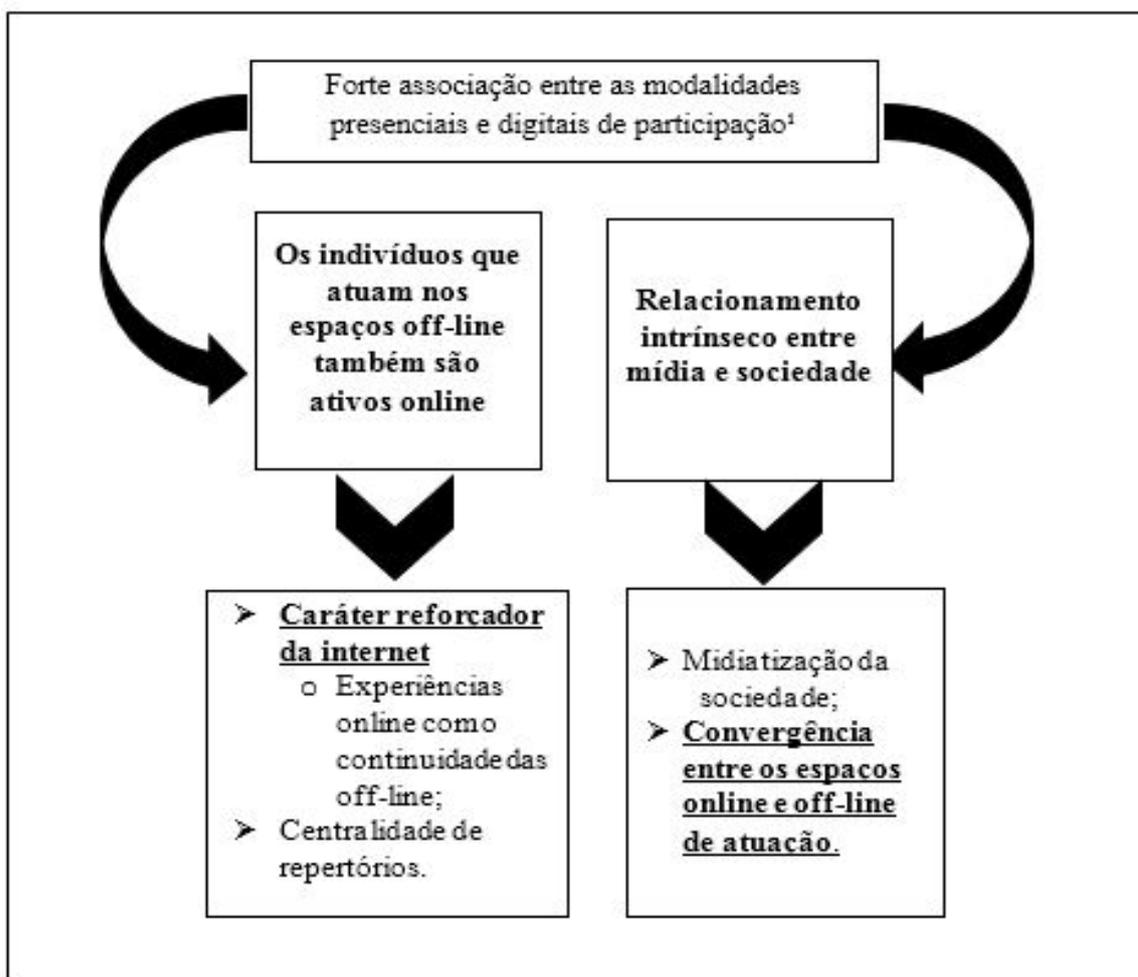
Variáveis	Fator 1	Fator 2
Acesso a sites de partidos, movimentos ou políticos	,704	-,375
Compartilhar informações políticas em redes sociais	,692	-,303
Participação em lista de e-mails	,796	-,304
Presencial		
Contato com autoridades locais	,511	,314
Participação na comunidade	,483	,295
Participação em partidos ou movimentos sociais	,733	,389
Participação em protestos ou manifestações	,597	-,125
Trabalho em Campanha	,507	,398

Fonte: LAPOP -2012.

Os resultados expostos na Tabela 2, apontam para forte convergência entre as modalidades. Primeiramente, entre o bloco das atividades online as cargas fatoriais próximas de 7 indicam forte comunalidade ou variação conjunta, sustentando a hipótese de que indivíduos que se utilizam de uma das formas, tendem também a praticar as outras duas. A ligação, entretanto, se mantém quando avançamos para o bloco das modalidades presenciais, já que apenas em um dos casos (participação comunitária) a carga no primeiro fator foi inferior a 5 (HAIR *et al*, 1987). Desta forma, não parece existir clara distinção no nível empírico entre as modalidades de ativismo que ocorrem no ambiente virtual e no presencial, já que os ativistas de um ambiente tendem também a se comportarem de forma ativa no outro. Assim como trabalhos anteriores afirmaram a convergência entre modalidades convencionais

e contestatórias (RIBEIRO, BORBA, 2015), quando a oposição se dá entre formas online e off-line, algo semelhante parece ocorrer.

FIGURA 1: QUADRO EXPLICATIVO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE FATORIAL



<sup>1</sup> Trabalho em Campanha, Contato com autoridades locais, Participação em protestos ou manifestações, Compartilhar informações políticas em redes sociais, Acesso a site de partidos, movimentos ou políticos, Participação em partidos ou movimentos sociais, Participação em lista de e-mails.

Nota: As conclusões principais estão destacadas em negrito, as demais são secundárias.

Fonte Criação da autora

Assim sendo, a convergência entre as modalidades presenciais e digitais de participação fortalece a tese de Stig Hjarvard (2012) acerca da mídiatização da sociedade, uma vez que existe uma relação intrínseca entre a sociedade e a mídia que, dentre outros espaços, também se expressa no ativismo político. Além disso, esta tendência corrobora os pressupostos de Dahlgren (2005) sobre a relação convergente entre os ambientes online e off-line, indicando não ser possível separá-los, pois, os indivíduos tendem a atuar nos dois espectros mobilizando a mesma lógica, a partir de uma relação de influência mútua entre mundo físico e virtual. Portanto, infere-se que esta característica convergente demonstra o

caráter reforçador da web em relação às posições privilegiadas e as vantagens daqueles que já são ativos e deste modo confirma a ideia que as experiências digitais são continuidade das experiências off-line, assim como já apontaram Best e Kruger (2005), Livingstone (2011) e Norris (2001) para outros contextos. Estas conclusões estão representadas visualmente na Figura 1.

A partir dessa análise inicial com cada uma das variáveis de forma independente, para conduzir os testes multivariados optamos por unir as três formas de ativismo na rede em um *Índice de Ativismo Online*. Os resultados da fatorial tetracórica anterior já indicavam a pertinência dessa redução de dimensionalidade, mas adicionalmente também conduzimos o teste de confiabilidade de Alfa de Crombach, que resultou em 0,617, dentro dos parâmetros estabelecidos pela literatura (HAIR *et al*, 1987). Por procedimento somatório, sem pesos diferentes para cada variável, este índice compôs uma escala de 0 a 3, em que 0 significa a não participação em nenhuma das formas de ativismo online (inativo), 1 se refere à participação em apenas uma das modalidades (pouco ativo), 2 à participação em duas modalidades (ativo) e 3 significa a participação em todas as formas de ativismo online (muito ativo). A Tabela 3 apresenta a distribuição dos componentes da amostra nessa medida integrada e revela uma grande maioria de inativos.

TABELA 3. ÍNDICE ATIVISMO ONLINE

Índice de Ativismo Online	Frequência
Não é ativo	78,3%
Ativo em uma categoria	13,8%
Ativo em duas categorias	5,3%
Ativo em três categorias	2,6%
Total	100,0%

Fonte: LAPOP – 2012.

Até agora podemos afirmar que a grande maioria dos brasileiros é inativa tanto no ambiente digital como nos espaços físicos. Além disto, existe uma forte tendência dos indivíduos que utilizam uma das modalidades online, utilizaram as outras também, apesar do *Índice de Ativismo Online* mostrar que conforme as combinações entre as modalidades se expandem, a frequência delas diminui. A técnica de análise fatorial explicita a pertinência da redução de dimensionalidade confirmada pelo teste de confiabilidade, entretanto, o mais importante é que através deste modelo multivariado confirmamos a hipótese de que assim como entre as atividades convencionais e contestatórias existe uma convergência entre os espaços de ação online e off-line.

### 4.3 CONDICIONANTES DO ATIVISMO ONLINE

Para identificar os fatores que incidem positivamente no engajamento digital operacionalizamos, a análise através do modelo de regressão logística multinomial dada a característica qualitativa do *Índice de Ativismo Online* o qual é colocado como variável dependente, tendo a categoria dos inativos como referência em razão da sua maioria. Sendo assim, todos os coeficientes se referem ao efeito das variáveis independentes sobre a probabilidade de fazer parte de um dos três grupos de ativos, na comparação com a probabilidade de ser inativo. Como possíveis preditores, selecionamos variáveis que são comumente utilizadas para explicar as formas de participação presencial pela literatura. Em termos demográficos, foram incluídas as variáveis: sexo, anos de estudo e idade. As expectativas para esse primeiro conjunto de testes, apoiados nas teses da centralidade social, é a de que homens mais escolarizados apresentem maior tendência de ativismo e que os mais jovens, pela familiaridade com a tecnologia, também apresentam maior engajamento. No que diz respeito aos recursos cognitivos foram incluídas variáveis sobre o acesso à informação e o nível de conhecimento sobre política. Entendendo que recursos cognitivos são fundamentais para o envolvimento político também no espaço online, nossa hipótese inicial é de que os mais informados e que apresentam maior conhecimento específico sobre política, sejam os mais ativos. No campo das atitudes, incluíram-se as variáveis: eficácia política subjetiva, o interesse por política e o autoposicionamento ideológico. As hipóteses aqui são menos diretas, já que apenas no caso do interesse é plausível supor uma relação direta com o envolvimento. No caso do posicionamento ideológico não é possível afirmar antecipadamente se pessoas localizadas mais à direita ou mais à esquerda seriam mais ativas, já que as ferramentas disponibilizadas pela rede mundial de computadores serviriam aos propósitos políticos mais variados de todos os matizes do espectro ideológico. Mais difícil ainda foi antecipar os efeitos da eficácia política subjetiva, já que o ambiente virtual ao mesmo tempo possibilita maior exposição daqueles que se identificam e também viabiliza o anonimato daqueles que preferem não ser identificados. Sendo assim, alguém que avalia como baixa a sua capacidade para influenciar as decisões políticas pode encontrar na rede uma forma de manifestação sem a necessidade de se expor publicamente; por outro lado, alguém que avalia de forma muito positiva essa mesma capacidade pessoal, pode encontrar na Internet uma forma de superexposição que potencializa o efeito da sua interferência<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Variáveis de recursos sócio demográficos, cognitivos e atitudinais: Acesso a informação política: (G10). Agora gostaríamos de saber quanta informação sobre política e sobre o país é transmitida para a população. Com que frequência o sr. /sra. presta atenção às notícias, seja na TV, rádio, jornais ou na internet? (1) Diariamente (2)

Em linhas gerais os resultados expressos na Tabela 4 confirmam as hipóteses oriundas do Modelo do Voluntarismo Cívico (VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995) principalmente na comparação entre os muito ativos e os inativos. Um aspecto interessante que chama a atenção é o fato de somente o interesse por assuntos políticos ser significativo nas três categorias com efeito crescente conforme se avança no ativismo. Cabe ressaltar que esta variável é uma escala de quatro pontos, assim, quanto mais interessado o indivíduo se mostrar, maiores são as suas chances de estar ativo online. Portanto, cada aumento produz elevação de mais de 70% na probabilidade de fazer parte do grupo dos “pouco ativos”. Sobre a chance de estar entre os “ativos” esse efeito é de mais de 117%, tomando como referência a probabilidade de ser “inativo”. Sobre a chance de ser “muito ativo”, a elevação ultrapassa os 360%. *Esses resultados parecem indicar que a dimensão mais importante para o ativismo online no cenário nacional é a orientação psicológica positiva para a política. A explicação para esse efeito generalizado pode residir na redução dos custos para a participação operada pela internet, principalmente em termos de tempo, deslocando então a causa para dimensões não ligadas aos recursos.*

O efeito crescente e positivo do interesse por política também indica que no Brasil o ciberativismo pode ocorrer em função de um *efeito de seleção*, isto é os indivíduos engajados online o são em função de suas motivações anteriores. Além disso, pode-se olhar para esta característica como um *efeito psicológico*, vertente explicativa que considera as predisposições individuais, bem como o contexto social na explicação do engajamento online. Por fim, infere-se que este resultado confirma a centralidade das preferências e interesses na influência do comportamento político, evidenciando o caráter reforçador da rede mundial de computadores pois, demonstra que a internet se apresenta como uma nova oportunidade para os mais ativos.

---

Semanalmente (3) Mensalmente (4) Raramente (5) Nunca. Codificação invertida para (0) Nunca (1) Raramente (2) Mensalmente (3) Semanalmente e (4) Diariamente / Anos de estudos: (ED). Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou? / Conhecimento Político: (GI4). De quanto tempo é o mandato do presidente no Brasil? (1) Correto (2) Incorreto. Codificação invertida para (0) Incorreto e (1) Correto / Eficácia Subjetiva: (EFF1). Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase? (1) Discorda Muito a (7) Concorde Muito. Recodificada para (0) Discorda Muito a (6) Concorde Muito/ Ideologia: (L1) Agora, para mudar de assunto. Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala? Recodificada para (0) esquerda à (9) direita./Interesse por Política: (POL1). O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: (1) muito, (2) algo, (3) pouco ou (4) nada? Codificação invertida para (0) nada, (1) pouco, (2) algo, (3) muito. (Q1) Sexo: (1) Homem (2) Mulher. Codificação invertida para (0) Mulher (1) Homem.

TABELA 4. CONDICIONANTES DO ATIVISMO ONLINE

Pouco Ativo		Exp(B)	Std. Error
	Constante	-3,357	(,692)***
	Acesso a informação	1,145	-0,118
	Anos de estudo	1,147	-0,041
	Conhecimento político	0,512	-0,544
	Eficácia subjetiva	0,959	-0,068
	Idade	0,987	-0,01
	Ideologia	0,909	(,044)*
	Interesse por política	1,748	(,125)***
	Sexo	1,109	-0,218
Ativo			
	Constante	-3,672	(1,038)***
	Acesso a informação	1,194	-0,186
	Anos de estudo	1,121	-0,061
	Conhecimento político	0,348	-1,037
	Eficácia subjetiva	0,771	(,133)*
	Idade	0,982	-0,015
	Ideologia	0,904	-0,062
	Interesse por política	2,172	(,183)***
	Sexo	0,631	-0,334
Muito Ativo			
	Constante	-9,784	(2,195)***
	Acesso a informação	2,669	(,478)*
	Anos de estudo	1,195	(,083)*
	Conhecimento político	0,863	-1,136
	Eficácia subjetiva	0,680	(,176)*
	Idade	0,986	-0,02
	Ideologia	0,874	-0,089
	Interesse por política	4,640	(,287)***
	Sexo	1,568	-0,471
N 1.500			
Nagalkerke = ,210			
% acerto = 75,8			

Categoria de referência: Inativo  
 Nota: \* < 0,05 \*\* 0,001 \*\*\* 0,000  
 Fonte: LAPOP – 2012

Outro aspecto interessante acerca dos condicionantes do ativismo online diz respeito a eficácia subjetiva pois, ela se mostrou relevante para as categorias “ativo” e “muito ativo” tendo inclusive apresentado um comportamento crescente entre os mais engajados. Entretanto, o que nos chama atenção é seu impacto negativo, isso representa novidade significativa quando consideramos o conjunto das pesquisas na área que não tem encontrado

evidências sobre a relevância dessa variável para diferentes modalidades presenciais (RIBEIRO, BORBA, 2015). *O que esse resultado indica é que o ativismo online é mais frequente entre aqueles indivíduos que avaliam negativamente sua capacidade de intervenção na vida política nacional.* Neste sentido, pode-se realizar uma avaliação otimista sobre o potencial mobilizador da rede, já que tais cidadãos pouco eficazes estariam encontrando nesse ambiente virtual um caminho para sua inserção no debate sobre questões políticas.

Neste sentido, o efeito negativo da variável referente à eficácia subjetiva, mostra que o ciberespaço atua positivamente no engajamento digital, confirmando a tese de Norris (2001) acerca do caráter “revolucionário” da web uma vez que é provável que os cidadãos desmobilizados estejam encontrando na rede um canal que potencialize sua voz, criando uma sensação de eficiência.

As demais variáveis que se mostram preditoras o foram para apenas uma das categorias. Este é o caso do autopoicionamento ideológico que se mostrou relevante apenas no grupo dos pouco ativos. Lembrando que esta é uma variável escalar de dez pontos em que zero significa estar totalmente à esquerda no espectro ideológico e nove, totalmente a direita. Assim, o seu impacto negativo nos mostra que cada casa avançada em direção à direita diminui em aproximadamente 9% as chances de este indivíduo ser “pouco ativo” online. Portanto, isto indica que o autopoicionamento ideológico é importante na comparação entre os inativos e os menos ativos, entretanto, quando avançamos para os “ativos” e “muito ativos” podemos afirmar que o posicionamento nessa escala não é relevante e que cidadãos com orientações distintas tendem a se comportar de forma semelhante no que diz respeito ao ativismo político online.

Na categoria muito ativo além do interesse por assuntos políticos e a eficácia subjetiva, outras duas variáveis de nível cognitivo se mostraram impactantes: acesso a informação política e anos de estudo, isto indica a importância da dimensão dos recursos na explicação do engajamento online entre os brasileiros. Os resultados mostram que uma pessoa que tem acesso à informação, mesmo que raramente, possui 166% de chances de pertencer ao grupo dos mais ativos em comparação aos inativos. Como esta é uma variável escalar que vai de nunca (0) a diariamente (4), um cidadão com amplo acesso a informação possui mais de 600% de chances de ser muito ativo online. O impacto positivo da dimensão do acesso à informação confirma a tese de Margetts (2013) de que o potencial da internet em fortalecer a democracia reside na facilidade em que informações diversas são encontradas na rede. Já cada ano de estudo possui um impacto de 19,5% na probabilidade de pertencer ao grupo dos “muito ativos” em relação aos inativos. Cabe ressaltar que esta variável tem se mostrado

importante na explicação das modalidades de ação presencial (RIBEIRO, BORBA, 2015) indicando que a educação é um dos principais preditores da ação política entre os brasileiros.

Diante destes resultados podemos descrever um perfil para os indivíduos que utilizam o ciberespaço para ação política. Assim, um cidadão “pouco ativo” é mais interessado em política e se encontra ideologicamente esquerda em comparação com os inativos. Quando avançamos para a categoria dos “ativos” temos indivíduos que além de interessados nos assuntos políticos se sentem ineficazes. Já entre os “mais ativos”, quando comparados com os inativos, temos indivíduos mais interessados, mais informados, melhores educados e que se sentem ineficientes no processo político. Diante destas características dos ciberativistas brasileiros, os condicionantes identificados entre os mais ativos confirmam a tese da centralidade defendida por Cardoso, Lang e Lapa (p. 222, 2013). Segundo os pesquisadores: “[...] Those with greater socio-economic, cognitive, and cultural resources, and skills, have tended to use the Internet more frequently as an information tool and as social medium, and be less focused on entertainment.”<sup>46</sup>

Um dos pontos mais significativos oriundos deste último modelo multivariado é o efeito negativo do sentimento de eficácia político (entre os ativos e muito ativos) sobre o ativismo online. Isto indica que indivíduos portadores de recursos (escolaridade e informação) e motivados (interessados em assuntos políticos) não percebem eficácia no seu eventual envolvimento em formas “presenciais” de participação e procuram no ciberespaço um novo canal para expressar suas demandas e tentar levar sua voz aos *policy makers*. Neste sentido, infere-se que este resultado corrobora a tese apresentada por Malini e Autuon (2013) de que a internet e rua dividem a função de expressar os barulhos da multidão.

Outros aspectos interessantes dizem respeito à ausência de significância nas variáveis idade e sexo. Pesquisas realizadas no contexto presencial indicam que os mais velhos tendem a simpatizar mais e se envolver em atividades partidárias, enquanto os mais jovens tendem a se envolver mais em atividades contestatórias, principalmente aquelas em que os custos são mais altos como bloqueio de tráfego (BORBA, 2012a; GIMENES, RIBEIRO, BORBA, 2014; OKADO, RIBEIRO, 2015). A ausência de efeito da idade foi surpreendente uma vez que esperávamos que os mais jovens atuassem mais no mundo online devido suas maiores habilidades com a tecnologia como demonstram pesquisas realizadas em outros contextos (HAFNER FINK, OBLAK ČRNIČ, 2014; NORRIS, 2001; NORRIS, CURTICE, 2006).

---

<sup>46</sup> “Aqueles com melhores recursos socioeconômicos, cognitivos e culturais, e habilidades possuem maior tendência para o uso da Internet mais frequentemente como uma ferramenta de informação e como um meio social, e ser menos focado no entretenimento.” (Tradução Livre)

A variável - sexo, comumente apresenta relevância nas atividades políticas, homens tendem a se envolver mais do que mulheres, entretanto, isto não ocorre quando tratamos do engajamento online. Sabemos que dadas às estruturas patriarcais da nossa sociedade, os homens possuem alguns privilégios que lhes dão uma posição central na sociedade brasileira, entretanto, com a ausência de efeito para o ciberespaço percebe-se uma brecha na teoria da centralidade, uma vez que não confirma a desigualdade política entre homens e mulheres encontrada nas modalidades de ação presencial. Além disto, reflete positivamente na hipótese de que a internet pode ajudar a dar voz aqueles que não conseguem expressar suas demandas por estarem longe do centro social (BORBA, 2012a; GIMENES, RIBEIRO, BORBA 2014; OKADO, RIBEIRO, 2015).

Por fim, como vimos os resultados da regressão logística lançam luz para diferentes caminhos interpretativos entre eles a tese do efeito de seleção e do efeito psicológico, os pressupostos do Modelo do Voluntarismo Cívico, também chamado de teoria dos recursos. Entretanto, acredita-se que a conclusão primordial reside no fato deste teste estatístico evidenciar que a participação política em meio digital no Brasil é um fenômeno multidimensional e, por conseguinte, tem efeitos múltiplos, em congruência com os resultados encontrados em pesquisas sobre a participação presencial (RIBEIRO, BORBA, 2015). Diante deste aspecto, infere-se que o Modelo do Voluntarismo na Internet, proposto por Pippa Norris (2001) é o que traz os melhores caminhos interpretativos, uma vez que a regressão logística mostrou a centralidade dos recursos, principalmente das motivações individuais indicando que assim como a participação presencial, a online também possui um caráter voluntário. Porém, um dos aspectos mais interessantes é que o teste estatístico confirma o caráter dual da internet, ou seja, seus aspectos reforçadores e “revolucionários”. Assim, a web entre os brasileiros atua tanto no sentido de reforçar as clivagens existentes entre engajados e desengajados afastando-os mais ainda, fato evidenciado pelo efeito positivo do interesse por política entre pouco ativos, ativos e muito ativos. Por outro lado, o efeito negativo da eficácia subjetiva, entre os ativos e muito ativos, ratifica a tese que a rede mundial de computadores possui um aspecto “revolucionário” ao se apresentar e ser usada como uma ferramenta de ação política por grupos antes apáticos ou desencantados com as modalidades presenciais. A figura 2 representa visualmente as relações entre os resultados da regressão logística com o aporte teórico discutidos nos capítulos anteriores.

FIGURA 02: QUADRO EXPLICATIVO DOS RESULTADOS DA REGRESSÃO LOGÍSTICA

	Pouco ativos	Ativos	Muito ativos
<b>Centralidade</b>	Motivações individuais (Efeito positivo do interesse por política e ideologia a esquerda)	Motivações individuais (Efeito positivo de interesse por política)	Motivações individuais e recursos (Efeito positivo do acesso a informação, anos de estudo, interesse por política)
<b>Caráter reforçador</b>	Os já ativos se tornam mais ativos (Efeito positivo do interesse por política)		
<b>Caráter “revolucionário”</b>	Não possui	Os descontentes e inativos tem na internet um novo local para colocar sua voz (Efeito negativo do sentimento de eficácia subjetiva)	

O conjunto de resultados indicam para as seguintes conclusões:

1. **O fenômeno da participação digital é multidimensional;**
2. **A internet reforça a participação política tornando os engajados mais engajados na medida que é um novo repertório para eles;**
3. **A internet tem um aspecto “revolucionário” a medida que se apresenta como um repertório para aqueles que se sentem ineficazes exporem suas demandas;**
4. Recursos e motivações individuais são centrais para o entendimento da participação digital, assim como para presencial;
5. A internet divide com a rua a tarefa de expressar os barulhos da multidão.

NOTA: As conclusões principais estão destacadas em negrito, as demais são secundárias.

FONTE: Criação da autora.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento substancial do acesso à rede mundial de computadores entre os brasileiros, assistimos a uma reconfiguração dos modos de vida que afetaram a maneira como nos comunicamos, os modos de entretenimento, como adquirimos informações, estendendo-se ao sistema político, afetando tanto as instituições políticas, o parlamento e os partidos, por exemplo, como os próprios representantes e representados. Neste sentido, com o mundo virtual a participação política toma uma dimensão online, na qual os indivíduos podem utilizar do ciberespaço como um canal para apresentar suas demandas.

Diante deste contexto, em que diversas abordagens são possíveis, a presente pesquisa buscou analisar os determinantes da participação política online, em especial sobre as relações entre tais modalidades de participação e aquelas definidas como off-line. Para tanto, primeiramente revisamos a literatura sobre participação política, evidenciando perspectivas acerca das modalidades e dos condicionantes da ação. Assim, entendemos que a participação política refere-se a todas as atividades efetivadas por cidadãos, que buscam de maneira direta ou indireta, colocar sua voz no espaço público com intuito de expressar suas demandas, direcionando-se tanto aos modos de vida da sociedade, como ao governo e os *policy makers*. Neste sentido, também compreendemos que existem modalidades de participação relacionadas às instituições políticas e modalidades diretas relacionadas a protestos, aqui é importante lembrar que não há um consenso na literatura acerca da nomenclatura das diferentes modalidades.

Um aspecto importante debatido no primeiro capítulo diz respeito aos fatores que condicionam a ação política, dentre as diversas abordagens apresentadas, esta pesquisa se alinha a perspectiva da Teoria dos Recursos, segundo a qual a participação está relacionada as motivações culturais e recursos sociais. Neste sentido aspectos como: idade, sexo, renda escolaridade, acesso a informação, conhecimento, interesse por política e sentimento de eficiência, neste campo seriam fatores importantes na compreensão do comportamento político dos indivíduos. É desta perspectiva que derivamos a hipótese que os condicionantes da participação online seriam semelhantes aos das modalidades off-line, pois no contexto brasileiro, as pesquisas na área têm mostrado que recursos como escolaridade e interesse por política seriam importantes na compreensão do processo participativo presencial, assim como o sexo e a idade.

A regressão logística foi o modelo estatístico que testou esta hipótese, pois através dele é possível saber quais são as razões de chance que determinado aspecto influenciar no ativismo online, o qual foi medido através de um Índice de Ativismo Online que se divide em:

pouco ativos, ativos e muito ativos. Os resultados confirmaram em parte as pressuposições de confluência dos condicionantes nos dois espaços uma vez que o interesse por política foi a variável com mais força explicativa, demonstrando que a participação online é altamente relacionada às predisposições anteriores do indivíduo. Entretanto, a limitada influência da escolaridade a categoria dos muito ativos e ausência de significância estatística nas variáveis sexo e idade, indicam para uma maior equidade no ciberespaço em relação espaço físico uma vez que as clivagens sociais são mais evidentes nas modalidades presenciais, como demonstraram pesquisas anteriores (GIMENES, RIBEIRO, BORBA, 2014; OKADO, RIBEIRO, 2015, RIBEIRO, BORBA, 2015).

Outro aspecto interessante evidenciado pela regressão logística, é o efeito negativo da variável de eficácia política subjetiva, isto implica que indivíduos que sentem que suas opiniões não são consideradas na formulação de políticas públicas, e portanto acreditam-se ineficazes, possuem mais chances de procurarem na rede um espaço para colocarem sua voz. Este resultado é um dos grandes achados desta pesquisa uma vez que esta variável não possui significância no contexto presencial (RIBEIRO, BORBA, 2015), e a Teoria dos Recursos prevê o efeito contrário, a participação seria influenciada positivamente pelo sentimento de eficácia. Diante disto, pode-se inferir que no contexto brasileiro, a participação política online apresenta tanto semelhanças como diferenças em seus condicionantes em relação as modalidades presenciais e isto mostra que ao mesmo tempo que a Internet se apresenta como um repertório para aqueles que já são ativos off-line, ela também é uma ferramenta para aqueles que estão desiludidos com as possibilidades participativas do mundo físico.

No segundo capítulo, discutiu-se brevemente o papel dos meios de comunicação na sociedade atual, demonstrando como eles permeiam nossas atividades e relações de modo que atualmente não existe separação entre os ambientes online e off-line, eles convergem, pois os indivíduos estão nos dois espaços simultaneamente. É desta perspectiva que se deriva a hipótese que os cidadãos que participam das modalidades digitais, também participam presencialmente. A análise fatorial foi o teste estatístico aplicado para esta hipótese, e seu resultado mostra que as modalidades variam conjuntamente, com isto é possível confirmar a tese da convergência dos dois espaços, bem como a importância das experiências anteriores para a vivência digital e o processo de mediatização da sociedade, ambos discutidos mais a fundo nos capítulos dois e três.

No que diz respeito aos efeitos da internet no engajamento cívico as teorias apresentadas demonstram quatro movimentos dentro do campo. Existem perspectivas otimistas que veem na internet o renascimento da participação política, pessimistas que

acreditam que a rede tende a tornar os engajados mais engajados e os desengajados menos ainda, os céticos que argumentam que a web simplesmente irá reproduzir o *status quo* político, e por fim, o modelo do engajamento online que prevê um movimento duplo no ciberespaço, porque as tecnologias digitais seriam reforçadoras e “revolucionárias”, isto quer dizer que a internet é tanto uma ferramenta para aqueles que já estão ativos, como pode ser uma ferramenta para os não ativos.

O modelo da regressão logística indica que no Brasil a rede atua tanto no sentido de reforçar a participação entre os já ativos, dado o efeito generalizado do interesse por política, como é “revolucionária”, ao se apresentar como um repertório aos desengajados, dado o efeito negativo da eficácia subjetiva. Em decorrência disto é possível afirmar que no contexto do engajamento online entre os brasileiros, justificam-se interpretações pessimistas e otimistas, de acordo com os efeitos reforçadores e “revolucionários”. Entretanto, para o Brasil, não cabe o ceticismo uma vez que a tecnologia não apenas reproduz o *status quo*, devido a existência de um processo de interferência mútua.

Os resultados obtidos através dos testes estatísticos, combinados com os dados apresentados no capítulo dois acerca dos alcances da rede mundial de computadores no Brasil, nos permitem visualizar alguns aspectos interessantes, como por exemplo, o processo de mediação da sociedade devido a intensa presença das mídias nos mais diferentes contextos, também a relação intrínseca entre os ambientes online e off-line, através da importância das motivações individuais que transformam o mundo digital como uma continuidade do mundo físico, e deste modo confirmam a hipótese de que os dois espaços são convergentes, e também a tese de que a internet e a rua dividem a função de expressar os barulhos da multidão. Por fim, mas não menos importante, os testes estatísticos mostraram que assim como nas modalidades presenciais, a participação digital é um fenômeno multidimensional.

Para as pesquisas sobre participação política, tais resultados - mesmo que limitados a um único país e ano – apontam para uma importante agenda de pesquisas, em especial no tocante a relação entre “recursos” e participação. Pois, conforme apontado acima é possível perceber que, se por um lado, a participação online não rompe totalmente com as barreiras impostas pelas desigualdades sociais (veja-se o efeito mesmo que limitado da escolaridade na participação online), por outro lado, ela requer uma quantidade menor de “habilidades cívicas” do que aquela exigida pela participação off-line. Ao diminuir os custos de entrada ao envolvimento político, pode servir como um importante instrumento de socialização, com possíveis efeitos futuros positivos sobre a propensão de o indivíduo participar em outras modalidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, C. Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, N. 2, p. 426-445, 2010. Disponível online <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a06v16n2.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas *online*. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. Campanhas On-line: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

\_\_\_\_\_, SAMPAIO, R.C. A democracia digital do gabinete do governador: o perfil e os limites de um modelo consultivo de participação. In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

ALCÂNTARA, L. M., D'ANDREA, C.F.B. Redes de movimentos sociais e intervenção na esfera pública interconectada: um estudo da campanha pelo limite da terra na internet (2012). In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

AMARAL, A.; MONTARDO, S. P. Pesquisa em Cibercultura: análise da produção brasileira da Intercom. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*, Recife, 2011.

ARAÚJO, W. F. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. *Anais do V Simpósio Nacional ABCiber*, Florianópolis, SC, Novembro de 2011.

BARBER, B. *Strong democracy: participatory politics for new age*. California: University Of California Press. 20<sup>th</sup> anniversary edition, 2003.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada as Ciências Sociais*. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

BARNES, S.H. e KAASE, M. (org.). *Political Action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

BAQUERO, M. Capital social como caminho alternativo na construção democrática: Reflexões sobre o Brasil. In: Nazzari, R.K. *Temas de ciência política: Teoria do conhecimento; metodologia nas ciências sociais; teorias políticas; comportamento político*. p.193-221 EDUNIOESTE, Cascavel, 2004.

\_\_\_\_\_, GONZALEZ, R. S. Eleições, estabilidade democrática socialização política: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011. Disponível online em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-2762011000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-2762011000200004&script=sci_arttext) > Acesso em 01 Jun.2012.

\_\_\_\_\_. LINHARES, Bianca F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura (anti) partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan. - jun. 2011. Disponível online em: < <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/20058> >. Acesso em 05 Jun.2012.

BEST, S.J.; KRUEGER, B. Analyzing the representativeness of internet political participation. *Political Behavior*, Vol. 27, No. 2, pp. 183-216. Jun., 2005. Disponível online em: <http://www.jstor.org/stable/4500191> Acesso em janeiro de 2010.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação convencional e não convencional na América Latina. *Revista Latino-Americana de Opinião Pública*, v. 1, p. 53-76, 2010.

\_\_\_\_\_. Participação Política: a centralidade dos repertórios. *Revista Debates*. Porto Alegre, jan-abr. v.6, n.1, p.123-147, 2012a. Disponível online em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26167/17098> Acesso em julho de 2014.

\_\_\_\_\_. Participação política: uma revisão dos modelos de participação. *Revista Estado e Sociedade*. Brasília maio-ago vol.27 no.2 p. 263-288. 2012b Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922012000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922012000200004&script=sci_arttext) Acesso em agosto de 2014.

\_\_\_\_\_, GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, n. 5, 2015. p. 13-47.

BOULIANNE,S. Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research. *Political Communication*, 26:2, 193-211, 2009. Disponível online em: <http://dx.doi.org/10.1080/10584600902854363> Acesso em janeiro de 2015.

BRAGA, S.S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudos sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. *Opinião Pública*, Campinas, vol.13, nº1, p. 1-50, Junho, 2007. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v13n1/v13n1a01.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, NICOLÁS, M.A. Prosopografia a partir da *web*: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras a partir da *internet*. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16 nº30, p. 107-130, jun-2008. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/08.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, FRANÇA, A.S.T., NICOLÁS, M.A. Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos *websites* dos partidos políticos no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 17, nº34, p. 183-208, out. 2009. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a13v17n34.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, NICOLÁS, M.A., BRECHER, A.R. Clientelismo, internet, voto: Personalismo

e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 19, nº1, p. 168-197, jun. 2013. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v19n1/v19n1a08.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, NICOLÁS, M.A., BRECHER, A.R. Elites políticas e novas tecnologias: uma análise do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

\_\_\_\_\_, CRUZ, L.C. As tecnologias digitais e o mandato dos representantes: um estudo sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura (2007-2011). In... SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A.. A internet como objeto de estudo no Brasil: balanço da literatura e uma agenda de pesquisa. In: *Seminário Nacional de Sociologia & Política*, Curitiba, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. – Brasília: Secom, 2014. <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf> Acesso em: abril de 2015.

BRUNDIDGE, J. e RICE, R. Political engagement online: do the information rich get richer and like-minded more similar. In CHADWICK, A. HOWARD, P. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge, 2009.

CARDOSO, G.; LIANG G.; LAPA, T. Cross-national comparative perspectives from the World Internet Project. In DUTTON, W.H. (org) *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

\_\_\_\_\_. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*; v. 1. Tradução: Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt, 13ª reimpressão com novo prefácio. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, H.C.O.; REIS, F.T. Participação política no Brasil no século XXI: Mudanças e continuidades. *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*. Vol. 21, n. 2 p. 20-33, jul-dez, 2012. Disponível online em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.2012.015> Acesso em outubro de 2014.

CERVI, E., MASSUCHIN, M. Redes sociais nas Campanhas Políticas: Como candidatos a governador do Paraná usaram o Twitter em 2010? In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

CHADWICK, A. HOWARD, P. (orgs) *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, USA: Routledge, 2009.

COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil* [livro eletrônico] : TIC domicílios e empresas 2013 = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil : ICT households and enterprises 2013 [coordenação executiva e editorial /executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa ; tradução /translation DB Comunicação]. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível online em: <http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013/> Acesso em setembro de 2015.

COUTINHO, M., SAFATLE, V, *A internet e as eleições municipais em 2008 o uso de sítios eletrônicos de comunidades nas eleições paulistanas. Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 115 - 128, out. 2009. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a09v17n34.pdf> Acesso em julho de 2014.

DAHLGREN, P. Internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*. nº22, p. 147-162, 2005. Disponível online em: [http://courses.washington.edu/insc555/wordpress/wp-content/readings/Dahlgren\\_2005.pdf](http://courses.washington.edu/insc555/wordpress/wp-content/readings/Dahlgren_2005.pdf) Acesso em novembro de 2015.

DALTON, J. VAN SICKLE, A. *The Resource, Structural, and Cultural Bases of Protest*. Publicado por Center for the Study of Democracy CSD, University of California em 08/08/2005. Disponível online na plataforma escholarship <https://escholarship.org/uc/item/3jx2b911> Acesso em janeiro de 2015.

DIJK, T. A. van, *Discurso e poder*. Tradução: Judith Hoffnagel, Karina Falcone (org.) 2ª ed. – São Paulo, SP: Contexto, 2010.

DIÓGENES, G.M.S A pichação e os signos urbanos juvenis: “metendo nomes” no ciberespaço (2012). In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

DUTTON, W.H. (org) *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013

EKMAN, J; AMNA, E. Political participation and civic engagement: towards a new typology. *Human Affairs*, Vol. 22, No. 3, 2012, p. 283-300. <https://inforum.oru.se/PageFiles/14371/Ekman%20and%20Amn%C3%A5%202009-1.pdf> Acesso em novembro de 2014.

EVANGELISTA, R.A, FAGUNDES, V.O. Nova ciência, novos cientistas: interação, participação e reputação em blogs de divulgação científica (2012). In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

FERREIRA, D.E.S. Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das Novas Tecnologias Digitais na dinâmica participativa e deliberativa dos Orçamentos Participativos de Belo Horizonte e Recife (2012) In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

FSB COMUNICAÇÃO. *Mídia e Política 2015: hábitos de informação e monitoramento político*; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Projeto Manifestações Março/2015*. Disponível online em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/fpa-lanca-pesquisa-com-perfil-dos-manifestantes-de-marco-de-2015> Acesso em abril de 2015.

GARCÊZ, R. L. O. Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no *Orkut*: quando temas sensíveis definem a trajetória das discussões. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, W., FERNANDES, B., REIS, L. SILVA, T. Politics 2.0: a campanha on-line de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v.17 n°34, p. 29-43, out. 2009. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a04v17n34.pdf> Acesso em novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Participação política *online*: questões e hipótese. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_, FERNANDES, B., REIS, L. SILVA, T. Politics 2.0: a campanha on-line de Barack Obama em 2008 In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

GURZA LAVALLE, A., HOUTZAGER, P.P., CASTELO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*. São PaULO. Vol. 67, n° 34, p. 49-103. 2006. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf> Acesso em abril de 2014.

\_\_\_\_\_, ISUNZA, E.V.A. Trama da crítica democrática: da participação a representação e à *accountability*. *Lua Nova*. São Paulo, n. 84, p. 95 -139. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a05n84.pdf> Acesso em abril de 2014.

HAFNER FINK, M.; OBLAK ČRNIČ,T. Digital citizenship as multiple political participation? Predictors of digital political participation in Slovenia. *Teorija in Praska*. let. 51, p.1284-1303, 6/2014. Disponível online em: [http://www.fdv.uni-lj.si/docs/default-source/tip/tip\\_06\\_2014\\_hafner-fink\\_idr.pdf?sfvrsn=2](http://www.fdv.uni-lj.si/docs/default-source/tip/tip_06_2014_hafner-fink_idr.pdf?sfvrsn=2) Acesso em janeiro de 2015.

HAIR, J. *et. al. Multivariate data analysis*. New York: Macmillan Publishing, 1987.

HJAVARD, S. Mídia e cultura: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*. vol. 5 n° 2. P. 53-91, jan-jun/ 2012. Disponível online em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/view/8139/7505>. Acesso em setembro de 2015.

IASULATIS, S. As possibilidades da ciberdemocracia: As modalidades de participação política em websites eleitorais. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

INGLEHART, R. e WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

\_\_\_\_\_. The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in PostIndustrial Societies. *American Political Science Review*. v.65, n.4, p. 991-1017, Dec.1971

\_\_\_\_\_. A revolução silenciosa na Europa: Mudanças intergeracionais em sociedades pós-industriais. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v.20, n.43, p. 159-191, out. 2012. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a08v20n43.pdf> Acesso em setembro de 2014.

ITU. *Mensuring the information society report 2014*. Geneva Switzerland, 2014. ISBN 978-92-61-15291-8. Disponível online em: [http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014\\_without\\_Annex\\_4.pdf](http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014_without_Annex_4.pdf) Acesso em janeiro de 2015.

LAPOP. *Latin American Public Opinion Project*. Disponível online em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>. Acesso em 21 de agosto de 2013.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999a.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999b.

LIVINGSTONE, S. *On the mediation of everything*. {s.l.}: ICA Presidential Address, 2008.

\_\_\_\_\_. Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades online. *Matrizes*. São Paulo, ano 4, nº2, p. 11-42, jan/jun, 2011. Disponível online em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143018637002> Acesso em setembro de 2015.

LÜCHMANN, L.H.H. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*. São Paulo, nº 70, p.139-170, 2007. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a07n70.pdf> Acesso em abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova*. São Paulo, nº70, p. 353-364, 2011. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a06n84.pdf> Acesso em abril de 2014.

LYRICÃO, D. Internet e movimento ambientalista: estratégias do Greenpeace para a sustentação de debates na esfera pública. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação civil. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*.

Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALINI, F., AUTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013. Disponível online em: [http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/316\\_A-internet-e-a-rua-.-online.pdf](http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/316_A-internet-e-a-rua-.-online.pdf) Acesso em abril de 2015

MANOVICH, L. *The language of new media*. Massachusetts: MIT Press, 2001.

MARGETTS, H. The Internet and Democracy. In DUTTON, W.H. (org) *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.

MARQUES, F.P.J.A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº1, p. 164-187, abr/mai 2006. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29402.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. *Opinião Pública*, Campinas, vol.16, nº1, p. 117-142, Junho, 2010. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n1/a05v16n1.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Participação, instituições políticas e internet: um exame dos canais de participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_, SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

\_\_\_\_\_, SAMPAIO, R.C. Internet e eleições 2010 no Brasil: Rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas on-line. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

\_\_\_\_\_, WISSE, F., MATOS, N. Estratégias de Comunicação Política Online: Uma Análise do Perfil de José Serra no Twitter. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

\_\_\_\_\_, AQUINO, J.A, MIOLA, E. Deputados brasileiros no Twitter: um estudo quantitativo dos padrões de adoção e uso da ferramenta. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº14, p. 201-225, mai-ago 2014. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00201.pdf> Acesso em outubro de 2014.

MARTINO, L.M.S. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

MARTINS, A. HOLZBACH, A. O Eleitor tem a Força! : Os Comentários dos Eleitores no Twitter e o Papel da Audiência nos Debates Presidenciais. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

MEYROWITZ, J. Images of media: hidden ferment – and harmony – in the field. *Journal of Communication*, 43 (3), p. 55-66, 1993.

MIGUEL, L.F., BIROLI, F. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MILBRATH, L. W. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.

MILHOMENS, L. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta (2012). In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

MIOLA, E. Iniciativas institucionais de deliberação *online*: um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOISES, José Álvaro. Cultura Política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 23 nº 66 Fevereiro, 2008. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000100002&script=sci_arttext) > Acesso em: 15 Jun. 2012.

\_\_\_\_\_: Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas. Vol. 16, nº 2, Novembro, 2010. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000200001&script=sci_arttext) > Acesso em: 22 Jun. 2012.

MOSSBERGER, K. Toward digital citizenship: addressing inequality in the information age. In CHADWICK, A. HOWARD, P. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge, 2009.

NORRIS, P. *Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. Disponível online em: <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Books/Digital%20Divide.htm> Acesso em outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Disponível online em: <https://sites.google.com/site/pippanorris3/publications/books/democratic-phoenix> Acesso em maio de 2014.

\_\_\_\_\_; CURTICE, J. If you build a political web site, will they come? The internet and political activism in Britain. *International Journal of Electronic Government Research*, 2(2), 1-21, April-July 2006. Disponível online em: [http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Articles/Articles%20published%20in%20journals\\_files/IJEGR%20Website%20Norris%20and%20Curtice.pdf](http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Articles/Articles%20published%20in%20journals_files/IJEGR%20Website%20Norris%20and%20Curtice.pdf) Acesso em dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX & STOKES, D. *The oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007. Disponível online em <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Acrobat/Boix&stokes->

[chap26.pdf](#). Acesso em junho de 2014.

OLIVEIRA, A. G. Limites de visibilidade e participação na esfera pública (virtual): a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no Governo Dilma Roussef (2012). In... SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

OKADO, L.A.T., RIBEIRO, E.A. Condição juvenil e participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*. Curitiba, Vol.4, nº1, p.53-78, 2015. Disponível online em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-2015-volume-4-revista-1-artigo-2-lucas-toshiaki> Acesso em maio de 2015.

PARRA, H. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. In: SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

PENTEADO, C.L.C., SANTOS, M.B.P, ARAÚJO, R.P.A. Metodologia de pesquisa em blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, nº34, p. 159-181, out.2009. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a12v17n34.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, ARAÚJO, R.P.A., PIMENTEL, M.B.S. Sociedade Civil e Políticas Públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política (2012) In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

\_\_\_\_\_, SANTOS, M.B.P, ARAÚJO, R.P.A. Democracia, sociedade civil organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, nº 36, p. 206-235, mai/ago 2014. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n36/1517-4522-soc-16-36-0206.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

PEREIRA, M.A.G., BRAGA, A.R.C. O perfil dos blogueiros de política no Brasil: uma nova elite? (2012) In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

PIRES, R.R.C. (org.) *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, IPEA, 2011. Disponível online em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_dialogosdesenvol07.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogosdesenvol07.pdf) Acesso em outubro de 2014.

PUTNAM, R. *Making democracy work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster, 2001.

RAMOS, J.S. Toma que o aborto é teu: a circulação de eventos críticos entre mídias em momentos de luta política (2012). In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

REEDY, J. WELLS, C. Information, the internet and direct democracy. In CHADWICK, A. HOWARD, P. *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York, Routledge, 2009.

REIS, F.W. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. da USP, 2000.

RENNÓ, L.R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, Vol. VII, nº1, p.33-59, 2001. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v7n1/16932.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_, L.R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo sobre a América Latina. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 21, p. 71-82, nov. 2003. Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a06n21> Acesso em dezembro de 2014.

RESENDE, J., CHAGAS, J. Eleições no Brasil em 2010: Comparando indicadores político-eleitorais em surveys e na internet. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

RIBEIRO, E., BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Revista Opinião Pública*. Campinas: UNICAMP, v. 16, n. 1, p. 28-63, 2010.. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000100002&script=sci_arttext) Acesso em julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2011a.

\_\_\_\_\_. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 12, n. 39, jun. 2011b. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200012&script=sci_arttext) Acesso em 25 Jun.2012

\_\_\_\_\_, BORBA, J. As dimensões da participação política no Brasil. *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*. v.20, , p.11-36. São Carlos: UFSCAR, 2011. Disponível online em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/261/191> Acesso em agosto de 2014.

\_\_\_\_\_, BORBA, J. *Participação política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo o facebook e o twitter foram as ruas. In: MARICATO, Ermínia et all. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013.

SAMPAIO, R.C. Quão deliberativas são as discussões na rede? Um modelo para apreensão da deliberação *online*. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_, BARROS, S.A.R., MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº2, p. 470-489, nov. 2012. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a10v18n2.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, BRAGATTO, R.C., NICOLÁS, M.A. Internet e Política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados no Brasil entre 2000 e 2011. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, 2012. Águas de Lindóia. *Anais...Águas de Lindóia*, SP: ANPOCS, 2012.

\_\_\_\_\_, AZEVEDO, D., ALMADA, M. P. Esfera civil e Eleições 2010: Uma Análise de Iniciativas Online Para Maior Controle por Parte da Sociedade. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

SCALO, L.M. O desafio da conectividade e do acesso à internet pelas classes populares em perspectiva etnográfica (2011). In...SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais as manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v.13, nº28, set/dez, 2014. Disponível online em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p13/28899> Acesso em março de 2015.

SCHLEGEL, Rogério. Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 137-157, out. 2009. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000300011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000300011&script=sci_arttext) Acesso em fevereiro de 2014.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1984.

SILVA, S.P.S. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 11, nº2, p.450-468, out 2005. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26422.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, Exigências democráticas e dimensões analíticas para interface digital do Estado. In... MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, T., MATOS, N. Monitoramento dos Sites de Redes Sociais nas Eleições Brasileiras de 2010. In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

SILVEIRA, S. A. Novas dimensões da política: protocolos e códigos da esfera pública interconectada. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, nº34, p. 103-113, out. 2009.

Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a08v17n34.pdf> Acesso em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_, BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

\_\_\_\_\_. Para analisar o poder tecnológico como poder político (2011). In... SILVEIRA, S. A., BRAGA, S., PENTEADO, C. (Orgs). *Cultura, política e ativismo em redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível online em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf> Acesso em março de 2015.

STROMER-GALLEY, J. On-Line interaction and why candidates Avoid it. *Journal of Communication*, v. 50, n. 4, 2000.

STROMER-GALLEY, J. Interação Online e Por que os Candidatos a Evitam. Tradução de Camilo Aggio In... MARQUES, F.P.J.A.M., SAMPAIO, R.C., AGGIO, C. (Orgs) *Do clique a urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA,2013.

TATAGIBA, L. 1984,1992 e 2013: sobre os ciclos de protesto e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, nº28, set/dez, 2014. Disponível online em: <http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/1984%2C%201992%20e%202013.%20Sobre%20ciclos%20de%20protestos%20e%20de%20mocracia%20no%20Brasil.pdf> Acesso em março de 2015.

URBINATI, N. “O que torna a representação democrática?” *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf> Acesso em março de 2014.

VAN DETH, Jan. *Studying political participation: towards a theory of everything?* In: ECPR Joint Sessions. Grenoble, France, 2001. Disponível online em: [http://www.academia.edu/2233354/STUDYING\\_POLITICAL\\_PARTICIPATION\\_TOWARDS\\_A\\_THEORY\\_OF\\_EVERYTHING](http://www.academia.edu/2233354/STUDYING_POLITICAL_PARTICIPATION_TOWARDS_A_THEORY_OF_EVERYTHING) Acesso em setembro de 2014.

VERBA S.; SCHLOZMAN K.L.; BRADY H.E. *Voice and Equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995

XENOS, M.; MOY,P. Direct and differential effects of the internet on political and civic engagement. *Journal of Communication* 57 (International Communication Association) p. 704–718, 2007. Disponível online em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.2007.00364.x/references> Acesso em janeiro de 2015.

YOUNG, I.M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*. São Paulo, nº67, p. 139-190, 2006. Disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf/> Acesso em maio de 2014.